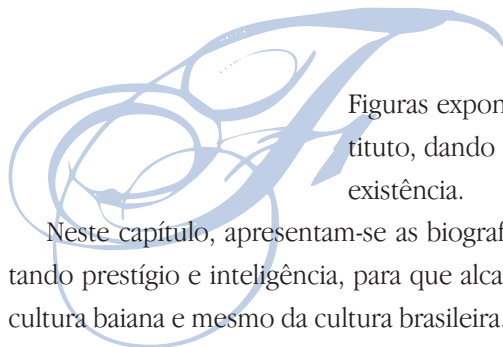




CAPÍTULO 9

OS PRESIDENTES

OS PRESIDENTES



Figuras exponenciais do mundo cultural da Bahia fizeram-se presidentes do Instituto, dando uma contribuição inestimável para atingir a marca dos 125 anos de existência.

Neste capítulo, apresentam-se as biografias destas personalidades que honraram a Casa da Bahia, emprestando prestígio e inteligência, para que alcançássemos perenes sucessos, na marcha desenvolvida a serviço da cultura baiana e mesmo da cultura brasileira.

O primeiro presidente foi o Dr. Tranquilino Leovigildo Torres, que, decididamente, arregimentou idealistas como ele, para fundar o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 13 de maio de 1894, data em que foi plantada esta semente.

Passaram pela presidência, os seguintes confrades e confradeiras:

- 1.º** Dr. Tranquilino Leovigildo Torres – de 13/5/1894 a 22/5/1896;
- 2.º** Dr. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque Filho – de 22/5/1896 a 2/8/1903;
- 3.º** Cons. Antônio Carneiro da Rocha – de 30/8/1903 a 30/7/1922;
- 4.º** Dr. Theodoro Fernandes Sampaio – de 1/1/1923 a 15/10/1937;
- 5.º** Dr. Epaminondas dos Santos Torres – de 26/12/1937 a 31/12/1949;
- 6.º** Dr. Francisco Peixoto Magalhães de Netto – de 1/1/1950 a 31/3/1969;
- 7.º** Prof.^a Edith Mendes da Gama e Abreu – de 31/3/1969 a 31/12/1969;
- 8.º** Prof. Paulo Mattos Pedreira de Cerqueira – de 1/1/1970 a 02/07/1970;
- 9.º** Dr. Antônio Queiroz Muniz – de 2/7/1970 a 8/12/1973;
- 10.º** Prof. Frederico Grandchamp Edelweiss – de 1/1/1974 a 15/10/1976;
- 11.º** Mons. Manoel de Aquino Barbosa – de 15/10/1976 a 31/12/1977;
- 12.º** Prof. Thales Olympio Góes de Azevedo – de 1/1/1978 a 5/8/1987;
- 13.º** Dr. Jayme de Sá Menezes – de 1/1/1988 a 31/12/1995;
- 14.º** Prof.^a Consuelo Pondé de Sena – de 1/1/1996 a 31/12/1999,
sendo reeleita para os períodos sucessivos até o seu falecimento em 15/5/2015;
- 15.º** Eduardo Moraes de Castro (presidente atual, desde 19/5/2015).



1.º PRESIDENTE

TRANQUILINO LEOVIGILDO TORRES

PERÍODO: 13/5/1894 a 22/5/1896

TRANQUILINO LEOVIGILDO TORRES nasceu a 30 de agosto de 1859, na vila de Santo Antônio da Barra, filho de Belarmino Silvestre Torres e D. Maria da Purificação da França Torres.

Como era hábito entre as famílias de destaque do interior, que costumavam mandar os seus adolescentes para estudar na capital, Tranquilino mudou-se para Salvador.

Encaminhado para o colégio do Dr. João Estanislau da Silva Lisboa, exemplar e emérito educador, por desgraça, o referido professor rendeu-se aos ímpetus desvairados de um amor impossível, deixando-o viver um martírio íntimo e secreto, sem a necessária coragem para sublimar paixão. Sem deter-se à vontade de matar, o fez, destruindo o seu ideal de educador.

Em decorrência, o estudante Tranquilino Torres transferiu-se para o “Colégio Sete de Setembro”, dirigido pelo prof. Luiz França Pinto de Carvalho, famoso pelo excessivo rigor no ensino e pelas medidas disciplinares de requintes medievais, muito ao gosto de pais de filhos rebeldes.

Apesar do rigor do colégio, o aluno Tranquilino pertencia ao “QUADRO DE HONRA”, mantido pelo estabelecimento.

Concluídos os cursos humanísticos com excelentes notas, transferiu-se para o Recife, onde prossegue aplicado, ao ponto de estenografar as suas aulas da Faculdade de Direito.

O diploma, obteve-o com os conhecimentos exigidos para enfrentar a vida profissional, quer na defesa dos interesses do Estado, quer na defesa dos seus clientes, influenciando o destino de cada um.

Em 21 de abril de 1883, casou-se com D. Maria da Purificação da França Torres, portadora de uma sabedoria invejável, até para aconselhar os homens mais insígnies. Pela educação que ministrou aos filhos, inspirada em princípios de dignidade, a viuvez não alterou o seu propósito de vê-los todos formados. Mulher forte e mãe perfeita, mesmo vivendo uma augusta pobreza, era feliz, repetindo as célebres palavras da genitora dos Gracos – “Eis as minhas joias.”

Interessante episódio doméstico aconteceu com o Dr. Tranquilino Torres. Era ele o autor do “DICIONÁRIO DE NOMES PRÓPRIOS, SOBRENOMES, COGNOMES, APELIDOS, etc.”, ainda inédito. Nas cogitações de como se chamaria o seu segundo filho – o primeiro era Mário – propôs à esposa o nome de SYLA. Curiosa, procurou saber do marido o seu significado, que afirmou ser o rival de MÁRIO, vindo a causar uma recusa veemente. Sendo supersticiosa, sentiu o vago perigo de rivalidade entre os dois irmãos, mostrando o seu requinte de preocupação materna.

Em certa oportunidade, a sua diletta companheira comoveu-se ao folhear o caderno de orações religiosas, manuscrito pelo Dr. Tranquilino. Com uma caligrafia impecável, copiara o que se deveria rezar em carências diversas de graças e favores, suplicados à luz dos ensinamentos de Santo Agostinho: “Tem-se o direito de pedir tudo o que é lícito desejar.” Em que pese a delicadeza do gesto, a sua companhia frequente para as missas dominicais, o

respeito à sua crença religiosa, todavia, não a possuía.

Ingressara na vida pública como Promotor da Comarca de Vitória, depois cidade de Conquista, onde voltaria como Juiz Municipal, tendo-o sido, já, de Santa Isabel do Paraguaçu (Mucugê).

Ao proclamar-se a República, às expensas próprias, no ardoroso entusiasmo de liberal, promoveu grande festividade, falando às turbas naquele tom de quem ensina e aconselha em lúdica vocação que não chegou a seguir.

“Esquecei os vossos velhos ódios e intrigas, essas paixões desordenadas, esses antiquados preconceitos dos partidos monárquicos, que só vos traziam a ruína, o aniquilamento moral e intelectual, corrupção e entibamento dos vossos caracteres; dai-vos as mãos e uni-vos todos confraternizados, comungando os mesmos ideais, mantendo os mesmos sentimentos, as mesmas opiniões, os mesmos modos de agir, para que tenhais assim uma pátria verdadeiramente grande e livre, e seja auspicioso e risonho o futuro dos meus e dos vossos filhos.

Velai para que a lei, bafejada pelo Espírito Santo e vivificador da justiça, cercada de prestígio e moralidade dignos do templo de Themis, seja cumprida em toda a sua plenitude, premiando ou punindo e impere sobre todos os cidadãos, desde o chefe supremo da República, até o último de seus habitantes; respeitai a nobilíssima instituição do júri, instituição garantidora de vossas liberdades, e que tanto tendes depreciado com uma proteção criminosa a verdadeiros facínoras, e amparai-a sob a égide de vosso patriotismo; condenai o criminoso, esse inferno de espírito e de coração, antes para repará-lo aos olhos da sociedade do que pelo prazer de punir, e fazê-lo cumprir uma pena que as mais das vezes não corrige; respeitai os poderes constituídos, a sua independência e, mais que todos, o poder judiciário, atalaia e guarda de vossos direitos, e ao qual vós tantos desvirtuastes com o sistema de politicagem e patronato, coacto já como vivia e desautorado pelo poder executivo; usai de todos os recursos que a lei faculta contra os que a desviarem do caminho da honra e do dever, antes do que de vindictas e atentados que só depõem de vossa civilização.”

Na época, os juízes viviam os dramas abaixo comentados:

Longo e torturante era o peregrinar dos magistrados de outrora, autênticos heróis, provados pelo desconforto em paragens distantes, sem quaisquer influxos do progresso, chegando às vezes à morte, a valer-se absoluta falta de assistência médica. Não foi, entretanto, dos mais penosos o de Tranquilino Torres. Em menos de dez anos de interior, de onde voltavam outros alquebrados pelo tempo e pelas decepções, teve a sorte de ir o Senado Estadual buscá-lo em Macaúbas, como Juiz de Direito, para fazê-lo seu representante no Tribunal de Conflito Administrativo.

Sorte, disse-o bem, sem o mais leve deslustre, pois não raro aniquila valores e méritos quem, com autoridade para julgar, não possui nobreza de ser justo.

A justiça não nasce na cultura, nasce na consciência. Mas é preciso saber conduzi-la à luz dos princípios que só se adquirem por ação cultural. Um juiz não tem o direito de ser inculto, sob pena de ser indigno. Não lhe bastam as noções fundamentais da Faculdade e as leituras apressadas dos lazeres. Cumpre-lhe debruçar-se, dia após dia, sobre os livros e sobre as vidas, para, dos conhecimentos e observações, tirar os meios de corresponder à magnitude de seu mister.

Percebia-o Tranquilino Torres, agindo sempre segundo essa percepção. Por isso, adaptaram-se-lhe dignificante, as expressões de Sátyro Dias: “Espírito de larga e forte orientação nas lucubrações da jurisprudência e no estudo da ciência e das letras; tinha Dr. Tranquilino Torres, aberto diante de si, o horizonte que o futuro reserva aos homens que transitam por este mundo, fazendo do trabalho um dever, do dever uma religião e, desta, a suprema preocupação da consciência.”

Quem quer que conte com o mínimo de clarividência exigível para a vida em sociedade, tomará por ponderosos e irretorquíveis, estes dizeres de Herculano: “A liberdade humana sei o que é: uma verdade de consciência como Deus.”

Tranquilino Torres, com quanto não sentisse o impulso para o divino, era um forte combatente da opressão. Ainda aos 26 anos e, já juiz de Sta. Isabel do Paraguaçu, ao libertarem-se 10 escravos pelo “Fundo de Emancipação”, proferiu na audiência de 11 de maio 1865, vibrante discurso, de que dá ideia o pequenino trecho:

“É hoje o Brasil o único ponto onde a escravidão tem o seu último reduto; mas contra ela se agitam as massas como que obedecendo a uma corrente elétrica; governo e povo, capitalista e mendigo todos se conglomera para dar o último golpe nesse sequestro da liberdade.”

Abolicionista e republicano, ansioso por ver a Pátria redimida de duas escravizações – a da senzala e a do trono – para tanto colaborava no que não lhe enturvasse a austeridade e a serenidade do magistrado.

Todavia, a par daquele amor e respeito à liberdade; daquele senso de fraternidade humana, a entreunir no mesmo interesse de defesa, nas mesmas aspirações de ventura, na mesma compaixão do sofrimento, todos os seus semelhantes, mantinha, em equilíbrio da razão com o coração, a energia repressora da delinquência. Concordava em pleno com a lição do genial francês: “Não é pelo rigor das penas que se previnem os crimes, mas pela certeza das punições.”

Surpreendiam-no e revoltavam-no em certas regiões sertanejas as constantes emboscadas para o homicídio; o uso desenvolto do punhal e da pistola, que por múltiplas vezes quebrava ante os próprios portadores. Maior surpresa e maior revolta, porém, traziam-lhe as desavenças entre famílias, os terríveis ódios transmitidos por herança com desígnios inexoráveis de desforras atrozes, lembrativas das sanguinárias e encadeadas vinganças da Idade Média.

Côncio da majestade suprema da toga, não lhe permitia a consciência translúcida, inconspicível, transigir em justiça ante os delinquentes poderosos.

E a todos julgou com sagrada imparcialidade do juiz que não se lhe perturba o olhar de justo para distinguir a legitimidade dos direitos e aplicar os dispositivos da lei.

Não basta que os cargos honrem os homens; o que importa, sobretudo, é que os homens honrem os cargos.

Tranquilino Leovigildo Torres conheceu a perfeita coerência entre essas atribuições.

Num prodígio de multiplicação do tempo, acurvado aos deveres profissionais e da sua obra social, conseguiu elaborar vários trabalhos literários e científicos, alguns publicados, outros não. Esse pendor para escrever, marcava-o desde a fase universitária, quando lhe veio a lume um opúsculo sobre curiosas coincidências de fatos com o número sete.

Escreveu também as memórias descritivas de municípios baianos, que constituíram valiosa contribuição à nossa história, tais como Condeúba, Conquista, Poções, Mucugê e Queimadas. Além dessas memórias escreveu: A Imprudência do Tribunal de Relações da Bahia; Explicador de Aritmética; Epítome da Língua Grega; Memórias da Minha Vida Pública, etc.

Em 22 de maio de 1896, prematuramente, morreu Tranquilino Torres, aos 37 anos de idade. Toda a imprensa tarjou o noticiário farto e enaltecente. A oratória à beira da campa fez correr sobre faces viris, lágrimas de dor.

O Tribunal de Conflitos, em sessão extraordinária logo suspensa, exaltou, entre lamentações, as virtudes do insigne morto. A Assembleia Geral do Estado, em voto de pesar com longa justificativa, considerou-o “magistrado correto como os mais o têm sido, representando papel saliente na magistratura.” O Senado Estadual aprovou sem debate, a moção de igual gênero pelo passamento daquele “que por seu caráter ilibado, talento vigoroso, ilustração sólida e probidade a toda a prova, honrou a toga, cuja perda, quer como homem público quer como homem particular, foi geralmente sentida.”



2.º PRESIDENTE

SALVADOR PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE JÚNIOR

PERÍODO: 22/5/1896 a 2/8/1903

SALVADOR PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE JÚNIOR nasceu a 4 de março de 1842, em Salvador-Bahia, filho de Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e D. Gertrudes de Amélia Pires.

Diplomado Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, dedicou-se à magistratura, exercendo sucessivamente, os cargos de promotor público, juiz municipal e dos órfãos, juiz de direito e chefe de polícia em diversas províncias.

Na reorganização da magistratura, em consequência do novo regime político, foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Apelações e Revistas, do qual, sendo vice-presidente, presidiu o ato de instalação.

Espírito devotado às letras, quando juiz de Direito de Mipibu, restaurou a biblioteca pública, aí criada na presidência do Conselheiro Bandeira de Melo, sob os auspícios do Ministro de Império, o Conselheiro João Alfredo, que fez o barão de Mipibu edificar o prédio para as escolas públicas, colocando em um dos melhores salões a biblioteca, até então difundida por mão particulares, enriquecendo-a com os donativos que angariou.

Na cidade de Nazaré, fundou o Clube Literário Nazareno, a 7 de setembro de 1883, com rica biblioteca, onde mais tarde, foi colocado o seu retrato, quando já possuía cerca de três mil volumes, além de jornais e revistas.

Era cavaleiro da ordem da Rosa, além de fundador e segundo presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Escreveu os seguintes livros:

- Repertório de Incompatibilidades, contendo as leis, decretos e decisões relativas às incompatibilidades resultantes da acumulação de diversos cargos públicos e de parentesco dos funcionários públicos – Rio de Janeiro, 1875;
- Repertório da Lei n.º 15, de 15/7/1892, que deu organização judiciária ao estado da Bahia – 1893;
- Consolidação das Leis de Organização Judiciária do estado da Bahia – 1899;
- Estatuto da Sociedade Clube Literário Nazareno – BAHIA – 1894, com 25 páginas.

Em 19 de março de 1920, morreu o Dr. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque Júnior, com 78 anos de idade.

(BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. vol.7, p.191.)



3.º PRESIDENTE

ANTÔNIO CARNEIRO DA ROCHA

PERÍODO: 30/8/1903 a 30/7/1922

ANTÔNIO CARNEIRO DA ROCHA nasceu a 21 de setembro de 1842, em Salvador-Bahia, filho de Nicolau Carneiro da Rocha e D. Anna Soares Carneiro da Rocha. Formou-se em Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1.º de dezembro de 1865.

Em março de 1866 foi nomeado Oficial de Gabinete do então presidente da Província, Dr. Pedro Leão Veloso, continuando nesse mesmo cargo com o Dr. João Ferreira de Moura e Des. Francisco Liberato de Matos na Presidência, além do Dr. Ambrósio Leitão da Cunha, depois barão de Mamoré e do Dr. José Bonifácio Nascentes de Azambuja, deixando essas funções em 13 de fevereiro de 1868, por ter sido nomeado Juiz Municipal da 3.ª Vara desta Capital. Em 20 de setembro desse mesmo ano foi nomeado Juiz Substituto. Com oito anos de exercício nos dois citados cargos, inscreveu-se para vaga de Juiz de Direito e, como não tivesse sido nomeado, abandonou a magistratura, dedicando-se à advocacia e à política.

Quando no exercício da advocacia, foi por indicação do Conselheiro José Antônio Saraiva, no Ministério Sinimbu, nomeado Chefe de Polícia do presidente barão Homem de Melo, com a particularidade de ter sido o primeiro advogado nomeado para esse cargo, pois, pela legislação anterior, somente poderia ser Chefe de Polícia um Juiz de Direito.

Em seguida, por ter de tomar assento na Assembleia Provincial como deputado, teve de deixar o cargo.

Em maio de 1879, foi nomeado advogado do Município de Salvador.

Foi deputado Provincial durante três legislaturas, mas sendo promulgada a reforma eleitoral, estabelecendo a eleição direta, candidatou-se a deputado geral pelo 6.º Distrito da Província (Sul do estado), sendo eleito por grande maioria sobre os seus contendores.

Pouco tempo depois de haver tomado assento na Câmara dos deputados, foi convidado, em 6 de maio de 1882, pelo Conselheiro Martinho de Campos, então presidente do Gabinete, para ocupar a pasta da Marinha.

Com a queda do Gabinete, continuou como deputado, sendo reeleito.

Mais tarde, foi novamente convidado pelo Conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas, para exercer o cargo de Ministro da Agricultura, no Ministério organizado a 6 de junho de 1884.

Com a demissão do Ministro da Guerra, Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, foi convidado pelo presidente do Gabinete, Dr. Lafayette Rodrigues Pereira, por carta de 9 de março de 1885, para exercer essas funções, tendo por carta de 15 do mesmo mês, recusado esse convite, não obstante as instâncias do Des. Souza Dantas e do Dr. Prisco Paraíso, então Ministro da Justiça.

Abrindo-se vaga na bancada baiana no Senado, pela morte do barão de Cotegipe, foi incluído pelo seu Partido na lista tríplice da qual fizeram parte o Conselheiro João Ferreira de Moura e o barão de Guahy, logrando ser escolhido senador por carta de 30 de junho de 1889.

Levada a carta ao Senado, foi imediatamente reconhecido, deixando, porém, de tomar assento naquela alta Casa do Parlamento, por ter caído a Monarquia.

Com a Proclamação da República, voltou à sua atividade de advogado, tendo sido convidado para professor da Faculdade de Direito deste estado, na qual lecionou até a sua morte, a cadeira de Teoria e Prática de Processo. Quando ainda se encontrava ausente no Rio de Janeiro, foi escolhido, por unanimidade dos seus colegas, Diretor da mesma Faculdade, cargo que igualmente exerceu até a sua morte. Criado o Banco Auxiliar das Classes, nesta Capital, foi eleito seu presidente, cargo que exerceu, também, até o seu falecimento.

Criado o Instituto da Ordem dos Advogados deste estado, foi eleito seu presidente a quem coube instalá-lo.

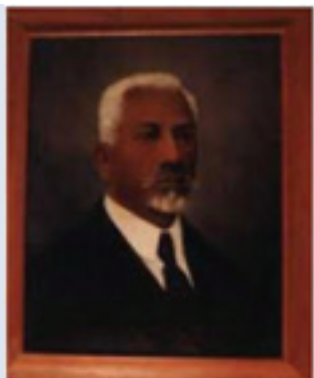
Com a mudança do regime, afastou-se da política, mas, por instâncias do então Governador José Marcelino de Souza, foi convidado para concorrer às eleições para Intendente deste município, tendo sido eleito em 10 de novembro de 1907 e exercido o cargo durante o quadriênio seguinte.

Exerceu, igualmente, o cargo de presidente do Instituto Geográfico Histórico da Bahia até a sua morte.

Obteve várias condecorações, entre elas: a Gran-Cruz da Ordem de Santana, conferida por S. Majestade o Imperador da Rússia e o grau de cavaleiro da Ordem Militar de N. S. Jesus Cristo, concedida pelo governo geral de Portugal.

O Conselheiro Antônio Carneiro da Rocha faleceu nesta capital, a 30 de setembro de 1925, aos 83 anos de idade.

(MARBACK, Sylvio de Carvalho.)



4.º PRESIDENTE

THEODORO FERNANDES SAMPAIO

PERÍODO: 1/1/1923 a 15/10/1937

THEODORO FERNANDES SAMPAIO nasceu a 7 de janeiro de 1855, no Engenho Canabrava, então município de Santo Amaro – estado da Bahia, filho de Francisco Antônio da Costa Pinto e Domingas da Paixão. Ele, major da Guarda Nacional do referido município, senhor de engenho, fidalgo cavaleiro da Casa Imperial e cavaleiro da Ordem da Rosa. Era irmão do conde Sergimirim (Antônio da Costa Pinto) e do visconde de Aramaré (Manoel Lopes da Costa Pinto), dono do mencionado Engenho Canabrava. A mãe era uma bela escrava daquela propriedade.

Conduzido para São Paulo aos nove anos de idade, em fins de 1864, foi matriculado como aluno interno, no dia 9 de junho de 1865, no Colégio São Salvador – Rio de Janeiro, cujo diretor era o Monsenhor José Joaquim da Fonseca Lima, que muito o ajudou, a ponto de nomeá-lo, ao final do seu curso, professor da classe elementar do colégio onde estudava. Em 1872 ingressou na Escola Central, que foi transformada, posteriormente, em Escola Politécnica.

Apesar da origem humilde de sua mãe e do fato de jamais ter sido reconhecido de público, pelo aristocrata que o havia gerado, não era Theodoro Sampaio um ressentido. Ocupava-se com o estudo, o trabalho e a meditação, sobretudo preocupando-se com os elevados problemas humanos, de justiça e liberdade, da filosofia, da história e da geografia, além de desenhar com segurança. Orador claro e convincente, também escrevia com talento e desenvoltura.

Homem assim tão determinado, com esquema de vida tão bem traçado, estava realmente destinado a alcan-

çar a notoriedade e o respeito de sua gente. Diplomado em Engenharia Civil no dia 15 de março de 1877, já em agosto do mesmo ano convertia-se em sócio do Instituto Politécnico Brasileiro.

Em dezembro, veio rever a mãe e comprar-lhe a liberdade. Em seguida, viajou para São Paulo, iniciando sua carreira profissional nos estudos do Porto de Santos, integrando uma Comissão Técnica incumbida de explorar também os rios e sua navegação.

Posteriormente, seguiu para São Francisco, exatamente no período em que uma das secas mais temíveis assolava nosso sertão, de cuja viagem científica resultou o importante livro “O rio São Francisco e a Chapada Diamantina.” Tinha, então, quando dessa sua viagem, apenas 24 anos e já demonstrava grande amadurecimento. Depois, atuou no rio Paranapanema, no saneamento da Estrada de Ferro da Bahia, no São Francisco e no abastecimento das águas de São Paulo. Tão eficiente foi a sua atuação profissional no mais importante estado brasileiro, que ali recebeu significativas homenagens: uma grande avenida na capital e um município do interior levam seu respeitável nome em São Paulo. Em 1904, retornou Theodoro à Bahia, tendo em vista o contrato que havia formalizado com a municipalidade de Salvador. Incumbiram-no de executar obras de restauração do sistema de águas e esgotos. Àquela altura, era um mestre consagrado. Coube-lhe, também, naquela oportunidade, reconstruir o antigo prédio da Faculdade de Medicina, em parte destruído por incêndio. Foi, então, escolhido orador oficial do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o qual presidiria posteriormente.

Elaborou, em um único exercício, cerca de duzentos discursos e conferências sobre os mais diversos temas. Conferiram-lhe também a distinguida tarefa de interpretar os sentimentos do governo e do povo da Bahia, quando da visita de Ruy Barbosa à terra natal.

Apesar de não ser afeito à política, foi eleito deputado federal, sem disputar eleições e fazer qualquer empenho para vencê-las. Tal fato ocorreu quando Otávio Mangabeira foi designado (1926) para o Ministério da Relações Exteriores, no governo de Washington Luís, tomando a iniciativa de indicá-lo seu substituto, na representação baiana. A respeito de sua sóbria atuação na Câmara, conta Humberto de Campos, seu companheiro de legislatura, que era impecável. Pontual, jamais se afastava do local onde tomava assento.

Ainda a respeito de uma breve vida parlamentar, depôs Viriato Correia a J. Romão da Silva, que relata o fato:

“Viriato Correia, que palestrava com um outro deputado no recinto da Câmara, quando um movimento desusado lhe despertou a atenção. Um homem de tez escura, trajado com sóbria elegância, é cercado de vários parlamentares que o cumprimentam quase reverentes. Tomado de curiosidade, dirigiu-se a um companheiro e perguntou quem era o visitante tão reverenciado. O outro arregalou os olhos com ar de espanto diante da ignorância:

– É o sábio Theodoro Sampaio.

Viriato levantou-se e foi, também, cumprimentar o homem cujo nome e saber eram já largamente conhecidos.”

Referindo-se ao ilustre conterrâneo, declarou Otávio Mangabeira: “Uma vida digna de servir de exemplo aos moços.”

Vale referir ainda, como um traço marcante de seu caráter, o fato de jamais se esquecer dos seus familiares. Comprometeu-se, pois, pessoalmente, a resgatar a libertação de seus parentes, tão logo os recursos o permitissem.

Sobre sua invulgar personalidade, assim se pronunciou João Ribeiro:

“Era tímido, porque foi humilde nas suas origens. Mas a força que o elevou à glória e a admiração dos seus contemporâneos denotam um vigor ascensional que é mais de orgulho que timidez.”

Dentre as suas inúmeras publicações, destaco, A Posse do Brasil Meridional, São Paulo no Tempo de Anchieta, O Caminho das Índias e O Tupi na Geografia Nacional.

Sobre ele, entusiasmado, escreveu Carlos Chiacchio, no *Jornal de Ala*:

“Este sim, era um mestre. Mestre, que afirma sem negar. Que vence, sem destruir. Que sobe, sem abaixar-se. A enfiatura do caráter fomentava-lhe a força do talento. Eram duas facetas diamantinas do mesmo cristal. Para o ciclo fecundo de sua vida, irradiado, por valores positivos, não há mister senão de lhe seriar as obras e os serviços, por épocas e etapas, por zonas e regiões, por fatos e fenômenos, distribuídos no curso da nossa história, do nosso folclore, da nossa geografia, da nossa etnologia, da nossa indianologia, da língua, da raça e do drama sociológico do Brasil. Este, sim, era um Mestre.”

E é este Mestre que toda a Bahia reverente e agradecida homenageou a na data cinquentenária do seu falecimento.

I. O Tupinista

Tendo nascido em 1855, não poderia deixar Theodoro Sampaio de abeberar-se dos ideais do Romantismo, sobretudo da sua faceta mais vinculada às nossas raízes brasileiras – o Indianismo, fruto do entusiasmo nacionalista de nossa gente.

Baiano do Recôncavo, nascido sob o teto sagrado do Engenho Canabrava, em cuja região foi extremamente ardoroso o sentimento separatista, certamente deve ter ouvido impressionantes relatos sobre a guerra da Independência que, a 2 de julho de 1823, libertara nossa província.

Garoto astuto e curioso, bem cedo percebeu que fora nosso caboclo elevado às alturas de herói, símbolo de oposição ao poderio lusitano, elemento lidimamente nacional.

Por isso refletiu, também, desde as primícias dos seus estudos tupis, sobre a antroponímica da Independência, tema mais tarde retomado e analisado por Frederico Edelweiss.

O índio foi sempre objeto do interesse de Theodoro Sampaio, uma das mais vivas preocupações do estudioso, voltado para os assuntos brasileiros. Entendeu que lhe caberia dedicar-se à análise do elemento nativo. Assim, na Pasta n.º 2, Doc. n.º 2 do Arquivo Theodoro Sampaio, do IGHB, há um precioso manuscrito sobre O Índio, assunto da conferência que pronunciou no quarto centenário da fundação de São Vicente. Valem aqui transcritos alguns trechos revistos e modificados da conferência, pouco conhecida dos brasileiros, a fim de que se tenha acesso a um belo momento de inteligência do ilustre conterrâneo.

“Há uns 35 anos, em 1897, nesta cidade de S. Paulo, por iniciativa feliz de Eduardo Prado, de memória inesquecível, aqui celebramos por meio de conferências, como estas de agora, o terceiro centenário de Anchieta, o apóstolo do Brasil.

São 35 anos decorridos já e de quantos tomamos parte nessa comemoração centenária de eco tão largo na geração contemporânea só um sobrevive e este, por mercê da Providência, é o humilde orador que ora vos dirige a palavra e a quem, aliás, já o peso dos anos lhe não consente os mesmos entusiasmos das jornadas d’outrora.”

Em todo o decorrer do texto é visível a simpatia do autor pelo elemento nativo, sobre quem se expande em elogios:

“Não é só isso o que devemos ao índio; devemos-lhe o conhecimento do país, pois que foi ele o guia seguro, o tapeyara inigualável das bandeiras descobridoras. Por toda a parte, por montes e vales, pelos grandes caudais como pelos imensos araxás, entre as bacias fluviais do continente, onde quer que o bandeirante pisou como caçador de escravos ou como mineiro à aventura, o índio foi-lhe o guia, foi-lhe a bússola, foi-lhe a força, foi a multidão, foi também o sofrimento resignado, paciente, preso ao fatalismo do seu destino.”

São suas ainda as observações:

“Dotado de instinto topográfico incomparável, uma das feições essenciais do seu gênio, o índio sabe por onde anda e por onde vai andar nas regiões desconhecidas, basta-lhe somente pôr o rosto ao sol e por este governar toda a jornada. Com ele, atina com os caminhos nos sertões por onde nunca andou e vara horizonte após horizonte por trilhas apagadas, que só a sua habilidade de tapeyara logra descobrir.”

De referência ao manuscrito de “O TUPI NA GEOGRAFIA NACIONAL”, pertencente ao arquivo do IGHB, tem início com a bela introdução:

“Não é novo, antes, pelo contrário, muito frequentemente debatido é o objeto do presente estudo. Sobra-lhe, porém, interesse histórico, exalça-o notavelmente o valor que assume na geografia nacional e, sobretudo, recomenda a atenção simpática que sempre logrou despertar no nosso meio literário.

Encarando-o agora por uma face nova, outro não é o nosso intuito, aliás despretenso e modesto, que não o de metodizar, ou submeter a regras esse estudo linguístico que por aí anda ao bel-prazer das fantasias de uns e ao desazo dos que menos familiarizados com a língua dos primitivos habitantes desta terra a deturpam e desfeiam, atribuindo-lhe aos vocábulos sentido e significados absurdos ou procurando interpretar aqueles já adulterados ou assimilados pela dicção vulgar por processos estranhos às leis gotológicas que regem a matéria.”

O primeiro capítulo do seu consagrado manuscrito versa sobre o tema: “Da expansão da língua tupi e do seu predomínio na geografia nacional.”

Consta ainda do legado de Theodoro Sampaio ao Instituto que presidiu e do qual foi orador o “Vocabulário da Língua Nheengatu do Amazonas” (dados de Stradelli), copiados do seu próprio punho.

Mas, não somente pelo tupi interessava-se o nosso homenageado. Outros idiomas nativos foram objeto de sua consideração, a exemplo do Vocabulário da língua Cayuá, tribo de índios do vale do rio Paranapanema (Pasta n, 1, Doc. n. 2).

Na mesma pasta, Doc. n.º 3 em “Notas diversas”, há vocábulos tupis de procedência tupi, empregados na obra de Alberto Rangel – Sombras n` água. Outro manuscrito de sua autoria se intitula “Interpretações dos nomes tupis” encontrados na Descrição Geral da Capitania da Paraíba, de Elias Horckman.

Por outro lado, o Jornal do Comércio – edição de 24 de janeiro de 1915 – traz extensa resenha, não assinada, sobre a 2.ª edição da qual extraímos o seguinte trecho: “É a segunda edição revista, correta e aumentada do excelente livro que, em 1902, teve tão forte e justa repercussão.”

Em prefácio assinado à 4.ª edição, Frederico Edelweiss, seu anotador, assim se expressa sobre a importância da obra:

“O TUPI NA GEOGRAFIA NACIONAL é, desde o seu aparecimento, um dos livros mais consultados pelos nossos indianistas, historiadores e geógrafos. Muitos estudiosos da língua tupi lhe devem a maior parte dos seus conhecimentos, dos seus argumentos, o arremate final às suas elucubrações. E, como acontece com outros assuntos, quanto mais a ele recorrem, menos lhe citam o nome. Mas, queiram ou não queiram, prestam ao grande autor o inestimável serviço de espalhar os seus ensinamentos, que, embora se distribuam por três decênios e se contenham em três edições: de 1901, de 1914 e de 1928, continuam pouco acessíveis ao número sempre crescente dos interessados, num assunto de tão palpitante atualidade pátria.”

O mesmo mestre acentua, à guisa de justificativa, ante os equívocos cometidos por Theodoro Sampaio, não ter ele conhecido a obra básica indispensável aos estudos tupis, vale dizer, o Vocabulário da língua brasileira. Por isso mesmo, utilizou-se largamente do Dicionário português e brasileiro, que reproduz o tupi deturpado dos

mestiços do Século XVIII, socorrendo-se, ora das Artes de Anchieta e Figueira, ora dos compêndios guaranis e não raro, do nheengatu moderno.

Essas expressões de Frederico Edelweiss são suficientes para que se entenda ter ele muitas restrições a fazer à obra máxima de Theodoro Sampaio. Por essa razão, além de tê-la anotado, em 1955, por ocasião do centenário de nascimento do ilustre baiano, prosseguiu na tarefa beneditina de reanotá-lo até próximo da data do seu falecimento, ocorrido no dia 15 de outubro de 1976.

Permito-me aqui acrescentar alguns comentários de Plínio Ayrosa, catedrático de tupi da USP, já falecido, sobre Theodoro Sampaio, em artigo publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 33 : 273-277, 1937.

“Sem dispor, jamais, de nenhum dos muitos elementos fortes que às vezes apoiam os homens na escalada da glória e da riqueza; sem jamais pensar em abaixar-se ante os poderosos para subir e vencer e sem jamais ocultar as suas ideias para captar as simpatias alheias, veio da humildade de um berço sombrio e foi para as sombras de um túmulo humilde sem ter magoado a ninguém, sem a ninguém ter negado espaço no atropelo da vida e sem a ninguém ter deixado de dar tudo quanto pudera dar.”

Referia-se, assim, Plínio Ayrosa aos traços de caráter do notável Theodoro Sampaio, a quem todos os coevos reconheciam como um dos mais dignos, honrados, polidos, cultos e inteligentes homens de sua época. Por isso, atravessou o tempo e se mantém vivo na memória de sua gente. Theodoro Sampaio construíra-se a si mesmo, graças ao labor e ao estudo cotidiano, a tenacidade e a obstinação dos que jamais desistiram de lutar. São ainda de Plínio Ayrosa essas considerações:

“A sua vitória incontestada, a sua vitória positiva no campo das pesquisas históricas e no penumbroso ambiente vasto da linguística ameríndia, ele a atingiu graças a seu propósito esforço, graças à sua tenacidade e, sobretudo, graças ao equilíbrio mental que soubera estabelecer desde os seus verdes anos de juventude.

Ao contrário de muitos historiadores contemporâneos, nunca se aventurou a conclusões históricas sugeridas por documentos e estudos fragmentados, como nunca julgou os vultos históricos à luz exclusiva do seu critério pessoal.”

Por último, retomando o prefácio de Edelweiss à 4.^a edição de O TUPI NA GEOGRAFIA NACIONAL, cabe-me acrescentar:

“Fomos informados de que Theodoro Sampaio deixou um exemplar da última edição com um sem número de correções, principalmente de erros tipográficos. Infelizmente, tal exemplar não está ao alcance do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Mesmo assim corrigimos diversos erros de composição, que não figuram na Errata.

Há mais de cinco lustros instamos o autor, de público, a apressar a terceira edição de O TUPI NA GEOGRAFIA NACIONAL. Seja a quarta uma pequena homenagem ao grande mestre, cuja perspicácia criou, com poucos recursos, uma obra duradoura e deu novo alento a uma disciplina que tão intimamente se entretete com o nosso passado.

Cidade do Salvador, janeiro de 1955.”

II. O Geógrafo

– Informe da ex-presidente do IGHB, Consuelo Pondé de Sena: “Minha linguagem, desvestida de maior profundidade de análise desmente, todavia, a minha formação, diplomada que sou em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia de Isaías Alves.

Assim, pois, dando início às minhas considerações, permito-me parafrasear Afrânio Peixoto ao definir “A geografia será, assim, a ciência do presente explicada pelo passado, a história, a ciência do passado, que explica o presente.”

Theodoro Fernandes Sampaio foi, antes de tudo, geógrafo. Geógrafo por intuição, consciente da importância da configuração física da terra e dos fenômenos que nela se processam, bem assim do trabalho humano que sobre o globo terrestre há milhares de anos se realiza, razão pela qual, em pleno conhecimento de causa, pode ser incluído entre os que mais competentemente reconstruíram o passado brasileiro.

Theodoro Sampaio era dotado de largo domínio de conhecimentos, desde arqueologia e antropologia, conforme sublinhou Thales de Azevedo, ao geógrafo, que pratica uma ciência de síntese, ao historiador e ao engenheiro de expressão multifacetada.

Thales analisa-o como:

“Um caso típico daqueles brasileiros que, preparados para uma carreira técnica, alcançam prestígio na mesma, ao tempo em que, interessando-se por matérias situadas em outros campos, impõem-se mestres nessas áreas, devido à sua incomum capacidade de produzir obra intelectual de alto valor.”

Efetivamente, o vigoroso lutador que sempre se mostrou Theodoro Sampaio, além de intelectualmente inquieto e arrojado, foi um homem de ação. Pensava, optava, comparava, avaliava e decidia, dotado que era de livre iniciativa e determinação quanto aos objetivos que desejava alcançar. Envolvia-se profundamente em todas as tarefas às quais se exaltava e alimentava o ideal que norteava a sua existência. Assim, pôde desempenhar todos os papéis que havia esquadrinhado no mapa de sua longa e produtiva vida.

Permito-me aqui mencionar o que sobre Theodoro Sampaio, o geógrafo, assinalou o notável historiador cearense, João Capistrano de Abreu, em carta endereçada a João Lúcio de Azevedo:

“Grande parte desta semana estivemos juntos no Instituto e na Biblioteca Nacional. Conhecia, de ouvir dizer, seu talento de topógrafo no campo, que quase instantaneamente traçava um mapa, deixando apenas detalhe a corrigir – Apreciei-o agora na interpretação de mapas e roteiros antigos da Bahia: é assombroso.”

Parcimonioso e contido nas expansões de admiração e elogio, a opinião de Capistrano soa como uma verdadeira louvação ao talento e à competência de Theodoro Sampaio.

Disse Shakespeare na cintilação do seu imenso talento: “Não são às estrelas, mas sim a nós mesmos que estamos subordinados.” Efetivamente, apesar de sua origem algo humilde, Theodoro moldou, formulou e ajustou seu próprio destino, animando-se no pensamento construtivo, de acordo com o princípio imutável da verdade.

Engenheiro diplomado aos 22 anos pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, muitos dos seus trabalhos inserem-se, na realidade, no campo específico da Geografia, essa bela ciência que tem por escopo a descrição da superfície da terra, isto é, o estudo das características, da vegetação, dos minerais, dos povos de cada região, etc. A Geografia proporciona, pois, informações indispensáveis ao perfeito conhecimento de várias regiões do globo terrestre e das múltiplas influências que atuam sobre o meio biofísico e cultural, bem como a influência que esses fatores operam sobre a matéria organizada, principalmente sobre o homem.

Naquela ocasião em que Theodoro iniciou suas atividades profissionais, inexistia em nosso meio a profissão de geógrafo, disciplina que passou a compor os quadros pedagógicos das primeiras faculdades de filosofia criadas no país a partir de 1934 e após a fundação do Conselho Nacional de Geografia, em 1937. Na realidade, os trabalhos de natureza geográfica eram antes considerados simples apêndices da engenharia. A vocação inata para a geografia manifestou-se em Theodoro Sampaio desde a elaboração de seu primeiro trabalho científico, que versou sobre a geografia e a geologia de São Paulo.

Foi, igualmente, como engenheiro da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, dirigida pelo consagrado geólogo norte-americano Orville Adalbert Derby, que ele realizou a exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema, em 1886, de cuja operação resultou apreciável relatório e, quatro anos mais tarde, uma obra de real significado geográfico – “Considerações geográficas e econômicas sobre o vale do rio Paranapanema”.

Ainda que Theodoro Sampaio houvesse, ao longo da vida, escrito inúmeras obras exclusivamente relacionadas com a sua formação acadêmica de engenheiro civil, suas primeiras realizações circunscrevem-se ao campo da geografia.

Sampaio era, sem sombra de dúvida, um geógrafo de campo, conforme opinou Macedo Soares Guimarães. Suas melhores obras de campo dessa ciência, O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina e Observações geográficas e econômicas sobre o vale do Rio Paranapanema, resultaram de suas pesquisas de campo.

Se é certo que no seu trabalho sobre O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina teve como orientador e guia o sábio Derby, com quem viajou durante longo trecho do «rio da unidade nacional», a ponta que inclui a chapada Diamantina, de Carinhanha até São Félix percorreu-a apenas com a ajuda de auxiliares. Espanta, pois, a impressionante maturidade do seu trabalho e das suas observações, quando sabemos que contava, então, apenas 25 anos.

De outra parte, a exploração dos rios Itapetininga e Paranapanema, na condição de chefe da turma exploradora, na qual se incluíam os engenheiros Francisco de Paula Oliveira e João Francisco Washington de Aguiar, significa um momento importante na vida do grande baiano.

Versando sobre Theodoro Sampaio, o geógrafo, torna-se imperioso sublinhar sua produtiva atividade em colaborar com seu amigo e companheiro, Bernardino José de Souza, na realização do V Congresso Brasileiro de Geografia, reunido em Salvador, em 1916, sob a sua presidência. Naquela oportunidade, contava 61 anos de idade. Nem por isso, contudo, deixou de apresentar teses inéditas, originárias das suas pesquisas de campo.

Decorridos 11 anos, aos 72 de idade, aproveitando as férias passadas na Bahia de Todos os Santos, realizou pesquisa, *in loco*, do que resultou a monografia “A Ilha de Madre de Deus,” oferecida à Casa da Bahia, àquela altura, sob a sua lúcida presidência.

Na condição de geógrafo prático, empenhou-se na criação de departamentos geográficos, referindo-se ao exemplo de São Paulo, com a sua Comissão Geográfica e Geológica, a que emprestara colaboração decisiva.

Já em 1911, desejando Bernardino José de Souza propor ao governo da Bahia a criação de um departamento com essa finalidade, solicitou a Theodoro Sampaio que elaborasse um anteprojeto sobre o assunto. Dois dias depois, recebia do ilustre geógrafo, além do levantamento da carta, estudos geográficos, geológicos e etnográficos, acrescidos de uma série de sugestões de ordem prática.

Também ofereceu valiosa cooperação ao aproveitamento agrícola dos nossos campos, valendo-se dos princípios da ciência aplicada. Profetizou que o vale do Paranapanema seria o futuro agrícola das regiões campestres paulistas, afirmação mais tarde confirmada por Leo Waibel. Efetivamente, 59 anos decorridos o grande geógrafo recomendava a colonização dos campos brasileiros ao declarar:

“Das observações e fatos relatados na segunda parte deste trabalho, chego à conclusão de que os campos dos planaltos do sul do Brasil podem ser cultivados e colonizados, se forem aplicados métodos agrícolas intensivos e se for assegurado um mercado para produtos comerciais compensadores.”

Confirmava-se, assim, o que a intuição de Theodoro Sampaio previa com tanta antecipação.

Ao concluir essas considerações incompletas sobre a intensa atividade de geógrafo de Theodoro Sampaio, lembrava que até “O TUPI NA GEOGRAFIA NACIONAL” traz o sinete da alma do geógrafo que foi. O mesmo se diga sobre seu estudo “Da Evolução Histórica do Vocabulário no Brasil”, resposta à crítica de José Veríssimo, à sua memória: “Denominações Geográficas Indígenas em torno da Baía de Todos os Santos”.

Trabalhos menores, constantes da sua ampla bibliografia, não podem aqui ser esquecidos. Refiro-me ao es-

tado da Bahia (Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas), bem assim três capítulos sobre orografia, hidrografia e minerais e constituição geológica, que fazem parte do Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico. Recorda-se, também, em momento apropriado, a influência que Theodoro Sampaio exerceu sobre Euclides da Cunha, na composição literária de *Os Sertões*.

Declarou o próprio Theodoro, em discurso pronunciado na Casa da Bahia, ao ensejo do 10.º aniversário de morte de Euclides da Cunha, ter fornecido ao escritor de Canudos, notas sobre o sertão que percorrera nos seus primeiros anos de vida profissional e ainda cópia do mapa, por ele mesmo traçado e ainda inédito, alusivo a Canudos e ao vale supervisor do Vaza-Barris, tendo sido a outra cópia oferecida ao então Ministério da Guerra, para as primeiras operações militares. Mestre múltiplo de múltiplos saberes e incontáveis discípulos, foi o notável baiano, Theodoro Sampaio, que a pouco trouxemos de volta à «Casa da Bahia» que ajudou a edificar com carinho e desvelo, e na qual fosse como orador, fosse como presidente, iluminou com o fulgor do seu talento e a sua iluminação de sábio.

Na manhã do dia 2 de outubro, fomos, eu e Yolanda Maria do Nascimento, gerente técnico cultural do Arquivo Público do estado da Bahia, à casa da sobrinha-neta de Theodoro Sampaio, Sr.^a Maria Joana Estácio Alves, nascida a 18 de outubro de 1917, que o viu em duas oportunidades. Indagando-lhe sobre o parente ilustre, disse-nos que era “simples, calado, delicado e bom filho.”

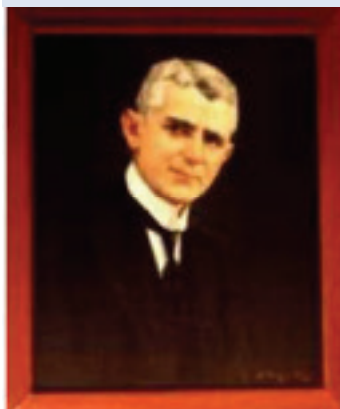
Revelou-nos também se recordar muito do filho de Theodoro, José Sampaio, médico, e que em companhia do pai visitara a fazenda Pandaronga, onde atendera a muitos enfermos.

Triste foi a revelação de que a família destruiu a vasta correspondência de Theodoro para sua mãe. Finalmente, se recordou de que Theodoro Sampaio tinha preferência por mininico de carneiro e frigideira. Outros parentes existem, a exemplo de César, sobre quem ele fala em uma dessas cartas, que preferem silenciar a emitir qualquer opinião sobre o grande vulto baiano.

Desejava saber mais profundamente sobre a vida, entre outros assuntos, sobre suas convicções pessoais, sua maneira de encarar o mundo, suas reações de temperamento, a fim de percebê-lo na sua integridade, porquanto não me foi concedido o privilégio de conhecê-lo pessoalmente. Essa rara oportunidade de privar com um sábio foi-me propiciada, contudo, através da longa e próxima convivência com Frederico Edelweiss, meu mestre de Tupi, na Faculdade de Filosofia, a quem pude ver com os olhos da admiração e sentir através do carinho paternal que me dedicava. Sem chegar a conhecer Theodoro Sampaio, agrada-me verificar que dele muito me aproximam algumas preferências intelectuais, a exemplo do gosto pela história, pelos estudos tupis e pela geografia, razões pelas quais me incumbi da reedição de “O TUPI NA GEOGRAFIA NACIONAL” (5.^a edição) e me responsabilizei pelas celebrações do cinquentenário do seu passamento, ocorridas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – maneira significativa com que procurei cultivar-lhe a respeitável lembrança.

Faleceu a 15 de outubro de 1937.”

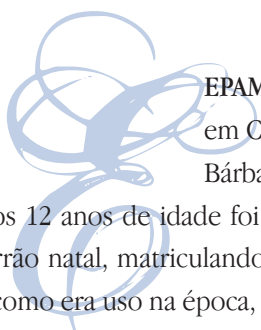
(SENA, Consuelo Pondé de. Revista n.º 391, a 157 do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.)



5.º PRESIDENTE

EPAMINONDAS DOS SANTOS TORRES

PERÍODO: 26/12/1937 a 31/12/1949



EPAMINONDAS DOS SANTOS TORRES nasceu a 13 de dezembro de 1876, em Curaçá (antigo Capim Grosso), Bahia, filho de José dos Santos Torres e D. Bárbara da Encarnação dos Santos Torres.

Em 1888, aos 12 anos de idade foi mandado para Salvador, onde deu prosseguimento às primeiras letras, iniciadas no torrão natal, matriculando-se no Colégio São Salvador, no ano de 1890, onde fez os seus exames preparatórios, como era uso na época, com vistas ao curso de Engenharia.

Desde cedo, revelando inteligência e aplicação aos estudos, concluiu o curso secundário, rumando o jovem Epaminondas para o Rio de Janeiro, por cuja escola Politécnica, antiga Escola Central, diplomou-se em engenharia civil, a 20 de abril de 1900, no limiar do século atual, aos 24 anos de idade.

Fundada a Escola Politécnica da Bahia, em 14 de março de 1897, o jovem Epaminondas Torres, logo depois de ter concluído o curso de engenharia civil, no Rio de Janeiro, foi convidado a participar do seu corpo docente, do qual o recém-diplomado, viria a ser um dos mais ilustres e eminentes professores.

De retorno a esta cidade, tocado de idealismo, enriquecido o espírito dos sólidos conhecimentos que o curso brilhante lhe propiciara, Epaminondas dos Santos Torres deu início às suas atividades profissionais. Já a 22 de junho de 1900, com dois meses e dois dias de formado, era nomeado 1.º Engenheiro da Diretoria de Obras Públicas do Município do Salvador, pelo Ato n. 543, aprovado pelo Conselho Municipal, hoje Câmara dos Vereadores.

Em 1902, exerceu as funções de professor do Instituto Agrônomo e Industrial da Bahia e, por sua competência e já reconhecido mérito, foi nomeado, a 4 de maio de 1903, professor efetivo da 3.ª cadeira do Curso Fundamental da Escola Politécnica da Bahia: Mineralogia e Geologia.

É que a novel Escola Politécnica da Bahia, idealizada por Arlindo Fragoso e por este fundada a 14 de março de 1897 – com uma plêiade de idealistas em que se distinguiram Alexandre Freire Maia Bittencourt, Francisco Lopes da Silva Lima, Artur de Sá Menezes, Dionísio Gonçalves Martins, Salvador Pires de Carvalho e Aragão, Luís Tomaz da Cunha Menezes e outros – tomou por norma recrutar, entre os jovens engenheiros que então se distinguiam na profissão, aqueles que deveriam integrar o quadro do seu professorado.

Fundada a Escola Politécnica da Bahia em 1897, no governo Luís Vianna, sob as inquietações do conflito de Canudos, o seu idealizador, Arlindo Fragoso, lembrou que também a Escola Politécnica de Paris surgira em meio às agitações nacionais, e sugeriu para o lema da Escola, aquele que Napoleão fez inscrever no estandarte da Academia de Monge e Fourcroy: “Pela Ciência, pela Instrução e pela Pátria.”

E dentre os que foram convocados, na Bahia, para compor o corpo, da hoje tradicional e respeitada Escola Politécnica, que tantos e ilustres engenheiros têm fornecido ao país, encontrava-se o jovem Epaminondas Torres.

De professor de Mineralogia e Geologia do Curso Fundamental, passou Epaminondas Torres a reger, a partir de 31 de março de 1905, a cátedra de Hidráulica Teórica e Aplicada, no 3.º ano do curso de Engenharia Civil, tendo também ensinado Desenho Cartográfico e Saneamento.

Dá por diante, notável seria a sua atuação na Escola Politécnica da Bahia, dignificando o ensino superior com as luzes do seu saber, o brilho da sua inteligência, a tenacidade do seu trabalho, a correção das suas atitudes, a retidão do seu caráter.

Dotado desses atributos, que lhe compunham a personalidade ilustre, Epaminondas Torres soube granjear, no curso dos longos anos por que se desdobrou a sua atividade docente, o respeito, a consideração e a simpatia, assim dos seus pares da Congregação, como dos seus diletos discípulos.

Dedicado à Escola com todo o ardor do seu entusiasmo, servindo-a com o ânimo dos obstinados, querendo-a com devoção, Epaminondas Torres foi pelo governo federal nomeado, a 3 de maio de 1934, diretor da Politécnica, cargo que exerceu com descortino, inteligência, segurança e bondade, realizando obra pedagógica administrativa de considerável relevo.

Mestre de várias gerações, professor de comprovada competência, viu a sua carreira magisterial coroada com a láurea de professor Emérito da Escola Politécnica, a 17 de outubro de 1944.

Era o reconhecimento da Escola a seu egrégio professor, que durante mais de quarenta anos a dignificara e servira.

E, nesse estirão de tempo, além do rigoroso e magnífico desempenho das aulas, Epaminondas Torres também fez parte do Conselho Técnico-Administrativo da Escola, ao lado de Arquimedes Gonçalves, Artur de Sá Menezes, Francisco de Souza, Américo Furtado de Simas, Licínio de Almeida, Frederico Pontes, Leopoldo Amaral, Tirso Simões de Paiva, Tito César Pires, Jaime Cunha da Gama e Abreu, Arquimedes Guimarães, Paulo Pedreira de Cerqueira, Elísio de Carvalho Lisboa e outros preclaros professores.

Participou, por várias vezes, de bancas de concurso para catedrático e livre-docente, integrou a Comissão de Didática e foi, inclusive, orador nas solenidades de inauguração dos retratos dos saudosos e ilustres professores Evandro Soares de Pinho e Francisco Penalva de Faria, como também nos funerais de Antônio Ferrão Moniz de Aragão, ex-professor de Economia Política da Escola e ex-governador da Bahia.

Homem escrupuloso e de critério, absteve-se, como o seu colega Sá Menezes, de votar no rumoroso caso do estudante Renato dos Reis Gordilho, ambos assim procedendo, por serem amigos do Dr. Adriano dos Reis Gordilho, pai do jovem.

Assim como Epaminondas Torres, vieram ilustrar a Congregação da Politécnica, nos cinco primeiros anos da sua fundação, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Tirso Simões de Paiva, José Allioni, Antônio Joaquim de Souza Carneiro e outros eminentes engenheiros.

Membro também do Instituto Politécnico da Bahia, fundado em 1896, que precedeu de um ano a Escola e lhe foi a célula genetriz, teve Epaminondas Torres, do Instituto, a incumbência de organizar um memorial a respeito das riquezas agrícolas e industriais da Bahia, para a Exposição nacional de 1908, no Rio de Janeiro, e fazê-lo com zelo, rigor e proficiência.

As atividades de Epaminondas Torres, porém não se restringiram à nobre tarefa universitária. Múltiplo e largo foi o seu campo de ação na vida pública. Profissional arguto e dinâmico, estendeu a sua proficiente atividade à engenharia sanitária, à engenharia ferroviária e às obras contra as secas.

Engenheiro do Prolongamento da Estrada de Ferro Baturité, no Ceará, nomeado a 10 de agosto de 1903, já a 28 de março de 1905 era admitido como 1.º Engenheiro do Município de Salvador. Em 1908, pela lei 874, de 22 de janeiro do Conselho Municipal, assumiu as funções de Engenheiro Sanitarista da Capital e, nesse mesmo ano, foi nomeado, a 30 de junho, Engenheiro Fiscal das Obras de Esgoto desta Cidade do Salvador. Em 1912, a 11 de junho, foi nomeado, pelo decreto 7440, do governo federal como contratante das obras de construção da Estrada de Ferro Timbó a Propriá entre a Bahia e Sergipe, representando a firma Austriclano de Carvalho & Cia. Em 1918, era Auxiliar Técnico do 3.º Distrito da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Em 1920, assumiu o cargo de Diretor da Seção Especial de Gás e Eletricidade do Salvador.

Larga e vitoriosa vinha sendo, como se vê, a atuação de Epaminondas Torres no campo do magistério e da engenharia, esta, sobretudo, exercitada no Município de Salvador.

Ainda sob os reflexos da primeira Grande Guerra, que terminou em 1918, Epaminondas Torres assumiu a Superintendência do Serviço de Viação e Iluminação Municipal, organizando e tornando-o eficiente e capaz de atender às necessidades imperiosas do momento.

O Governador José Joaquim Seabra, então chefe do Partido Republicano Democrata, ao instalar, a 29 de março de 1920, o seu segundo governo conquistado a duras penas, inclusive tendo que enfrentar a tenaz oposição de Ruy Barbosa, confiou a Manuel Duarte D' Oliveira a Secretaria da Fazenda e Tesouro Público do estado da Bahia e, por intermédio deste, convidou para exercer o cargo de Intendente da Cidade do Salvador o prof. Artur de Sá Menezes, que agradeceu a distinção e recusou o honroso convite, apresentando razões superiores.

Foi então nomeado Intendente (hoje Prefeito) da Cidade do Salvador, o seu colega, amigo e compadre Epaminondas Torres, com uma folha de notáveis serviços prestados à municipalidade.

Empossado a 17 de maio de 1921, Epaminondas Torres não mediu sacrifícios nem esforços para bem desempenhar-se do encargo.

Intendente, de 1921 a 1923, realizou obra administrativa de vulto, tendo como secretário, o Dr. Manuel Vaz Vieira dos Santos; como diretor de Higiene e Assistência Pública, o Dr. Amaral Moniz; como diretor do Tesouro, o Dr. Pedro Afonso de Araújo; como diretor do Contencioso, o Dr. Mário de Castro Rebelo; como Chefe da Fiscalização, o Dr. Francisco de Assis Barros; como Juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, o Dr. Horácio Lucatelli Dória.

Cercado dessa equipe de homens ilustres, Epaminondas Torres entregou-se, com todo o poder que pôde, à árdua tarefa de governar esta Cidade, então de precaríssimos recursos financeiros e com múltiplos e variados problemas a desafiar a argúcia dos administradores, ainda os mais capazes. Fê-lo, o grande engenheiro e ilustre professor, com o descortino, a visão, a probidade com que assimilou a sua gestão.

José Coelho, referindo-se à acertada atuação do prof. Epaminondas Torres à frente da Prefeitura do Salvador, escreveu:

“Empenhado visivelmente por melhorar a situação da Comuna, que vem de estar por muitos anos em quase desequilíbrio financeiro, S. Ex.^a, podemos dizer sem receio de contestação, fez-se um esforçado prolongador da ação utilitária do Intendente que o antecedeu, e que foi o iniciador da reconstituição do crédito e da moralidade do governo da velha e afanosa Capital, com o inimitável concurso de S. Ex.^a, a quem agora cabem as honras de governá-la.”

Atingia, assim, Epaminondas Torres, o ponto culminante de sua fecunda vida pública, plena de realizações que tanto hoje lhe recomendam a memória.

Foi um Prefeito (então, Intendente) que soube honrar e dignificar o cargo, prestando à Cidade do Salvador serviços inestimáveis, que se estenderam às áreas da Viação, Higiene, Saúde Pública, Iluminação, Água, Esgoto, Educação.

E, ademais, carece lembrança a sua atuação pioneira nas comemorações do centenário do Dois de julho (1823–1923) quando, como Intendente, mandou fazer a reprodução fac-similar das Atas do antigo Senado da Câmara Municipal da Cidade do Salvador.

Anos adiante, nome já consagrado da vida pública baiana, Epaminondas Torres foi empossado, em maio de 1929, no cargo de diretor da Companhia de Energia Elétrica da Bahia, quando igualmente prestou assinalados serviços à Cidade do Salvador.

Homem de cultura, a fortuna reservar-lhe-ia, já sexagenário, mais uma oportunidade de bem servir à Bahia: a 23 de dezembro de 1937, foi eleito presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que assim reconheceu as altas qualidades que lhe emolduravam a personalidade.

Nesta “Casa da Bahia”, que é o lar intelectual de todos os baianos, Epaminondas Torres se houve com o mesmo brilho, rigor, eficiência e entusiasmo com que exercitou tantos outros cargos nos domínios da engenharia, do magistério, e da administração pública.

Aqui, cercado dos livros que compõem a opulenta Biblioteca deste Instituto, da estima e do respeito dos membros da Diretoria e de quantos integram esta instituição de cultura, Epaminondas Torres revelou-se homem de sensibilidade para as coisas que dizem com o passado da nossa terra, com os fatos da nossa História e com o civismo do nosso povo.

E convém ser lembrado quanto a ele deve esta Casa, no particular da construção da sua sede, obra da tenacidade de Bernardino de Souza, mas que, sem a ação prestigiosa de Epaminondas Torres, então Prefeito desta Cidade, junto ao Governador Seabra, por certo teria experimentado maiores dificuldades.

Tendo prestado ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia os serviços mais altos de sua inteligência e do seu idealismo, e exercido, com firmeza e elevação, a presidência desta Casa, não poderia esta faltar ao dever do registro, como agora está a fazer, da passagem do primeiro centenário do seu nascimento.

Homem íntegro, inteligente, culto e bondoso, Epaminondas Torres foi uma figura da maior projeção na Bahia. Espírito chistoso, dotado do melhor bom humor, tinha para tudo uma palavra adequada, não raro de inocente malícia, e era com graça que costumava despedir-se dos interlocutores: “Até a próxima conferência.”

Estamos a vê-lo, de estatura mediana, ereto, firme, apurado no traje, no geral de impecável duque branco, de sapatos também brancos, cravo à lapela, bela e ligeiramente ondulada cabeleira prateada pelas cãs que lhe davam à fisionomia toque de respeitabilidade e simpatia.

Vulto inconfundível, Epaminondas Torres, que viveu 24 anos no século XIX e 55 anos no século XX, veio a falecer a 8 de outubro de 1955, com 79 anos de idade, no seu solar da Boa Viagem, na Av. Luiz Tárquínio, n. 82, mansão senhoril que demorava em longo parque onde as árvores e as roseiras lhe ofereciam sombra e perfume, não faltando ao quadro acolhedor da sua magnífica residência o marulho do mar que beijava a areia branca da praia até aonde iam os limites da sua chácara.

Naquele aconchego adorável, onde à família se juntavam os amigos, o velho Epaminondas – com sua boníssima esposa, D. Maria do Prado Torres (D. Yayá) e com os seus filhos, Edgard, Emar, Evani e Elisete a todos obsequiava e prendia.

É à memória desse homem – Epaminondas dos Santos Torres -, de vida particular e pública exemplares, que o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia hoje presta esta homenagem, certo de que cumpre o indeclinável dever de recordar os atributos morais e intelectuais do seu preclaro e querido ex-presidente.

(MENEZES, Jayme de Sá, Revista n.º 87 do IGHB.)



6.º PRESIDENTE

FRANCISCO PEIXOTO DE MAGALHÃES NETTO

PERÍODO: 1/1/1950 a 31/3/1969

FRANCISCO PEIXOTO DE MAGALHÃES NETTO nasceu a 26 de junho de 1897, em Salvador–Bahia, na Avenida Sete de Setembro, em um sobrado, onde, recentemente, funcionou a Casa de Tia Sarah. Era filho de José Maria Peixoto de Magalhães e D. Maria Isabel Moura Guerra de Magalhães. Iniciou o curso primário, antes de completar 6 anos, sob a orientação da admirável mestra D. Maria Japiassu. Aos 7 anos, ingressou no Colégio Florêncio, sediado na Rua do Sodré, sob a direção do preclaro professor Raimundo Bizarria, educador insigne, filólogo, jornalista de escol, patriota “intemerato e intemorato”, que exerceu influência marcante, diria mesmo decisiva, no gosto pela belas letras, o que foi cultivado por Magalhães Netto, no desenvolvimento de sua capacidade inata de expressão.

Ingressou no Ginásio da Bahia em 1908, época de figuras exponenciais da cultura baiana, das quais cabem destacar os insignes mestres Manoel Carlos Devoto, Luís Anselmo da Fonseca, Ernesto Carneiro Ribeiro, Antônio Ferreira França, que lecionavam nesta sempre gloriosa Casa de Ensino, tendo, após curso distinto, obtido o bacharelado em Ciências e Letras, em 1912.

Em 1914, ingressou na veneranda Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, templo de cultura e civismo, razão maior de sua fecunda existência, tendo colado grau de Doutor em Medicina em 1919, após brilhante defesa de tese sobre a Etio-Pathogenia da Doença de Morel-Kraepelin, aprovado com distinção.

Estudante de Medicina, ainda muito cedo - acredito -, influenciado pelo ilustre mestre Luís Pinto de Carvalho, enveredou pela Psiquiatria, tendo sido interno de 1917 a 1919, e Assistente, em 1925, do Hospício São João de Deus. Bem assim, demonstrando sua inata vocação para o magistério, foi aprovado, em memorável concurso para obtenção do título de Docente Livre da Faculdade de Medicina em 1927, defendendo tese “Sobre Constituições Psychopaticas.”

Nesse período (1919/1927), proferiu mais de uma dezena de comunicações e palestras predominantemente ligadas à psiquiatria, sua vocação inicial.

Sua verdadeira inclinação, no entanto, começara a revelar-se em 1921, quando o seu mestre predileto, a todas as luzes eminentíssimo, misto de clínico notável e higienista de escol, Clementino Fraga, então Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública, o convidou a participar da missão sacrossanta de “circunscrever, dominar e finalmente erradicar” o grave surto de febre amarela ocorrido na Bahia, particularmente no sudoeste do estado.

Numerosas foram suas participações, como médico do Instituto Oswaldo Cruz da Bahia, médico da Comissão Sanitária Federal, subinspetor do Serviço de Saneamento Rural, Assistente do subsecretário de Saúde e Assistência Pública da Bahia, professor de Filosofia do Curso Intensivo para Enfermeiras Visitadoras, Assistente do Diretor-Geral do Departamento de Saúde e Assistência Pública da Bahia, professor do curso de Higiene Geral do curso de Enfermeiras, professor de Higiene do Curso Pré-Jurídico da Faculdade Livre de Direito da Bahia, Diretor-Geral do Departamento de Saúde da Bahia.

Filólogo, humanista, polígrafo, historiador, patriota, político, tribuno antes de mais nada, seu destino luminoso sempre esteve vinculado, por vontade própria, à gloriosa Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus, maior razão de sua vida exemplar, cuja cátedra de Higiene houvera conquistado, por concurso, em 1937, cabendo ressaltar que Magalhães Netto também honrou a cátedra de Biologia Educacional, na Faculdade de Filosofia da Bahia, a partir de 1942, as quais alto elevou, com seu talento fulgurante, cultura enciclopédica e a arte inata, cultivada, de saber dizer. Personalidade fulgidamente multimoda, dotado de invulgar erudição, palavra fluente, clara, excelente didata, sempre atualizado, varava constantemente as madrugadas no convívio exclusivo de indefectível cigarro, perquirindo seus mais diletos e inseparáveis companheiros, reavivando e ampliando conhecimentos, em busca incessante de sua única vaidade – a sabedoria. Cumpridor rigoroso de seus deveres, não se limitava apenas ao desempenho preexcelente das atividades de ensino, porquanto, do mesmo passo, distinguiu-se como cultor do direito, habilíssimo polemista, sutil argumentador, por vezes mordaz, raciocínio pronto, o que lhe valeu o carinhoso epíteto de Magalhães Netto, conferido pelo eminente professor Aristides Novis, tendo, ademais, se destacado pela marcante atuação nos diversos colegiados das duas Faculdades e da Universidade, quer no plenário, quer nas comissões, prestando-lhes contribuição dificilmente igualável.

Numa de suas tertúlias na Academia, retratando o grande bardo baiano Roberto Correia, assinala:

“Tão hábil epigramista, encontrou certa feita, quem o epigramasse, e o que é curioso; entusiasmou-se com o epigrama. O caso assim se passou: presidia Roberto Correia uma mesa eleitoral na Sé. Tratava-se de eleição para o Congresso Federal. Amigo devotado de Otávio Mangabeira, de vez em quando, deixava a mesa. Percebida a manobra, mandei-lhe esta quadrinha inocente:

“Roberto chama o eleitor
Dá-lhe chapa cor-de-rosa.
Eu já votei, professor,
Não posso mais, ó formosa.”

“Não posso mais ó formosa”, como sabem, é o primeiro verso de uma modinha encantadora cuja letra é de Roberto, que foi, incontestavelmente, um de nossos maiores poetas.

Na Academia, o insigne recipiendário, sucessor de Mangabeira, Diretor da Petrobras na época em que ocorria um tenebroso incêndio num dos poços de Mapele, que se não conseguia apagar, fazia primorosa, apesar de prolixa oração, quando rodados mais de sessenta minutos, por um lapso, pronunciou “sútil” em vez de sutil, propiciando a Magalhães este epigrama que levou o eminente orador, de imediato à peroração:

“A sutil fala que eu ouço,
Na sucessão do Mangaba
É como o fogo do poço
Brilhante, mas não se acaba.”

Magalhães Netto foi, também, um dos fundadores da Academia de Medicina da Bahia e primeiro titular da cadeira número 32, que tem por patrono o prof. Luiz Anselmo da Fonseca.

Seu acendrado patriotismo e fé cristã evidenciaram-se em numerosos e memoráveis pronunciamentos nas comemorações do 2 de Julho, durante a 2.^a Guerra Mundial, bem assim em um de seus mais belos discursos na abertura do 1.^o Congresso Eucarístico Nacional, em 9 de setembro de 1933, que passo a transcrever, como homenagem maior ao primoroso orador: “Brasil – à sombra da Cruz nasceste, cresceste e te emancipaste, à sombra da Cruz viverás, enquanto por teu amor pulsarem os corações generosos de teus filhos.”

O devotamento inextinguível e o amor obsessivo à UFBA, especialmente à sua Faculdade de Medicina, razão maior, reitere-se, de sua excelsa existência, levaram-no, quando do afastamento compulsório, em que pesem a carinhosa e permanente assistência da família e dos amigos, bem assim as sobremaneiras honrosas presidências

do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e do Conselho Estadual de Cultura, a constrangedor inconformismo e atroz sofrimento que o acompanharam até a morte, antevistos em sua magistral aula inaugural proferida em 1967:

“As componentes ideo-afetivas que ora me dominam o pensamento não são, não podem ser, rigorosamente, as mesmas de que se matizaram os discursos por mim pronunciados, quer, em lição inaugural, na minha faculdade mater.

É que, meus queridos colegas, assim professores como estudantes, é que vos falo com saudade.

Punge-me, por antecipação, o acerbo espinho, cujo ilusório perfume mal lhe disfarça o efeito lacerante.

Mais três meses e serei obrigado, por imperativo da lei, a me privar de vosso convívio, sempre agradável e proveitoso.

Três meses mais e não poderei continuar no exercício pleno da cátedra que procurei sobremaneira honrar, vicariando como pude minhas deficiências para trabalhar convosco, com entusiasmo e dedicação que suponho incontestáveis, assim em favor do lustre e prestígio cada vez maior de nossa querida Faculdade, como na defesa de seus supremos interesses.

Há que aceitar, resignadamente, a situação, bem que reprimindo emoções conturbadas.”

A Magalhães Netto foi outorgado, por unanimidade, o título de Professor Emérito “post mortem” preito de justiça plena de seus ex-pares.

Tribuno acima de tudo, Magalhães, em adaptar-se e exercer com proficiência a atividade política, quer na Assembleia Constituinte (1933/1934), quer na Câmara Federal (1935/1937), teve atuação destacada como legislador na apresentação de projetos e emendas, como por igual em fulgurantes pronunciamentos em defesa de importantes projetos e emendas, mormente no que tange à educação e à saúde.

“Trabalhando em proveito da Saúde Pública, como em favor da Educação Nacional, realizamos uma verdadeira obra de patriotismo dinâmico, patriotismo que de todo o modo forceja pela ascensão progressiva da Pátria, aos mais altos cimos da grandeza e perfeição.”

Muito cedo, ainda que intuitivamente, fora despertado e estimulado para a valorização das belas letras pelo extraordinário mestre Raimundo Bizarria, apegando-se, vida fora com avidez compulsiva à leitura dos clássicos, especialmente os de língua portuguesa e francesa. Beletrista, filólogo, polígrafo, poeta, humanista, orador nato de extraordinário poder verbal, não é de estranhar que aos 32 anos tenha sido eleito para ocupar a cadeira número 8 da Academia de Letras da Bahia, que tem como patrono Cipriano José Barata de Almeida e, fundador, um dos seus mais admiráveis mestres, figura exponencial da medicina e letras baianas, o prof. Luís Anselmo da Fonseca, tendo sido escolhido para saudá-lo o eminentíssimo prof. Edgar Sanches. Motivos superiores, alheios à sua vontade, levaram-no a postergar sua posse.

Eis, agora, trechos da brilhante eloquência e oratória de Magalhães Neto:

“Terra da Santa Cruz tu foste, Terra da Santa Cruz tens sido, Terra da Santa Cruz hás de ser, séculos a fora, para tua sempre maior grandeza, para sempre maior glória de Deus.

Teu achamento pelas predestinadas caravelas, em que a Cruz de Cristo refulgia nos panos enfiados, reveste-se das pompas de alvorada sublime, quando, na Coroa Vermelha, diante da grandeza fosca de outra Cruz, a presença mesma de Deus.

Homem, pelo corpo e pelo sangue, sobressantifica o batismo solene em que o neófito era um mundo e em que a água lustral do oceano, vinda nas correntes da Europa, consagrava a entrada da filha mais nova do Criador no vasto grêmio da Civilização e da fé.”

Na epopeia gloriosa de teu crescimento, ainda que outros a buscassem macular com os interesses da vã cobiça e do orgulho vão, ergue-se majestática a Redentora Cruz, esculpida, sobretudo, pelo heroísmo singular dos filhos abençoados de S. Ignácio, que, com o seu espírito de abnegação e sacrifício se constituíam nos mais denodados artífices de tua grandeza sempiterna. A constelação dos Nóbregas e Anchieta ilumina as páginas opulentas de tua História Colonial, onde, no brilho solar de seu engenho, avulta a figura gigantesca de Vieira, o grande Padre, de todas a mais grata à inteligência e ao coração dos que vivem no ditoso aconchego da Bahia Mater, Figura gigantesca de bandeirante da Cruz e apóstolo da Liberdade, que, pela liberdade e com a Cruz, combateu destemeroso e tenaz a escravização de teus silvícolas, que, pela liberdade e com a Cruz se fez taumáturgico catalisador de energias cívicas na luta contra o calvinista invasor, só definitivamente vencido pelo concurso daquela Companhia de Comércio, que para diverso fim ele fundara; que pela Liberdade e com a Cruz, desafia as cóleras do rei absoluto para revelar-se um precursor de tua independência no célebre sermão da Visitação, em que diante do vice-rei deixa iniludivelmente impresso, com o fogo de sua eloquência inimitada, no oiro de lei da castiça linguagem, o seu grande, o seu imenso amor “à terra bendita a que pelo segundo nascimento devia as obrigações de Pátria.

Na gênese de tua emancipação, ó Pátria, intervém decididos os legionários da Cruz, brindando-te a Providência, em sua bondade e sabedoria infinitas, e com o permitir, que, em muitos deles, a chama do patriotismo lograsse, por vezes, sobreexceder ao brilho de suas virtudes apostólicas.

Na luta heroica travada nos cerros de tua Bahia amantíssima, cujo êxito feliz deu plenitude ao grito redentor do Ipiranga, resplende a Cruz, a Cruz feita mulher, Sórora Joana Angélica, de pé, braços abertos, por Jesus e por ti, a defender a clausura da lapa, à profanação do opressor até receber a palma do martírio, com a resignação das Virgens do Senhor, santificando-se, assim, a tua independência com o sangue imáculo da brasileira santa que a Justiça da Igreja há de, um dia, talvez, transfigurar na Santa Brasileira.

E se, por um símbolo só teu, ouro de tua grandeza, verdes esperanças de um porvir maravilhoso, preteriste o de Portugal nobilíssimo pendão, dele as divinas chagas tu guardaste, no coração imenso de teu povo, que a Cruz, esta era tua e tua será sempre, a cintilar na esplendidez mirífica de teus céus.

No Império e na República te não desampara o signo sagrado e impávido, resistes, a todos os furores que te querem subtrair ao benfazejo influxo.

Teu presente, teu verdadeiro presente, espalha-se na magnificência deste primeiro Congresso Eucarístico Nacional, no qual o religioso fervor se matiza de entusiasmo cívico, em mais uma demonstração altiloquente de que o patriotismo e a fé se não divorciam em almas lididamente brasileiras, nunca desleais a tuas excelsas tradições.

E nós, a quem o Rei dos Reis congrega nesta Assembleia memorável, suplicamos as Graças do Senhor porque se não macule a tua honra, porque se não ofusque o teu prestígio, porque jamais depereça o orgulho de tua integridade. Olhos voltados para o futuro, cremos com firmeza que te não contaminará o paganismo, em outras terras, renascente “na política anticristã que baniou o Direito, a Moral, a Verdade, substituídos pelo Interesse, pela Servidão e pela Mentira.

Firmemente cremos que Deus há de velar pela tua renovação, favorecendo os teus ideais de concórdia, progresso e aperfeiçoamento social, sob a égide da Cruz invulnerável.

BRASIL – à sombra da Cruz nasceste, cresceste e te emancipaste, `sombra da Cruz viverás, enquanto por teu amor pulsarem os corações generosos de teus filhos. Terra da Santa Cruz tu foste, Terra da Santa Cruz tens sido, Terra da Santa Cruz hás de ser séculos em fora, para tua sempre maior grandeza, para que sempre maior glória de Deus.”

Homem simples, boníssimo, sua glória máxima, nutriu-a dia-a-dia, com o amor às letras e à ciência, vivificando-as, momento a momento, a moirar constante em perseguição de um ideal de suprema beleza. De seus dois casamentos, suas sublimes esposas deram-lhe filhos, todos vitoriosos, guardadas as devidas proporções em rela-

ção às diversas profissões que abraçaram. Venerando-o, pautaram suas existências em seu dignificante exemplo de trabalho, probidade, lealdade e acendrado empenho na defesa das supremas causas da Bahia, do Brasil e de sua Faculdade Mater.

Magalhães Netto conseguiu da vida tudo ou quase tudo; não teve, pois, que pensar como Remy de Gourmont: “Deveríamos ser felizes, ainda que só por orgulho.”

Como Tácito, eu não o comparo. Eu o separo.

Dois grandes mestres da Medicina contribuíram acentuadamente para a formação profissional de Magalhães Netto: Clementino Fraga e Luís Pinto de Carvalho, de ambos guardando ele, vida fora, os ensinamentos e as lições. Não escondia, antes, amiúde, proclamava a sua grande admiração por aqueles dois notáveis professores, aos quais se declarava grato pelo muito que de ambos recebeu.

No alvorecer da carreira médica, tendo abraçado a Psiquiatria, especialidade em que se tornou Docente Livre, logo depois se sentiu atraído pela Higiene, e veio a realizar na administração estadual brilhante carreira de sanitarista, chegando a Diretor-Geral do Departamento de Saúde, pois a Secretaria de Estado da Saúde Pública só depois foi criada.

Coroando a sua carreira de sanitarista, conquista, através de brilhante concurso, a cátedra de Higiene da faculdade em que fora aluno distinto, e torna-se notável professor da Escola Primaz da Medicina Brasileira. Fundada a Faculdade de Filosofia da mesma Universidade, Magalhães Netto é convidado para reger a cátedra de Biologia Educacional, exibindo nessa Escola a mesma erudição e talento que sempre demonstrou na Faculdade de Medicina.

Atraído pela política, exerceu com descortino o mandato de deputado federal, ocasião em que se revelou eloquente orador, cujas intervenções na tribuna parlamentar exibiram sua cultura e os seu patriotismo, sempre imprimindo aos debates o cunho da elegância espiritual.

Passageira, porém, foi a atração que a política exerceu no ânimo de Magalhães Netto, que não tardou de voltar-se por inteiro para o magistério; pois cedo reconheceu que o ambiente político então reinante não era próprio ao exercício parlamentar dos que verdadeiramente amam a pátria e desejam servi-la. Todavia, reconhecendo a nobreza da política na sua acepção verdadeira, recordou Otávio Mangabeira ao exaltá-la: “...quando honradamente professada, ou exercida com sinceridade, uma forma entre as mais altas, quem sabe a mais expressiva, porquanto a mais onerosa e menos reconhecida, de amar e servir à pátria.”

De volta às suas cátedras, redobra Magalhães Netto os estudos, aprimora dia por dia a cultura, que as suas noites brancas, debruçado ele sobre os livros, permitiram torná-la profunda e múltipla. Foi um perfeito humanista. Um erudito. Um enamorado dos clássicos, cujos textos devassou e cujas páginas frequentou com intimidade e sofreguidão, haurindo-lhes a seiva com que nutriu o seu espírito e se fez um pensador e escritor terso e límpido.

Já então consagrado beletриста, não tardou que se lhe abrissem as portas da Academia de Letras da Bahia, onde ocupou a cadeira n.º 8, patricionada por Cipriano Barata; e foi, naquele sodalício, um dos seus mais fulgurantes membros.

Mas a sua cultura e o seu patriotismo o levaram à apreciação dos fastos do nosso passado, às pesquisas e aos estudos históricos, que afinal o conduziram à cultura baiana foi considerável. Tanto presidia com elegância as sessões solenes, como as sessões ordinárias, onde mais ainda punha a ver a sua profunda erudição, sobretudo revelada nos comentários que por último tecia, sobre os mais variados temas apresentados pelos conferencistas, com uma versatilidade e vivacidade de inteligência impressionantes. Seu poderoso talento de pronto se exibía, cintilante, preciso e poliédrico, a esclarecer dúvidas, a oferecer interpretações, a apontar caminhos ainda não palmilhados ou pressentidos.

Aposentado das cátedras universitárias, por imposição legal de limite de idade, ressentiu-se o seu espírito com o afastamento do trato diuturno com a mocidade e com os colegas das congregações docentes, inclusive com os do Conselho Universitário, onde também de luz própria brilhou e ofereceu assimilada contribuição.

Casado em primeiras núpcias com D. Helena Celestino Magalhães, o prof. Dr. Francisco Peixoto de Magalhães, de cujos consórcios nasceram vários filhos, sendo que do primeiro matrimônio do ilustre baiano, cumpre a este Instituto destacar o Dr. Antônio Carlos Magalhães, eminente ex-governador da Bahia, pelos serviços inestimáveis que vem prestando, desde quando deputado federal, a esta instituição, cuja sobrevivência, em fase periclitante, muito ficou a dever a Sua Excelência, o que, com justiça e reconhecimento, este Instituto registra, associando às homenagens póstumas que tributa ao pai, as que, no passado e no presente, tem sabido fazer jus o seu filho ilustre.

Agora, ao concluir esta singela e justa homenagem à memória ilustre e saudosa do prof. Dr. Francisco Peixoto de Magalhães Netto, falecido a 31 de março de 1969, este Instituto volta a proclamar os relevantes serviços que a ele prestou o seu grande e inolvidável ex-presidente, serviços que recomendam o nome ao reconhecimento e à gratidão da “Casa da Bahia.”

Filhos do Dr. Magalhães Netto:

1.º casamento – Ângelo Mário Peixoto de Magalhães

José Maria de Magalhães Netto

Antônio Carlos Peixoto de Magalhães

2.º casamento – Jayme Daniel Peixoto Magalhães

Helena Margarida de Magalhães Abreu

Eduardo Jorge Mendes de Magalhães

José Carlos Peixoto de Magalhães

(MAGALHÃES NETTO, José Maria de, – Revista n.º 90 do IGHB.)

(MENEZES, Jayme de Sá – Revista n.º 89 do IGHB.)

(MATTOS, Waldemar Magalhães – Revista n.º 89 do IGHB.)

7.º PRESIDENTE

EDITH MENDES DA GAMA E ABREU

PERÍODO: 31/3/1969 a 31/12/1969



 **EDITH MENDES DA GAMA E ABREU** nasceu a 13 de outubro de 1903, em Feira de Santana–Bahia, filha de João Mendes da Costa e D. Maria Augusta Falcão Mendes da Costa. Seu pai, Coronel da Guarda Nacional, foi prefeito de Feira, de 3 de janeiro de 1931 a 29 de maio de 1933, por força da Revolução de 1930. Edith era irmã de João Mendes da Costa Filho, advogado, constituinte de 1946 e ministro vice-presidente do Superior Tribunal Militar, quando faleceu em

1971 e de Judith Mendes da Costa, musicista, que lhe sobreviveu. Edith foi casada com o paraense Jayme Cunha da Gama e Abreu, engenheiro e professor da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. Edith e Jayme se conheceram quando tinha ela apenas 15 anos de idade, numa festa de rua, em Feira de Santana, numa batalha de lança-perfume. O casal não teve filhos, tendo o consorte falecido em 1974.

Edith estudou no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, dirigido pela Irmãs Sacramentinas francesas e na Escola Complementar da prof.^a Estefânia Mena, em Feira de Santana. Fez o curso pedagógico no Educandário Sagrado Coração de Jesus (Convento dos Perdões), em Salvador, onde foi aluna laureada. Para matricular-se no curso normal teve que aumentar a idade. Completou estudos em filosofia, literatura geral, brasileira e francesa e ciências sociais no Rio de Janeiro e na Bahia, tendo como professores Monsenhor Elpídio Tapiranga e Edgar Sanches. Como mestres de canto, Antonieta Codeville, Eduard Boni e Celeste Cerqueira.

Ainda como estudante, aos 15 anos, pronunciou a sua primeira conferência, sob o título “A MULHER”, no Grêmio Rio Branco de sua cidade natal.

E, sentindo que lhe começava naquela hora, o destino de mulher, desfraldou a bandeira da “emancipação do sexo.”

“Emancipação, porém, não no sentido do desprendimento ou desapego dos deveres do lar, dos quais, a colegial conferencista não concebia possível, a mulher se desligasse. A juvenil EDITH via no vínculo obrigacional desses deveres uma escravização voluntária, nobre e sagrada A Família, às suas vistas, ressaltava como o cenário mais belo da mulher.”

EDITH, A LÍDER FEMININA

Tentando o enquadramento das gerações intelectuais da Bahia, ela descreve a geração que apenas acordava para a vida intelectual durante o período constituído dos nascidos entre 1893 e 1907. Integram-na Altamirando Requião, Afonso Ruy, Anfrísia Santiago, Paiva Marques, Simas Saraiva, Deraldo Dias, Eduardo Tourinho, Magalhães Netto, Eugênio Gomes, Francisco de Matos, Hermano Santana, Anísio Teixeira, Aloysio de Carvalho Filho, Rafael Barbosa, Pedro Calmon, Artur Ramos, Jerônimo Sodré Viana, Nestor Duarte e tantos mais, muitos ainda hoje vivos e atuantes.

Nessa geração dos nascidos entre 1893 e 1907, pode-se incluí-la. Aliás, um saudoso professor de sociologia do conhecimento não a mencionou na relação supra, mas fez dela uma informante, dentre os quinze intelectuais que participaram da pesquisa sobre a vida literária no período.

Edith é, na casa dos trinta, a mulher mais representativa da Bahia, exclamou Carlos Ribeiro (1941), pois era a presidente da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, Diretora do Departamento de Ação Cultural da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Membro do Conselho de Educação e Cultura do Estado da Bahia, presidente da Sociedade Baiana de Combate à Lepre, presidente da Pró-Mater da Bahia e Conselheira do Abrigo do Salvador. Na ficha preenchida pela própria acadêmica consta a sua participação em muitas outras associações (Academia de Letras da Bahia, 1944).

Em entrevista a Solange Kaufman (A Tarde, 1979), responde:

Como nasceu sua inclinação para o feminismo?

“Aos 7 anos, vestida de anjo no Colégio do S.S. Sacramento, para a procissão de *Corpus Christi*, notei que só os homens tomavam parte. Os homens e os anjos. Este fato impressionou-me profundamente. Parece que despontou ali meu destino de reivindicadora dos direitos da mulher. Comecei a observar e futuramente a pesquisar a respeito.”

Integrou-se e se entregou toda à causa feminista, ao lado de Berta Lutz, que conhecera por intermédio de Moniz Sodré, de Ana Amélia Carneiro de Mendonça e outras líderes. Dois acontecimentos ilustram a sua atuação. O primeiro eram as restrições ao voto feminino, no anteprojeto do Código Eleitoral, e tanto instou como relator, João Cabral, que ele lhe prometeu que o Código iria sem elas. O outro foi o projeto de lei que vinculava o cargo público à mulher que tivesse, como o homem, a indispensável carteira de reservista! Tratava-se de um projeto de lei de autoria do General Góis Monteiro, vinculado à Constituição Federal de 1934, conforme pessoalmente me foi relatado por ela. Recebeu, então, de Berta Lutz a missão de conseguir junto a Juracy Magalhães uma recomendação à bancada baiana, na Câmara Federal, para votar contra a injusta pretensão (A Tarde, 1979). Recebida a mensagem, rumou para o Palácio da Aclamação e insistiu com o oficial de serviço para falar com o Governador. Juracy ouviu o que Edith pretendia e, apesar dela ser sua adversária política na época, mandou passar uma mensagem ao líder Medeiros Netto, atendendo ao seu pedido. Assim, foram assegurados os direitos da mulher.

Na política partidária, foi candidata a deputada federal, em 1934, sob a legenda “A Bahia ainda é a Bahia”, obtendo mais de dez mil votos. Fizeram parte dessa frente oposicionista, dentre outros, José Joaquim Seabra, João Mangabeira, Pedro Calmon, Luiz Viana Filho, Wanderley de Pinho. Na eleição para a Constituinte Estadual, o Governador Juracy Magalhães ofereceu-lhe uma cadeira. Edith recusou por ter sido anteriormente candidata em chapa da oposição e pediu o lugar para outra representante da mulher baiana, Maria Luiza Bittencourt, o que lhe foi concedido, logrando sua indicada ser eleita.

Em 1946, como candidata a deputada estadual bateu-se pela solução dos problemas da saúde pública, da educação popular, da fome, bem como a favor dos incentivos ao trabalhador, conforme a plataforma que lançou sob o título de “Conterrâneos” (1946).

Atividade feminista e política agregou, ainda na década de trinta, a acadêmica.

EDITH, A ACADÊMICA

Com intensa vida literária, jornalística e política, Edith se candidatou à Academia de Letras da Bahia. Para usar uma frase bastante sua, “bateu às portas da Academia.” A sua produção literária, foi, em 1935, enriquecida com o livro “Problemas do Coração, considerações sobre o amor e o casamento”. Homens de letras como Antônio Austregésilo, barão Ramiz Galvão, Alberto de Oliveira, Xavier Marques e o próprio Carlos Chiacchio, um dos principais opositores à sua entrada na Academia, receberam bem o livro de estreia.

Em artigo sobre as atividades culturais da Bahia, publicado num “reading” por Remy de Souza, intitulado Só Mulheres, confessou os motivos por que bateu às portas da douta Companhia.

“Ali (na Academia de Letras da Bahia) por volta de 1937, induzida por aquela tendência gregária; estimulada por seu magnífico lema; confiante na sobre-excelência de espírito dos seus componentes; afeita à convicção de que Deus dispusera a humanidade em dois sexos para a ventura do amor e conservação da espécie e não para os distinguirem por superioridade mental, bateu à porta da emérita Casa, uma mulher.”

Uma vez candidata, certo acadêmico levantou a preliminar acerca da possibilidade do estatuto permitir o ingresso de mulher no sodalício. Documento sobre a mesa, o presidente Braz do Amaral propõe que se discuta a preliminar, decidindo-se ou não a inscrição feminina. Seabra presente, com a longa tarimba parlamentar e político, usou da palavra:

“Em todas as assembleias, quando há sobre a mesa uma preliminar com ausência do autor, ela fica automaticamente derrubada.”

E complementou o projecto líder da Velha República:

“Agora, vamos proceder à eleição. Se a candidata obtiver a maioria de votos do plenário académico, isto é, dos presentes e ausentes votantes, será incontestável sua aprovação à entrada da mulher na Academia.”

O Vice-presidente Gonçalo Muniz assumiu a presidência da sessão, com a retirada de Braz do Amaral. Edith consagrou-se vitoriosa. Dos trinta e nove académicos tivera apenas sete votos contrários (A Tarde, 1979). Além de Seabra, homens da envergadura intelectual de um Moniz Sodré, Gonçalo Moniz, João Garcez Fróes e Carlos Ribeiro batalharam pela sua entrada no grémio literário.

Em 9 de novembro de 1938, Edith tomou posse da cadeira número 37, que tem como patrono o poeta João Batista de Castro Rebelo Júnior. O discurso de recepção do professor Almqüio Diniz não deixa de ser uma justificativa, elegante e erudita, da entrada da mulher na Academia. A luta ganha pela líder feminista, na Bahia, não foi contudo, um fato isolado. Tem uma dimensão antes regional que nacional. Pela mesma época, Isabel Edwiges de Sá Pereira, “solteirona avançada em ideias e conservadora em costume”, na síntese de Chacon (1981), ingressou na Academia Pernambucana de Letras, seguida depois pela jornalista Dulce Chacon. Júlia Galeno (1969), amiga e prefaciada por Edith, foi admitida depois, na Academia Pernambucana de Letras, admitida depois na Academia Cearense de Letras. Tudo leva a pensar que a presença pioneira de mulheres nas Academias do Nordeste teve a mesma motivação feminista. É no recinto académico que Edith desempenhou, por excelência, o seu papel de intelectual. A tal ponto que é bem difícil separá-la do seu segmento académico. Por outro lado, a comunidade baiana vai identificá-la, principalmente, pelo seu posto na ilustre Companhia. O sodalício sempre recebeu dela o mais significativo apreço. Nos discursos de recepção aos novos académicos, costumava traçar o perfil da instituição, explicar as suas funções e enaltecer o seu passado. Ao saudar Sá Menezes, é uma ilustração, mostrou como a Academia da Bahia conquistou cada vez maior vigor com a ancianidade.

Durante quase quarenta e quatro anos, liderou boa parcela da Academia, comprovada pela recepção a oito confrades: Epaminondas Berbert de Castro, Eloywaldo Chagas de Oliveira, Paiva Marques, Barros Porto, Thales de Azevedo, Jayme de Sá Menezes, Edivaldo Machado Boaventura e Jorge de Faria Góes, conforme enumeração do académico Renato Berbert de Castro, na sessão póstuma em sua homenagem em primeiro de fevereiro de 1982.

Tinha enorme gosto pelas disputas, pela apresentação de candidatos e pela apreciação de nomes para sócios efetivos e correspondentes. Nas eleições, demonstrava denodada capacidade de articulação, quer escrevendo, quer telefonando, quer visitando, com seus candidatos a tiracolo, os confrades mais íntimos. Enfrentava com vigor os embates das candidaturas, os momentos trepidantes das votações, e vibrava com as solenidades das posses. Era sempre uma presença. Tudo o que dissesse respeito às Academias lhe interessava. Uma evidência disso foi o último texto escrito na véspera da morte, “A Academia de Letras da Bahia, evocação dos fundadores e dos académicos da primeira fase” (Gama e Abreu, 1982). Viveu, portanto, não somente a função, como também “certa sensação de mistério das Academias”, como bem observou Paul Valéry (1968). E cumpria, com prazer, os deveres de académica, principalmente, a assiduidade às sessões, a colaboração na Revista e o estudo da personalidade do recipiendário. Tudo na melhor forma do compromisso académico (Academia de Letras da Bahia, 1948).

EDITH, A EDUCADORA

Edith escolheu aquela carreira profissional que mais se aproximou da atividade cultural – a educação. Educação e Cultura exercitadas como membro do Conselho de Educação e Cultura do estado da Bahia, como inspetora e como professora.

Exerceu durante muito tempo a função e nela se aposentou de inspetora do ensino secundário do Ministério de Educação e Cultura, junto a diversos ginásios da capital, como, por exemplo, o Colégio Sofia Costa Pinto. Foi membro do Conselho de Educação e Cultura do estado da Bahia, criado pela Constituição Estadual de 1935 e regulamentado pela Lei n.º 18, de 12 de dezembro de 1935. Na composição desse colegiado, estava prevista a indicação de “duas pessoas notoriamente dedicadas aos estudos de problemas sociais, nomeadas pelo Governador” (Bahia, Decreto n.º 9.844, de 26 de dezembro de 1935). Edith foi uma das escolhidas para um desses dois lugares, e aí permaneceu até a extinção do Conselho, sem receber qualquer remuneração pelos serviços prestados.

Como docente, a sua posição mais significativa foi a de professora catedrática e fundadora da Faculdade de Filosofia da Bahia, criada por Isaías Alves, em 1942. Não obstante a sua formação e inclinação para as letras, coube-lhe a cátedra de Didática Geral e Especial. O fundador recrutara os professores dentre os componentes da intelectualidade baiana, especialmente das poucas faculdades existentes, do jornalismo e da Academia. A condição acadêmica serviu muito para as exigências da autorização da nova unidade de educação superior. Isaías Alves, ele mesmo titular da cadeira número 32, encontrou na Academia uma fonte de recursos humanos para compor os quadros docentes da sua faculdade, tais como Hermano Santana, Carlos Chiacchio, Ernesto Carneiro Ribeiro Filho, Xavier Marques, Edith Mendes da Gama e Abreu, que, assim, colaborou para a “missão nacional e humana da Faculdade de Filosofia”.

PERSONALIDADE E PAPÉIS

Como líder do movimento feminino, como mulher de ativa participação política, como acadêmica atuante, como escritora de ensaios morais, como oradora e conferencista, em todas essas e outras posições, Edith foi criando para si mesma um papel e foi conquistando, como mulher, um lugar no espaço até então só reservado aos homens. Criou, conquistou e o manteve sobretudo com a sua palavra oral – conforme a tradição baiana – e escrita, fazendo do discurso e da conferência instrumentos e momentos em que melhor exteriorizavam os seus múltiplos papéis na cena social e cultural da Bahia, durante mais de cinquenta anos.

Enfrentou e venceu as barreiras da discriminação com a entrada para a Academia. Inegavelmente, ela foi a pioneira na abertura de avenidas para a participação feminina na Bahia. Analisando essa atuação com o modelo personalidade-papel, pode-se notar que o impulso de “bater às portas” do sodalício exprimiu as expectativas de direitos e deveres que dinamizaram a sua posição no grupo e comunicaram a dinâmica organizacional de sua personalidade, em busca de público para o seu discurso moral:

“Julguei acima dos cabedais da terra o valor do talento; acima dos troféus de herói, o canto do poeta; acima do cetro do monarca, a pena do escritor.” (Gama e Abreu, 1941)

Não foi fácil, muitas das vezes, o desempenho do papel de líder! O papel representa sempre posições, postos e status dentro de uma organização e pode ser definido em termos de expectativas de direitos e obrigações institucionalmente concebidos, deixando para o ator, melhor dito a personalidade, certa flexibilidade e complementaridade na variação dos objetivos, na concepção de Getzels, Linpham e Campbell (1968). A sua vida literária, conforme o modelo conceituado, foi a representação dinâmica de sua posição pela presença atuante, pela liderança efetiva e pela participação em instituição em instituições vigentes, na terminologia de Machado Netto (1972).

O posto intelectual exigiu sempre a audiência para a efetivação da comunicação, no caso de Edith, seja do discurso biográfico, seja do ensaio de costumes, ambos muito ao seu gosto.

Segundo a concepção do papel, como expectativas de direitos e deveres institucionalmente concebidos, pode-se compreender porque Edith fazia da frequência à Companhia ou no Instituto Geográfico e Histórico um hábito,

um prazer e um dever. Nada a impedia de ir ao Terreiro, à sede da Academia, às quintas-feiras. Como também ao Instituto, quase todas as tardes. Têve plena consciência de que a frequência era um dever social e um direito que reclamava o convite para as reuniões quando não chegava em tempo. E o que havia de mais profundo na sua consciência do papel internado era o sentido de manutenção do espaço conquistado. Nunca a sua condição de mulher e, depois, de senhora provecta foi motivo para recuar frente aos seus pares masculinos. Não e nunca.

O papel é um conjunto de expectativas de uma personalidade que interage com o seu milieu. A interação do papel acadêmico era tão acentuado que, no dia 20 de janeiro de 1982, se levantara não para morrer, mas para escrever, para concluir o artigo solicitado pelo presidente da Academia para o número especial da Revista comemorativo da inauguração de nova sede. Para a qual se preparava com o artigo que escrevia, e com o vestido que era feito, intelectual e mulher. E mais. Para certos papéis, determinados trajes. E, por acaso, não é na cerimônia que se conhece o homem, na arguta inferência sociológica de André Maurois (1970).

Em EDITH MENDES DA GAMA E ABREU o papel de intelectual, na dimensão monotécnica das expectativas, se integrou com a personalidade, na dimensão ideográfica das disposições, para conduzir à satisfação dos objetivos sociais (Getzels, et alii, 1968).

Antevisto o papel, importa, agora, a personalidade. Thales de Azevedo (1982) qualificou-a de “admirável.” Admirável e fascinante, aquela personalidade soube encarar os múltiplos roles – intelectual, líder, professora, inspetora, acadêmica, oradora, sócia correspondente – bem como a singularidade do role-set, personalidade que na clássica definição de Allport (1955) é a Organização dinâmica no indivíduo das necessidades de disposição e capacidade que determinam a sua integração no meio. A concepção aliportiana ajusta-se à personalidade de Edith pela sua participação nas associações culturais, como no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; nas entidades sociais, como a Federação Baiana pelo Progresso Feminino; em instituições políticas, como membro da legenda “A Bahia é a Bahia”; e em órgãos educacionais, como Inspeção do Ensino Secundário do Ministério de Educação e Cultura.

Entrando mais a fundo na análise motivacional da sua personalidade, entendida, aqui, como a totalidade do que pode ser observado em uma pessoa (Getzels, et alii, 1968), incorporo o testemunho oral de José Calasans Brandão da Silva – “A generosidade de D. Edith não teve limites para bem julgar e enaltecer as pessoas.” E integro o testemunho escrito por Remy de Souza (1982):

“O que nestes trinta últimos anos de convivência com essa grande dama baiana me seduziu constantemente foram os dons de seu coração maternal.”

Eram os seus componentes marcantes – feminilidade ao extremo, com os maiores requintes com trajes, complementos e adornos; fortaleza nas posições, como as mulheres bíblicas, não cedia nos desideratos; e generosidade sem limites, sobretudo, ao julgar os seus semelhantes.

Na escalada da generosidade, alcançou pelos degraus do afeto as culminâncias da escolha pelo coração. Era a maneira como julgava e decidia. Indo mais a dentro nessa estrada real dos seus sentimentos altamente distinguidos, alcançou a plenitude do amor fraternal, que identificou num só ente os irmãos Judith, João e Edith, que constituíam uma “tráide singular” (Kaufmann. A Tarde, 1979). Continuando na progressão afetiva, criou filhos e filhas pelo coração dentre os quais João Mendes da Costa Netto, Remy de Souza e este autor (Boaventura, 1982a; 1982b); e correspondência pessoal com o autor, fevereiro 2, 1970 a fevereiro 9, 1980).

A CASA DA VITÓRIA

A comunidade baiana habituou-se a ver durante muito tempo uma única presença feminina entre muitos homens nos altos fóruns de cultura da cidade.

Evidente que essa presença no desempenho de papéis e na performance da personalidade, teve um preço. Na academia, foi a única mulher até a posse da folclorista Hildegardes Viana, em 1981. Nas procissões acadêmicas do início da Faculdade de Filosofia, de beca preta e capelo roxo, foi uma das poucas mulheres universitárias. No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia foi também a primeira mulher a ocupar o posto mais elevado. Mas o desempenho do papel acadêmico, no pleno exercício do munus intelectual, não terminava nas associações culturais da cidade. Muito pelo contrário. Continuava e intrometia na sua casa da Vitória, n.º 321. O seu lar era o lugar de manifestações de sua individualidade marcante. Suas salas não eram partes reservadas, como os aposentos dos domésticos. Sua residência era de certa maneira a projeção da casa na cidade e a intromissão da cidade na morada dela.

Receber amigos era dos seus grandes prazeres. Gostava de preparar recepções festivas com pequena orquestra e números de canto e declamações. Com a perda do irmão, perdeu também o gosto pelas festas, mas ficou o do convívio cordial (Kaufmann, 1979). Aos domingos à noite, tinha sempre a mesa rodeada de amigos. Em duas datas, pelo menos, tinha a casa cheia: no seu natalício e no primeiro dia do ano. Gostava de ter em torno de si amigos, parentes, confrades, colegas da Universidade, políticos magistrados, prelados, sacerdotes e jornalistas, fossem idosos ou jovens. A casa da Vitória, reduto de requintada civilidade, era principalmente o domínio absoluto de sua generosa personalidade, como bem recordou Antônio Loureiro de Souza (1982).

Assim procedendo, estava apenas seguindo o padrão sociológico dos salões.

Em suma, a casa da Vitória era um ambiente de convívio social, o mais agradável dentro da tradição da boa culinária baiana. Contudo, não deixava de constituir um ciclo de aproximações entre aspirantes de detentores de postos acadêmicos, universitários e culturais. Certamente, foi o último salão literário da cidade.

LIVROS, ENSAIOS E CONFERÊNCIAS

Deixou como livros: *Problemas do Coração* (1935), *A Cigana* (1949), *O Romance*, ensaio (1958), e *O que a vida me tem dito* (1980). Apenas um romance fez exceção à regra do ensaio. Seu estudo sobre o romance resultou de um curso de literatura na Academia de Letras da Bahia, com apoio da então Universidade da Bahia, conjuntamente com outros escritores: Eugênio Gomes, Herman Lima, Afrânio Coutinho, Waldemar de Oliveira e Hélio Simões (Eugênio Gomes, 1958). Estava preparando a biografia do Ministro João Mendes da Costa Filho, “*Histórias Vidas, Contos Reais*” e “*Segredo de um Médico*.” Prontos para o prelo havia “*Pelos Rumos da História*”, “*Vidas e Glórias*” e se houvesse tempo, “*A Mulher e as Religiões*” (Gama e Abreu, *Curriculum Vitae*, 1980). Além desses, há mais de duzentas conferências e discursos.

Um encargo trabalhoso na vida literária de Edith foi o de oradora oficial do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que a obrigava a escrever pequenas biografias, necrológicos, rememorando os sócios falecidos. Alguns exemplos podem ser dados, em 1959, retratou Epaminondas Berbert de Castro (*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1958-1960); em 1962, fez o elogio fúnebre de Armando Carneiro da Rocha; Durval Neves da Rocha e outros sócios (*Revista do Instituto Geográfico da Bahia*, 1961-1967); como também foram recordados Adelaidio Ribeiro, Afonso de Castro Rebelo Filho, Clóvis Spínola, Leopoldo Amaral, Pinto de Carvalho, Presciliano Silvia (*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1968-1971b); o mesmo fazendo anos depois com Fernando São Paulo, Antônio Caldas Coni, Colombo Spínola, Jayme Junqueira Aires e Augusto Alexandre Machado (*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1978b). Ainda nessa absorvente função de oradora oficial do Instituto, falava todos os anos no dia 2 de julho, na cerimônia de entrega dos carros do caboclo e da cabocla. E em muitas outras ocasiões foi chamada a falar, como na volta dos restos mortais de Ana Nery a Cachoeira (*Jornal da Bahia*, 1979), na inauguração do retrato do Papa (*Revista da Academia de Letras da Bahia*, 1981) e na despedida a Frederico Edelweiss (*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1976-1977).

Durante quarenta anos, segundo testemunho de sua irmã Judith Mendes da Costa, compareceu à Federação das Academias, no Rio de Janeiro, para a sua conferência anual. É uma boa ilustração desse dever acadêmico a que realizou em 1967 sobre as atividades culturais da Bahia (Gama e Abreu *et alii*, 1978).

Enfim, trata-se de grande quantidade de discursos, conferências, artigos e alocuções publicadas nas Revistas da Academia ou do Instituto e outra parte ainda inédita. Além dos muitos artigos para jornais publicados em A Tarde, Diário de Notícias, Estado da Bahia e O Imparcial, na Bahia; e Jornal do Brasil, Correio da Manhã e O Espelho, no Rio; Correio do Povo e Diário de Notícias, em Porto Alegre; Oeste Paulistano e O Paulistano, em São Paulo (Academia de Letras da Bahia, 1944; Gama e Abreu, Curriculum Vitae, 1980c circa).

VIDA ASSOCIATIVA

Além de membro da Acadêmica e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, tantas vezes aqui referendados, era sócia correspondente da Academia Carioca e do Mato Grossense de Letras; vice-presidente da Academia de Letras e Artes Mater Salvatoris; sócia correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; sócia efetiva da Sociedade de Homens de Letras do Brasil; correspondente da Ala Feminina da Casa Juvenal Galeno, Ceará; membro da Sociedade Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, do PEN Clube do Brasil, Rio; do PEN Clube do Brasil, seção da Bahia; sócia honorária da UNITER, do Rio; fundadora, presidente e sócia benemerita da Federação Baiana pelo Progresso Feminino; sócia honorária da Associação de Artistas Nacionais; sócia correspondente do Centro Literário-Filosófico Arca del Sur, Uruguay; sócia efetiva do Instituto Genealógico da Bahia; sócia honorária da Associação Cultural de Guarantiga, Mato Grosso; membro da Sociedade Brasileira de Educação e Integração, São Paulo e muitas outras organizações (Academia de Letras da Bahia, 1944; Gama e Abreu, Curriculum Vitae, 1980 circa (= cerca de, aproximadamente)).

RECONHECIMENTO

Pelos serviços prestados à comunidade e pelo labor intelectual, foi publicamente distinguida com prêmios e condecorações.

Era Hermana de América, distinção conferida pela Academia Sul Rio-Grandense. Do exterior recebeu o título de Chevalière du Flambeau Intelectual, conferido pela organização francesa Le Flambeau Intelectual, Nice, França.

Recebeu o “Pergaminho da Federação das Academias de Letras do Brasil” e teve o seu nome em grupo escolar em Feira de Santana – “Escola Edith Mendes da Gama e Abreu”, por decreto do Governador Luiz Viana Filho.

Entre as medalhas culturais, com diploma, se destacaram as de Rui Barbosa, Princesa Leopoldina e Ana Nery, esta última concedida pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração de São Paulo. O Ministério do Exército a condecorou com a medalha Maria Quitéria, e o Governador Antônio Carlos Magalhães com a Ordem do Mérito da Bahia, em 1975.

HOMENAGENS PÓSTUMAS

Faleceu no dia 20 de janeiro de 1982, às 11:30, em sua residência na Avenida Sete de Setembro, 321, no trecho da Vitória, nesta Capital, assistida por sua irmã e um médico. À véspera, não se sentindo bem, chamou um doutor que a atendeu e aconselhou internamento, nada acusando de anormal o eletrocardiograma que dela se tirou.

No dia 19 ainda falou para o presidente da Academia ao meio-dia acerca do artigo, publicado neste número da Revista. Passou bem a noite. No dia 20 pela manhã, levantou-se e se preparava para iniciar o dia quando foi acometida de forte dor no coração e de falta de ar, por volta das 10 horas. Chamado o médico, que tentou todos

os recursos, inclusive massagens no coração, veio a falecer, hora e meia depois com plena lucidez. O atestado de óbito registrou como causa do falecimento o enfarte do miocárdio.

Conforme era do seu desejo, o corpo foi transportado para o saguão do Instituto Geográfico e Histórico, onde ficou em câmara ardente durante toda a noite, sendo sepultada no Cemitério do Campo Santo às 12 horas do dia 21 de janeiro. No Instituto, foram-lhe prestadas as primeiras homenagens póstumas. A começar pela missa de corpo presente, pontificada pelo Cardeal Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, que fez a homilia e ressaltou os seus atributos morais e espirituais. A missa foi concelebrada pelo Cardeal-Arcebispo, Monsenhores Gaspar Sadoc da Natividade, da paróquia da Vitória, Juarez Prata e Walter Magalhães, além do Padre José Pereira de Souza. A missa contou com grande assistência, nela figurando entre outros o Governador Antônio Carlos Magalhães e Senhora, senador Luiz Viana Filho, autoridades, acadêmicos, professores, parentes e amigos. Após a missa, a Academia expressou seus sentimentos por intermédio da oração fúnebre pelo autor deste artigo (Boaventura, 1982). O Instituto fez-se ouvir pelo confrade Jayme de Sá Menezes (Thales de Azevedo, 1982). Já na hora em que o ataúde descia à sepultura, falaram duas pessoas, uma das quais foi Hugo Ribeiro Carneiro (1982), conforme impresso que distribuiu no momento. A repercussão na imprensa foi pronta e elogiosa. O jornal *A Tarde* traçou o seu perfil em a “Bahia perde primeira acadêmica do Brasil.” No dia seguinte ao enterro, nova nota “Acadêmica é sepultada com muitas homenagens” (*A Tarde*, 21 e 22 de janeiro de 1982).

Vários escritores têm se pronunciado sobre sua vida, personalidade e obra, como Remy de Souza (*A Tarde*, 1982), Soane Nazaré Andrade (*Diário da Tarde*, Ilhéus, 1982), Antônio Loureiro de Souza (*A Tarde*, 1982). Os Conselhos Estaduais de Educação e Cultura prestaram-lhe homenagens e votaram moções de pesar. Instituto e Academia dedicaram sessões especiais à sua memória. Nesta última, o acadêmico Hélio Simões enfatizou a sua bondade pessoal, espírito de companheirismo e lealdade às amizades; Renato Berbert de Castro sublinhou a sua preocupação e capacidade de trazer bons elementos para a Academia; José Silveira reportou-se a Edith oradora em homenagem ao seu tio cônego José Loureiro, em Feira de Santana, bem como ao valor intelectual do seu marido. Edivaldo M. Boaventura ressaltou a feminilidade e fortaleza como características de sua personalidade. O presidente Cláudio Veiga encerrou a sessão com palavras de pesar pela perda que a Academia tinha sofrido, e declarou aberta a vaga, para que o seu sucessor lhe faça o merecido elogio.

EPÍLOGO

Edith Mendes da Gama e Abreu viveu profundamente a sua vocação de intelectual dedicada às coisas da cultura, participou ativamente da vida acadêmica, do Instituto e das demais organizações. O seu discurso enfatizou o lado positivo do homem e da mulher. A sua liderança exteriorizou uma personalidade feminina, forte e generosa nos inúmeros papéis que desempenhou. Os seus ensaios em livros, artigos e conferências, tipificaram o caráter histórico-biográfico e evocaram a natureza dos costumes.

Foi uma figura das mais expressivas do meio cultural baiano, marcando, como mulher, um lugar no espaço até então reservado aos homens, pela força de sua personalidade no desempenho de múltiplos papéis. Seu desaparecimento deixou um enorme vazio na vida literária e associativa da Bahia.

O ponto final desta trajetória identificou duas exigências para a preservação de sua memória – a publicação dos seus livros inéditos e o levantamento de sua biobibliografia. Missões cometidas às organizações que ilustrou, máxime a Academia e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Em toda a sua obra, que cobre quase meio século de vida baiana, pode-se encontrar o reflexo das ideias e o retrato das pessoas, homens e mulheres, que mais movimentaram a vida social, política e cultural da Bahia.

(BOAVENTURA, Edivaldo Machado – Revista n.º 88 do IGHB.)



8.º PRESIDENTE

PAULO DE MATTOS PEDREIRA DE CERQUEIRA

PERÍODO: 1/1/1970 a 2/7/1970

PAULO DE MATTOS PEDREIRA DE CERQUEIRA nasceu a 8 de setembro de 1889, na rua do Canela, n.º 7 – Vitória, em Salvador, Bahia, filho do Dr. Álvaro Pedreira de Cerqueira, então Juiz Preparador da Comarca de Taperoá e de D. Maria Josefa de Mattos Pedreira de Cerqueira.

Eram seus avós paternos Dr. Gil Pedreira de Cerqueira, diplomado em Coimbra, e D. Josefina Evangelista de Castro Pedreira de Cerqueira; e do lado materno o Conselheiro Francisco Liberato de Mattos e D. Maria Angélica da Cunha Mattos.

Traço singular notamos em seus estudos preparatórios. Foram ministrados e dirigidos pelos conhecimentos polimorfos de seu pai, única maneira de, no interior, habilitar o filho para os exames ginasiais da capital, sem afastá-lo do convívio da família. Na época o Dr. Álvaro Pedreira de Cerqueira residia em Juazeiro, onde era Juiz de Comarca.

Depois dos exames de Madureza, Paulo Cerqueira matriculou-se na Escola Politécnica da Bahia, onde veio a diplomar-se em 1913, com 24 anos de idade.

A sua primeira função na vida pública foi a de fiscal federal, junto à Estrada de Ferro do Rio Grande do Norte. As limitações de tais postos não deviam corresponder muito aos anelos do seu temperamento, porque algum tempo depois o vemos de volta à Bahia, assumindo a responsabilidade de obras públicas do estado como empreiteiro. No correr de 1923 voltou a ser atraído por ocupações mais sedentárias, no último governo de Seabra, quando exerceu o cargo de Consultor Técnico da Diretoria de Terras e Minas, da qual foi diretor interino por algum tempo.

Foi nessa época que passou a identificar-se progressivamente com o meio intelectual da Bahia, dedicando-se principalmente aos estudos de Matemática, Física e Filosofia. Esses pendores, aliados à sua notória sociabilidade, haviam, necessariamente, de levá-lo a extravasar e tornar proveitosos os seus conhecimentos. E foi assim que Paulo Pedreira acharia o caminho que estava fadado a trilhar por quarenta anos: desabrochara um professor.

Começou a carreira sem padrinho e sem alarde. Em 1926 encontramo-lo na Escola Comercial da Bahia, como simples estagiário, na cadeira de Matemática, da qual se tornou catedrático em 1933. E, durante mais 30 anos, até 1963, dedicou-se a essa instituição onde dera os primeiros passos no exercício do ensino. Da Escola Comercial da Bahia ou Fundação Visconde de Cairu, como veio a chamar-se, chegou a ser diretor, de 1947-1951, e nessas funções dirigiu a transformação do seu Curso Superior de Economia e Finanças em Faculdade de Ciências Econômicas, que se incorporou à Universidade Federal da Bahia, em 1950.

Lembro-me dos frequentes comentários que na ocasião faziam a respeito das lutas travadas, a fim de salvar o patrimônio da Fundação Visconde de Cairu, criada em 1934 pela Escola Comercial da Bahia, sem com a sua intransigência prejudicar a transformação dos seus cursos superiores em Faculdade de Ciências Econômicas. Transigiu o quanto pôde, mas, quando não lhe reconheceram a sinceridade das intenções, peticionou corajosamente o recurso do judiciário. Não rememoremos aqui as suas fases; lembremos apenas que a Fundação

Visconde de Cairu conseguiu firmar os seus direitos e garantir com a defesa do seu patrimônio contra a absorção da Universidade, a continuação de um instituto de ensino comercial, que há muitas décadas, vem prestando serviços tão relevantes à instrução específica.

Cindido em dois o antigo estabelecimento, em Faculdade de Ciências Econômicas e em Fundação Visconde de Cairu, Paulo Pedreira continuou à frente de ambos até meados de 1951, quando, em decorrência da lei das desacumulações, transmitiu o cargo ao novo diretor prof. Augusto Alexandre Machado.

Continuou, porém, no cargo de professor da Fundação Visconde de Cairu até 1963, quando foi posto em disponibilidade.

Não é difícil adivinhar que o âmbito relativamente estreito da matemática de uma escola comercial não podia satisfazer por longo tempo as aspirações de um entusiasta das ciências em geral.

E, assim, em 1928, vemos Paulo Pedreira a candidatar-se à cadeira de Física Experimental e Meteorologia, da Escola Politécnica, apresentando 2 teses, versando sobre:

- a) Física dos Iontes – teorias e leis correspondentes e
- b) A Radiação do Corpo Negro.

No mesmo ano fez prova das suas qualidades de mestre nato, publicando as suas: “Considerações sobre o Ensino Superior no Brasil”.

Vencido o concurso e investido na 1.^a Cadeira de Física, passou, entretanto, a ensinar inteiramente também a 2.^a Cadeira da mesma disciplina e a de Estatística e Economia Política, de 1938 a 1942.

Ao atingir o limite de idade, depois de 31 anos de exercício da cátedra, a congregação, considerando os seus múltiplos serviços, o distinguiu com o título de Professor Emérito.

Da Escola Politécnica foi, além de professor, membro do seu Conselho Técnico Administrativo e Diretor no período de 1937 a 1939.

Na Faculdade de Filosofia, criada em 1942, Paulo Pedreira, um dos seus fundadores, regeu a Cátedra de Física Geral e Experimental. Além disso foi chefe do Departamento de Física e Química, sendo também eleito substituto do Vice-diretor da Faculdade.

Aposentou-se a partir de 9 de setembro de 1959.

Evidentemente, bastariam as atividades restritas ao ensino até aqui enumeradas, para dignificar a vida de qualquer cidadão.

Mas, como aconteceu na Fundação Visconde de Cairu, a sua passagem pela Politécnica também não se limitou ao ensino. Tomou parte ativa na defesa do seu patrimônio, o que constitui um capítulo à parte do nosso ensino técnico e superior, que vale a pena historiar em rápidos traços:

Em 1896, Arlindo Fragozo havia criado uma entidade apelidada Instituto Politécnico, com a finalidade de manter uma Escola Politécnica, que foi efetivamente fundada no ano seguinte, de 1897, e mantida pelo Instituto, por vezes com dificuldade até a sua federalização, tornada viável após a Revolução de 1930, com o apoio do governo estadual, mediante certas imposições.

Naquela época era presidente do Instituto Politécnico o ex-ministro prof. Otávio Mangabeira, seu benemérito, mas opositor ferrenho da política dominante. Esta impôs, em represália, como condição inicial da federalização da Escola Politécnica o seu desligamento do Instituto mantenedor, mas exigindo ao mesmo tempo que a Escola trouxesse certo patrimônio à União.

Foi nesta altura que Paulo Pedreira, fazendo valer os seus conhecimentos adquiridos na Consultoria Técnica, mostrou que o desligamento do Instituto da sua Escola era possível juridicamente, desde que o Instituto se transformasse em Fundação, legando-lhe a quase totalidade do patrimônio, exigência precípua da federalização.

Depois de acirrados debates na Congregação e, devido à penúria reinante, foi finalmente vencedora a sugestão de Paulo Pedreira, instituindo-se assim, em 1932, a Fundação Escola Politécnica da Bahia, de inesperado alcance futuro.

Federalizada a Escola Politécnica em 1934, o decreto determinava a adjudicação do seu patrimônio à União, exigência que, aliás, caiu no rol do esquecimento.

Em 1937, ainda em represália política, um dos primeiros decretos do Estado Novo foi a desfederalização da Politécnica da Bahia, passando os encargos da sua manutenção ao estado sem qualquer alusão ao patrimônio.

Finalmente, durante a Interventoria de Landolfo Alves, o prof. Paulo Pedreira, diretor da Politécnica no período de 1937 a 1939, conseguiu que o patrimônio fosse reconhecido e consolidado pelo governo como parte integrante da Fundação Escola Politécnica da Bahia.

Não precisamos frisar que nessas gestões contou com o apoio unânime da Congregação. Mas não padece dúvida que podemos acompanhar o seu colega, prof. Albano Rocha, quando afirma que Paulo Pedreira foi o criador da Fundação Escola Politécnica.

Embora não lograsse o grupo de professores por ele liderado, a mesma coesão anos mais tarde, quando da inclusão da Politécnica à Universidade, ainda assim, saiu novamente vencedor na luta contra a incorporação do patrimônio da Fundação à Universidade.

A esta vitória final se deve hoje o majestoso edifício: Fundação Escola Politécnica.

A parte apreciável, que deste condomínio coube à Fundação, garante rendas elevadas e possibilitará auxiliar a especialização de elementos de dotes invulgares e desprotegidos.

Será a mesma que Paulo Pedreira ajudou a preparar e cuja continuidade sempre o preocupou. Infelizmente não lhe foi dado ver sazonar os primeiros frutos.

Eis o apanhado perfunctório das principais ocupações e preocupações que encheram quarenta anos da vida pública de um homem votado sobretudo ao preparo da juventude para a vida prática e que, no seu convívio, se conservou jovem. Foi esta vivacidade que Paulo Pedreira acabou trazendo, com a sua ponderação, ao nosso Instituto quando, por efeito da sua aposentadoria, se tornou o mais assíduo dos seus *habitués*.

Como em tudo o mais, foi aqui sempre ardoroso nas discussões e, singularmente, pois era agnóstico, gostava de contender assuntos teológicos. Velho admirador de Edgar Sanches, interessava-se também por qualquer tratado de filosofia. Em questões políticas, era democrata, clássico, intransigente e digno filho de juiz austero, não admitia soluções extralegais.

Durante a sua atividade profissional vivera, compreensivelmente, um tanto alheio aos estudos históricos, embora sempre se lhe notasse visível apreço por episódios dos dois Impérios. Nos anos mais recentes aprofundou os seus conhecimentos desta fase e das suas pesquisas meticulosas, que o levaram várias vezes aos principais repositórios documentais do Rio de Janeiro. Nasceram diversos estudos, tão primorosos na forma, quão substanciais de conteúdo inédito. São, entre outros: Aurelino Coutinho, visconde de Sepetiba; Zacarias de Góes Vasconcelos; Estudo Comemorativo do I Centenário do Gabinete Liberal; D. Pedro II e a Marquesa de Barral; O visconde do Rio Branco; O Regresso do Paraguai do 41.º Corpo de Voluntários da Pátria.

Mas, a identificação de Paulo Pedreira com o Instituto não se cifraria nunca no mero interesse pelos estudos históricos ou geográficos. Sempre foi um homem prático e demasiadamente insofrido para contentar-se com ser mero espectador platônico. Entretanto, no intuito de não ferir melindres de velhos amigos, preferiu não fazer parte da Diretoria, onde problemas de várias ordens se acumulavam sem solução.

Destaquemos um deles. Há anos que o nosso Instituto não dispunha de meios para conservação da sua sede, atualizar a sua biblioteca, protegê-la e torná-la eficiente. A falta de espaço era absoluta.

À maioria da sua cúpula dirigente afigura-se como única solução capaz de remover definitivamente tais problemas, a substituição dos dois prédios contíguos da propriedade do Instituto por um edifício moderno, onde

lhe caberia, além dos cômodos necessários ao seu funcionamento eficiente e condigno, certo número de salas, cuja renda garanta a sua independência econômica.

Em decorrência desse movimento duas firmas construtoras apresentaram os seus projetos, cuja apreciação foi confiada, pela Diretoria, a uma comissão de técnicos sob a presidência de Paulo Pedreira.

Neste meio-tempo, o IGHB sofreu a perda do seu presidente, Dr. Magalhães Netto, sendo eleita para completar o biênio regulamentar, D. Edith Mendes da Gama e Abreu.

Durante todos estes meses as propostas para a construção do novo edifício continuaram em estudos, cuja ultimação era prevista para o começo do novo período regimental do Instituto.

Mas, quem seria o candidato à presidência nessa fase de transformações tão relevantes para o futuro do Instituto. Foi então, em meio à troca de opiniões, que surgiu a candidatura de Paulo Pedreira: engenheiro, aposentado mas em plena forma, economicamente independente, com vasto tirocínio de direção e largos contatos nos círculos de engenheiros e construtores, experimentado defensor de duas fundações, um dos principais idealizadores do monumental edifício “Fundação Escola Politécnica” e, finalmente, o mais antigo e mais assíduo dos frequentadores habituais do Instituto.

Não ofereceu ele resistência maior à sua indicação e, assim, foi eleito presidente em fins de 1969, tomando posse em 1 de janeiro de 1970.

Desgraçadamente, as realizações de organismos como o nosso andam devagar e Paulo Pedreira mal teve tempo de auscultar opiniões abalizadas de força e apressar o andamento do parecer da comissão técnica. Não lhe permitiu o destino pôr a serviço do Instituto o vasto cabedal da sua comprovada capacidade e experiência, que, aliás, já deveriam ter sido invocadas desde a feitura do edital de concorrência. Chamado para o além sem aviso prévio, levou consigo, certamente a amargurar-lhe os momentos derradeiros, tudo quanto para cabal execução das reformas programadas vinha armazenando através de contados pessoais, deixando aos seus companheiros toda a enorme responsabilidade dentro do grande vácuo da sua saudade. A sua morte ocorreu no exercício de presidência, em 2/7/1970.

Deus proteja e inspire a nova Diretoria, recomposta com a eleição do presidente prof. Queiroz Muniz e do 1.º Vice-presidente prof. José Calasans, para que consiga, finalmente, levar a bom termo as transformações materiais capazes de dar ao Instituto Geográfico e Histórico, aquela proficiência que a Bahia de hoje tem o direito de esperar desta sua Casa.

Tendo sido casado com a Sr.^a Maria Francisca Porto Pedreira, nasceu deste consórcio, os filhos: Sérgio Pedreira de Cerqueira e Luciano Pedreira de Cerqueira.

(EDEIWEISS, Frederico G. – Revista n.º 84 do IGHB.)



9.º PRESIDENTE

ANTÔNIO QUEIROZ MUNIZ

PERÍODO: 2/7/1970 a 8/12/1973

ANTÔNIO QUEIROZ MUNIZ nasceu a 20 de maio de 1907, em Maracás-BA, filho do Bacharel Júlio César Muniz e da Sr.^a D. Bárbara Guilhermina Queiroz Muniz. Desse feliz consórcio nasceram os seguintes filhos: Dulce Leda Muniz Ribeiro de Britto, Antônio Augusto de Souza Muniz, Paulo José de Souza Muniz, Francisco Benjamin de Souza Muniz e Rosa Cândida Muniz Couto.

Fez o curso primário em colégio da sua cidade natal. Veio para Salvador na adolescência, fazendo o ginásial e o colegial no São Salvador, do prof. Dr. Adolfo Tourinho, de quem se tornou grande amigo. Ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em março de 1927, após ter sido aprovado no vestibular, concluindo o seu curso médico em 19 de novembro de 1932, data em que colou grau.

Logo após a formatura foi para o Rio Grande do Norte a convite de um cunhado médico, onde começou a clinicar nas cidades de Natal e Currais Novos, permanecendo por 3 anos. De volta a Salvador montou consultório na Rua Chile. Entrou para a Fundação de Tuberculose, presidida pelo prof. José Silveira. Foi diretor do Hospital Santa Terezinha, onde trabalhou no Dispensário Ramiro de Azevedo, fundado e dirigido pelo prof. Dr. Cezar de Araújo, de quem era amigo pessoal.

Em 1942 foi para Buenos Aires, vivendo como interno no Hospital Muniz do prof. Vacarezza, onde fez o curso de especialização em broncoesofagoscopia e endoscopia durante 6 meses. Trouxe sua experiência e foi pioneiro em Salvador, atendendo em hospitais particulares e no Hospital do Pronto Socorro (Hospital Getúlio Vargas), onde foi, também, diretor por 3 anos.

Ingressou na política. Eleito vereador, assumiu a Presidência da Câmara Municipal de Salvador, por 4 anos consecutivos. Recebeu e homenageou políticos ilustres, dentre os quais: Horácio Lafer, Octávio Mangabeira, Antônio Carlos Peixoto de Magalhães, Luiz Viana Filho, o Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva, Arcebispo Primaz do Brasil, além de outros políticos e várias autoridades militares. Ainda como presidente da Câmara, em 1952, a convite do Vaticano, foi a Roma levando uma comitiva de vereadores, representando a Cidade do Salvador. Foi recebido e condecorado com a comenda da Ordem de São Gregório Magno, que lhe foi entregue pelo Papa Pio XII.

Foi professor da Faculdade de Odontologia, onde defendeu tese sobre “Técnica Milimétrica de Prótese Dentária”. Tornou-se professor catedrático dessa Faculdade em 1962, especializando-se em “Cirurgia Buco-Facial”. Membro do Conselho Universitário na gestão do Reitor professor Edgar Santos, durante vários anos dirigiu o Hospital Naval.

Homem amante das Artes e do Patrimônio Histórico, ajudou na restauração da Igreja da Conceição da Praia, onde fazia parte da Congregação e era amigo pessoal do Monsenhor Barbosa.

Ingressou no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 1951, como sócio efetivo. Pelas suas qualidades pessoais foi eleito em 1952 “Sócio Benemérito”. A partir do biênio 1956/1957 fez parte da “Comissão de Admissão

de Sócios”, permanecendo na função até 1963, inclusive. Foi eleito 3.º Vice-presidente, para compor a diretoria a partir de 1964 até 1967. Em 1968 foi eleito 1.º Vice-presidente até 2 de julho de 1970, ocupando a presidência nesta data em virtude do falecimento do presidente Paulo de Mattos Pedreira de Cerqueira. Em 1971 foi novamente eleito presidente, permanecendo no cargo até 8 de dezembro de 1973, data do seu falecimento. Não concluiu, portanto, o mandato que expirava a 31 de dezembro do referido ano.

Por ocasião da sessão solene do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em comemoração ao seu aniversário e em homenagem aos sócios falecidos entre 1972 e 1973, a Oradora Oficial, Edith Mendes da Gama e Abreu, assim escreveu a respeito do Dr. Queiroz Muniz:

“Com a mesma dor e o mesmo espírito de justiça, transcrevo nesta página, o que disse ao começo da minha oração, nos funerais desse nosso eminentíssimo ex-presidente.”

A vida é migalha de luz que Deus entrega a cada ser humano, para fazê-la crescer e atear a grandeza da humanidade. Uns deixam-na apagar-se na renúncia a tão nobre destino e, até, no tesouro dos erros e crimes; outros mantêm-na esplendidamente acesa distribuindo-se em raios de ciência, arte e virtude, que concorrem para aquela predestinada finalidade. E só a morte tem o poder de apagá-la.

Mas os raios que ela difundiu permanecem como no caso deste estremecido amigo.

Sua vida iluminou outras vidas; suas virtudes criaram outras virtudes; suas atenções sugeriram outras atenções, sempre no sentido do Belo e do Bem.

Cumpriu a destinação divina.

No lar conjugal, foi um modelo de marido e de pai, com o apoio da sua distinta esposa, D. Dulce Benjamin Queiroz Muniz, sua digna companheira de todas as horas. Os seus filhos, Dulce Leda, Rosita, Paulo Augusto e Benjamin, só lhe trouxeram alegrias, compensando-lhe, com dedicação, o amor abnegado do pai. Todos alcançaram diploma de nível superior.

Diplomou-se Queiroz Muniz pela douta Faculdade de Medicina da nossa Universidade Federal. E na de Odontologia, onde também se diplomara, transpôs galhardamente os umbrais para ser um dos mais insignes catedráticos.

Perfez Queiroz Muniz o tipo ideal do médico. De solicitude extrema para com os doentes, sem ambições ilícitas, preferia beneficiar a enriquecer. Quando consumava um daqueles milagres de cirurgia plástica, tinha um sorriso nos lábios e um encantamento n’alma, pela arte do esteta e o benefício do altruísta.

Atraído pela política, elegeu-se vereador da Câmara Municipal do Salvador, a cuja presidência o ergueram os colegas, recolhendo-lhe os inconfundíveis méritos. Como em toda a parte, revelou-se ali bravo e fidalgo, justo e bom.

Realmente, a bravura, a lealdade e o cavalheirismo harmonizavam-se em sua personalidade em feição de veras excepcional. Chegava, às vezes, com aquela voz imponente, a uma franqueza rude em aparência, mas preciosa em realidade, porque era o repúdio à mentira, à deslealdade, à traição.

Assim agiu constantemente no Conselho Universitário, de que foi membro dos mais ilustres.

Talento, eximamente culto, deixou vários trabalhos científicos, literários e históricos. Mas como orador é que mais figurava, tendo tido fartos ensejos de empolgar auditórios. Já combatido pela enfermidade que iria dar-lhe a morte, reuniu surpreendentemente as energias físicas e mentais e deixou nas amuradas do Convento da Lapa, inaugurando a placa comemorativa do sesquicentenário do martírio de Joana Angélica, as últimas ressonâncias de uma rara eloquência.

Na presidência da Câmara Municipal prestou a este Instituto os relevantes serviços que lhe outorgaram o título de Sócio Benemérito. E presidindo-o, fez-lhe renascer a sede em magnitude, defendendo-a da inconoclastia de uma demolição, pelos apelos atendidos aos ínclitos Governador e Prefeito Antônio Carlos Magalhães e Clériston Andrade, respectivamente.

E deixou como selo divino na concretização de seu devotamento a esta

Casa, a imagem de Cristo entronizado em seu salão nobre. Homem de fé cristã sentida e praticada, sobrepunha a todos os seus títulos o de Comendador da Santa Sé.

Para definir Antônio Queiroz Muniz, bastaria uma palavra: se falada, aos frêmitos de suprema exaltação: se escrita, molhada a pena em tinta de ouro: DIGNIDADE.

Síntese de uma vida!”

No IGHB tinha grandes amigos como o prof. Magalhães Netto, Edith Mendes da Gama e Abreu, Clarival Valadares, Paulo Pedreira, Frederico Edelweiss e outros.

Por ocasião do seu falecimento, em 8 de dezembro de 1973, o seu corpo foi velado no IGHB e depois sepultado no Cemitério do Campo Santo.

(BRITTO, Dulce Leda Muniz Ribeiro de)



10º PRESIDENTE

FREDERICO GRANDCHAMP EDELWEISS

PERÍODO: 1/1/1974 a 15/10/1976

FREDERICO GRANDCHAMP EDELWEISS nasceu a 19 de maio de 1892, em Santo Ângelo-RS, filho único de Theodoro Edelweiss e D. Flora Grandchamp Edelweiss. Iniciou os seus estudos na cidade natal, sob a orientação do Padre Teschaner, cognominado o “Pai da História do Rio Grande do Sul.” Ao completar 11 anos, por decisão dos seus pais, seguiu para a Europa, a fim de estudar, em Bruxelas. O Padre Teschaner tendo infundido no espírito do jovem Frederico o gosto pelos estudos jesuíticos, em particular o conhecimento das línguas e os assuntos relacionados com os indígenas brasileiros, fez com que o jovem Frederico fosse estudar na Europa, onde permaneceu por sete longos anos, tendo frequentado conceituados Institutos de Ensino, dedicando-se principalmente ao estudo da linguística e dos idiomas modernos. Em 1911, por morte do seu pai, viu-se na contingência de abandonar os estudos tão brilhantemente iniciados, para voltar ao Brasil, a fim de dirigir a fazenda paterna, que lhe caberia administrar, a partir daquele momento.

Muito jovem ainda e bastante inexperiente, não teve sorte naquele empreendimento, dedicando-se, em vista disso, a desfazer-se da propriedade familiar. Na oportunidade, já era então órfão de pai e mãe, vez que sua genitora, apenas havia sobrevivido um ano após o falecimento do velho Theodoro.

Àquela altura, no entanto, tornara-se Edelweiss conhecido na região em que vivia e nas suas redondezas, o que lhe valeu um convite para dirigir o Colégio Rio Branco, em Cachoeira do Sul, onde se deteve por pouco tempo, já que a pequena remuneração que lhe era atribuída não oferecia a justa recompensa pelo trabalho desempenhado com eficiência e dedicação. Dali encaminhou-se Edelweiss para o comércio, fazendo algumas tentativas pouco satisfatórias em Porto Alegre, onde, inclusive, exerceu cargos de representação.

Aos 24 anos de idade, sozinho e em ambiente estranho, desposou D. Henriette Soveral Lund, de cujo consórcio teve dois filhos: Egmar Lund Edelweiss, médico e professor de Medicina Tropical na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Malomar Lund Edelweiss, padre secular e introdutor da Psicanálise no Brasil, com atuação destacada em Belo Horizonte.

Em 1919, falece sua jovem e bela esposa, oportunidade em que Edelweiss, atendendo ao convite que lhe formulara a firma Tude Irmão & Cia, transfere-se definitivamente para a Bahia. Uma vez em nosso meio exerceu,

a princípio, as funções de correspondente, passando mais tarde a ocupar a gerência daquela conceituada firma exportadora, função que exerceu durante 10 anos. Em 1930, foi convidado pelo Interventor da Bahia, Dr. Artur Neiva, para encarregar-se do Departamento Comercial do nascente Instituto de Cacau da Bahia, onde se houve com elevado descortino e eficiente desempenho, permanecendo naquele posto até 1943. Em meio à vida afanosa dos trabalhos cotidianos, todavia, jamais se lhe arrefeceu o gosto pelos estudos, a ele sempre se entregando com afínco e devoção.

Datam da década de 20 alguns dos seus artigos publicados na imprensa local, em *Era Nova* e no *Jornal da Bolsa*, trabalhos esses que evidenciam as suas preocupações intelectuais, então voltadas precípuamente para os assuntos: “Livros Novos”, “Tupi”, “As descobertas pré-colombianas da América”, “Arqueologia e História” e “O alvorecer da nossa exportação e o Brasil nascente.” Naquela época, teria Frederico Edelweiss iniciado suas atividades de escritor e conferencista, muito embora a maioria dos seus estudos relativos ao período não mais tivessem sido localizados pelo autor, extraviados, talvez, entre a massa de seus documentos, ou por ocasião de mudanças de residência.

Na década seguinte, escreve Edelweiss: “O naturalista Aimé Bonpland”, “As amantes do Imperador, de Assis Cintra”, “Charuto, um enigma etimológico”, “Uma página de História”, “História e água, as fontes antigas da Cidade do Salvador”; estudos esses que revelam seu inquestionável pendor para a análise histórica e linguística, a par de seguro poder de argumentação. Vale aqui ser comentado, “Uma página de História”, publicada na *Revista do Rotary Baiano*, a 2 de agosto de 1939, em que se evidencia o gosto pelo detalhe – uma constante na obra histórica de Frederico Edelweiss, que não se atém, apenas, ao exame dos grandes acontecimentos e dos amplos temas. Antes parece interessado na investigação do inusitado e do aparentemente supérfluo. O centenário do Farol da Barra foi, também, objeto de acurada análise do historiador baiano. E, embora ele próprio o declarasse ser o evento uma efeméride de segunda ordem, um assunto pequenino, nem por isso deixou de merecer a sua cuidadosa atenção.

No mesmo decênio, exatamente a 21 de dezembro de 1935, deixa o nosso historiador de ser o cobiçado viúvo que alvoroçava os corações femininos desta cidade, casando-se com a virtuosa e inteligente Srta. Margarida Carvalho Sampaio, de cujo matrimônio nasceram: Frederico, agrônomo, residente em Una; Irundi, engenheiro químico, foi presidente do CEPED e Margarida Querimurê, bibliotecária, com atuação na Secretaria da Fazenda deste estado.

Evidenciando a sua constante preocupação com aspectos relativos à cultura baiana, versa Edelweiss o tema: “Bahia e Cidade do Salvador”, em torno da prevalência dessas duas denominações. A favor do nome Cidade do Salvador, conforme afirma, pronunciou-se categoricamente o paciente e cuidadoso Inocêncio Góes, opondo-se à inadequada denominação Cidade de São Salvador, referência unicamente expressa na bula pontifícia que criou o 1.º bispado brasileiro. Submetendo a documentação alusiva aos séculos XVI e XVII a minucioso exame, Edelweiss infere, entretanto, que a maior parte dela registra o nome Bahia. Advogando a tese de que a razão histórica está com Gabriel Soares e Jaboatão, cita o historiador baiano, arrimando-se na informação da carta patente do provedor-mor Rodrigo de Arguello, em que se lê:

“He por bem e me praz de lhe fazer mercê do ofício de Provedor de minha fazenda da Fortaleza do Salvador, na Capitania da Bahia de Todos os Santos, nas terras do Brasil (15.1.1549).”

Apoiando-se em farta documentação do período, sustenta que, desde o início do século XVII, a denominação Bahia se sobrepunha à de Cidade do Salvador, inferindo ainda que as cartas dos governadores gerais são datadas da “Bahia”, como igualmente o são os registros e portarias, enquanto as provisões, patentes e alvarás continuam a registrar Cidade do Salvador. Tal ocorrência, portanto, parece confirmar a preponderância do nome popular em todos os domínios da sociedade. Até hoje observa-se, contudo, a mesma vacilação em torno do uso das duas denominações.

A análise cuidadosa de Edelweiss sobre tão questionável tema apresenta lúcidas conclusões que merecem aqui referidas, São elas:

I - O nome “Bahia” aplicado à Cidade surgiu com ela e tem as suas raízes na promoção antonomástica do termo “baía” o nome próprio, com o sentido de Bahia de Todos os Santos, em época anterior à vinda de Tomé de Sousa.

II - A translação espontânea de Bahia (Recôncavo) para Bahia (Cidade) obteve, de logo, foros de popularidade conservadas até hoje.

III - “Cidade do Salvador”, o nome oficial dado por instruções do governo português, trouxe do seu berço o cunho burocrático, que o relegou mais e mais às dependências governamentais, onde a custo faz valer os seus legítimos direitos.

Toda sua produção histórica e linguística revela, pois, sua inquietante postura inquisitorial, que derivava do incontestável pendor para a pesquisa e minudente análise.

Data de 1969 seu alentado livro: “Estudos tupis e tupi-guaranis” em que reúne preciosas lições de caráter histórico e linguístico, dois grandes canais por onde sempre se expressavam sua lúcida inteligência e vastíssima cultura. Na coletânea em apreço, consoante o próprio subtítulo, são procedidos confrontos e revisões, tão a gosto daquele que apaixonadamente perseguia a precisão histórica, a apurada análise do idioma, enfim, a soberana verdade científica.

Vale aqui transcrita a justa avaliação do Pe. Lemos Barbosa, autor da orelha do livro em apreço, quando afirma: “A obra de Frederico Edelweiss, ex-professor de Língua Tupi na Universidade da Bahia, teve como objetivo por um pouco de ordem nesse caos. Alma de historiador e analista rigoroso, o autor percorre toda a produção “tupi” tanto impressa como, manuscrita, situando-a no espaço. E vai corrigindo naquele seu tom sincero, por vezes áspero, toda uma série de erros que se espalham a respeito da língua “tupi.” A essas considerações do Pe. Barbosa, acrescento não ter apenas tratado o grande historiador tupinólogo, na obra em questão, de assuntos estritamente relacionados com a língua dos aborígenes brasileiros, antes versando também alguns temas históricos, além de registrar comentários críticos sobre: “Ideias errôneas a respeito do tupi e da finalidade do seu ensino universitário e o tupi no currículo universitário” e “Comentário em torno de uma iniciativa paulista”.

O primeiro trabalho de Edelweiss, do ano de 1970, homenageia o Padre Nóbrega, escrevendo: “O quarto centenário da morte do Padre Nóbrega”, reverenciando assim a memória daquele que, na opinião do historiador baiano, foi além de piedoso missionário, o maior estadista dos primórdios da nossa história. Não caberia, por certo, a outro membro deste Instituto proferir a conferência que, sobre aquela notável figura, pronunciaria Edelweiss, a 18 de outubro de 1970. Além de profundo conhecedor da obra jesuítica no Brasil, tinha o historiador baiano visível preferência pela personalidade iluminada do preclaro religioso, de quem admirava a sincera piedade, o caráter sem jaça, a firme determinação, a grande combatividade e o equilíbrio político. São suas essas palavras em que revela grande admiração pelo perfilado:

“Como jesuíta foi soldado arregimentado, submisso, mas não passivo diante de falhas e apreciações. Por algumas cartas se tem impressão de que, em dados momentos, pela incompreensão dos superiores de Portugal, se sente compelido a deixar a direção de cá para, nem ser submisso, nem ter que agir contra a convicção que lhe dava o pleno conhecimento das circunstâncias.”

Se me fosse, pois, possível reduzir a algumas características básicas a obra de Frederico Edelweiss, diria sem medo de errar, que elas se distinguem:

1.º pelo apuro da forma, expressa através de um estilo vigoroso, objetivo, claro e conciso. Acrescentaria, ain-

da, o preciso uso do adjetivo e do advérbio, que se ajustam harmonicamente no seu contexto frasal;

- 2.º pela densa e minudente prospecção das fontes documentais;
- 3.º pela profunda crítica interna e externa dos documentos;
- 4.º pelo lógico encadeamento de ideias, que se sucedem num todo coerente e contínuo;
- 5.º pela argumentação vigorosa, que se arrima em documentos fidedignos, pois Edelweiss não se recusa a levar a efeito as tarefas da bibliografia crítica;
- 6.º pela criteriosa síntese interpretativa que lhe conferem características de historiador dos tempos contemporâneos;
- 7.º pelas sempre justas e convincentes conclusões a que chega nos arremates finais de seus trabalhos;

Assim, pois, fica avaliada a obra de Frederico Edelweiss, o último dos nossos historiadores, de mérito indiscutível, de uma obra de elevado valor científico e de profundo significado para a cultura brasileira.

IV - O Tupinólogo

Nascido no município de Santo Ângelo, Frederico Edelweiss iria, desde muito cedo, acostumar-se aos sons estranhos e guturais do idioma guarani, cujos primeiros ensinamentos lhe foram transmitidos pelo Pe. Teschauer.

Naquela antiga zona de redução jesuítica de índios guaranis, certamente, despertaria, pela primeira vez, o seu interesse pela linguística indígena sul-americana.

É tempo, igualmente, de atribuir-se ao jesuíta Carlos Teschauer a grande influência que sabemos ter exercido sobre o espírito do tupinólogo Frederico Edelweiss, que lhe herdou, não apenas o pendor para os estudos linguísticos, mas igualmente a vocação para os assuntos relacionados com a etnografia, a etnologia, os estudos históricos, particularmente os atinentes à Companhia de Jesus e aos jesuítas.

Aliás, Edelweiss jamais negou essa indiscutível ascendência exercida pelo “Pai da História do Rio Grande do Sul”, a quem se referia com respeitosa admiração.

Data, porém, de 1928 seu primeiro artigo impresso sobre o “Tupi”, publicado no jornal A Tarde. Sob epígrafe tão abrangente, o autor apõe o subtítulo – Igarapé, versando o intrincado problema etimológico e dedicando-o ao grande filólogo João Ribeiro, que lhe admirava a maneira prudente e objetiva com a qual laborava o difícil campo de estudo.

Posteriormente, em 1936, publicaria o tema “Charuto, um enigma etimológico.” Defendendo a etimologia brasileira do termo charuto, analisa minuciosamente a mais antiga designação do rolo de fumo, informando que seu uso já era generalizado desde meados do século XVI, embora sob a designação de cigarro.

Aliás, o vocábulo, segundo o texto em apreço, teria surgido na obra Ásia, de um autor inglês T. B., cuja publicação ocorreu entre 1669/79. E, consoante afirma Edelweiss; “nela, segundo o New Oxford Dictionary, há um trecho referente aos Malabares, que diz:

“Fumam o seu tabaco de maneira extremamente simples, mas a meu ver, bastante original: enrolam uma folha e, tomando entre os lábios uma das extremidades, acendem a outra.”

Eles (os malabares) chamam este rolo “bunco”, mas os portugueses, “cherota.”

Comentando, ainda, esta informação afirma: “Eis como charuto emerge na literatura mundial, em país distante e língua estranha.

O original trabalho evidencia, assim, a constante preocupação de Edelweiss em relação aos estudos etimológicos que iria, durante toda a sua existência, construir-se numa inequívoca vocação do seu talento de pesquisador.

Do ano de 1947, datam duas de suas importantes contribuições à tupinologia, a saber, o livro *Tupis e Guaranis* e o estudo intitulado “Algumas observações críticas à Geografia dos Mitos Brasileiros, de Câmara Cascudo.”

Evidenciando amplo conhecimento da língua dos nossos primeiros índios, Edelweiss enriquece todo este estudo com excelentes notas de pé de páginas, cujo valor é tanto maior porquanto se constituem em referências da maior segurança e profundidade para os que se interessam por este setor de conhecimento dos estudos brasileiros.

Impossível deixar de conferir-lhe um lugar de honra nos estudos tupinológicos dos nossos tempos, dada a segurança e profundidade com que versava os assuntos desta especialidade, de que é exemplo a análise percutiente sobre o aumentativo em tupi.

Acompanhamos, de perto, a tarefa de que se incumbiu o competente tupinólogo, àquela altura com a saúde bastante abalada pela pertinaz moléstia que, pouco a pouco, minava a sua já precária saúde. Efetivamente, grande e árdua era a empreitada para quem só sabia entregar-se fundamente à tarefa de pesquisar os recônditos da língua nativa. Meticuloso e perfeccionista, certamente, desejou Edelweiss repartir tamanha responsabilidade com outro especialista, interessado como ele em empreender, gratuitamente, tal empreendimento.

Demonstrando, mais uma vez, a vastidão do seu conhecimento, Frederico Edelweiss não apenas incursiona no campo do tupi, arremetendo-se à tarefa de fazer observações de caráter histórico, de cujos conhecimentos já tivemos oportunidade de comentar no trabalho “Frederico Edelweiss, o historiador.”

Defensor consciente do papel de relevo que cabe ao Pe. Anchieta no campo dos estudos tupis, Edelweiss examina minuciosamente a sua atuação como mestre gramático e poeta, concluindo:

“E a gente fica a matutar na ingratidão do destino para com o grande e abnegado amigo do nosso índio, permitindo que, mesmo nas tentativas de sua glorificação, ainda enxovalhem os louros de primeiro linguista literato do Brasil, de grande pedagogo e missionário, que ninguém lhe poderá arrancar.”

Já aqui o combativo autor, combalido pela atroz moléstia que o levaria ao túmulo, como que faz concessões à maneira usual nos meios culturais do país em ocasiões como tais, onde só cabem as manifestações laudatórias de tipolouvaminheiro. Este último estudo, contudo, posto que projetado para momento no qual coubesse a crítica rigorosa, mas justa, analisa criteriosamente o indianismo de José de Alencar no seu mais famoso livro – *Iracema*.

Reportando-se ao valor literário da obra, o autor invoca o testemunho de grandes figuras da cultura nacional, dentre os quais, cumpre destacar: Machado de Assis e Franklin Távora.

Por outro lado, tentando justificar o desconhecimento de Alencar em relação ao tupi declara:

“Compreendem-se essas falhas nos reparos da época: os estudos etnológicos comparativos estarem na infância e, da língua tupi que os índios falavam e que os jesuítas registraram, faltavam os compêndios, que a fúria nativista de Pombal praticamente fizera desaparecer.”

Pena é que não houvesse tempo para aquele estudioso da língua brasílica dedicar-se à análise completa dos romances indianistas de Alencar, conforme era seu desejo, expresso na declaração: “O Guaraní, com o seu título infeliz, a despeito de ocupar cronologicamente o primeiro da série, representa período posterior.”

“Pelo tema, *Ubirajara*, publicado em 1875, coloca-se em época anterior a *Iracema*, que veio à luz com precedência de dez anos, porque neste já entra uma personagem branca, ainda que a sua presença nada altere na trama dos acontecimentos.”

Considerando, porém, o valor intrínseco e a projeção incomparavelmente maior que teve *Iracema* em nossa Literatura, é por esta obra que iniciarei o meu estudo sobre o indianismo de José de Alencar.

Eis, confirmado, o que asseveramos anteriormente. Da parte de Frederico Edelweiss havia o propósito de examinar os três romances indianistas do escritor cearense.

Aliás, a leitura e conhecimento deste trabalho teve repercussão local, suscitando a publicação, em jornal baiano, do artigo intitulado “Alencar não sabia tupi”.

Sem que demos por inteiramente concluída esta resenha, sublinhamos o nosso maior empenho em outra oportunidade, ao retomarmos o tema, relatando, então, outras produções linguísticas assinadas por Frederico Edelweiss, muitas das quais se encontram manuscritas ou datilografadas, à espera da indispensável publicação.

Acreditamos que, se assim procedermos, estaremos nos incumbindo de divulgar o trabalho honesto e eficiente de um dos mais importantes estudiosos da língua tupi e, com tal, prestando inestimável serviço à cultura brasileira.

Em 15 de outubro de 1976, faleceu o Mestre Frederico Edelweiss, legando à Bahia um grande patrimônio cultural por ele criado – a BIBLIOTECA FREDERICO EDELWEISS. Na oportunidade, encontrava-se no exercício da presidência do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

(Dados extraídos do trabalho da prof.^a Consuelo Pondé de Sena, publicado na Revista do IGHB, vol. 87, págs. 263 a 276.)

11.º PRESIDENTE

MONS. MANOEL DE AQUINO BARBOSA

PERÍODO: 15/10/1976 a 31/12/1977



MANOEL DE AQUINO BARBOSA nasceu em 29 de outubro de 1902, no arraial de Oliveira dos Campinhos, município de Santo Amaro–Bahia, filho do comerciante Manoel Luiz Barbosa e D. Carlinda dos Reis Barbosa, cujo matrimônio ocorreu no dia 3 de setembro de 1898. Foi batizado no dia 1.º de fevereiro de 1903, na Matriz de N. Senhora de Oliveira dos Campinhos, sendo oficiante o vigário da Freguesia, Padre Ribeiro de Araújo. Como padrinhos, teve o Coronel João Francisco da Costa Pinto – proprietário da Usina Paranaguá – e D. Maria Rosa de Jesus, a santa e benemerita diretora do Hospital de N. Senhora da Vitória, na mesma localidade.

Fez o curso de primeiras letras na terra natal, matriculando-se no Seminário Menor da Bahia a 5 de fevereiro de 1915, realizando todo o seu curso no tradicional estabelecimento situado no Convento de S. Teresa. Iniciou o curso filosófico a 1.º de janeiro de 1920 e o de teologia a 13 de fevereiro de 1922.

Recebeu a Sagrada Tonsura a 19 de março de 1923, na Capela do Palácio da Sé; as ordens de Ostariato e Leitorato, a 7 de outubro; e as de Exorcistado e Acolitado a 30 de novembro do mesmo ano, na Igreja de S. Teresa, sendo oficiante o saudoso Arcebispo D. Jerônimo Tomé da Silva.

Das mãos do Arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva recebeu o subdiaconato a 29 de junho de 1925 na Igreja de

S. Teresa, o Diaconato a 28 de outubro e o Presbiterato a 22 de novembro do mesmo ano na Catedral Primacial.

Celebrou, pela primeira vez, no dia seguinte na Igreja de S. Raimundo e cantou a Primeira Missa solene na Matriz de Oliveira dos Campinhos, a 13 de dezembro do mesmo ano.

INÍCIO DO APOSTOLADO

Nomeado coadjutor da Paróquia de Nazaré, nesta capital, empossou-se a 1.º de janeiro de 1926.

Nesse posto promoveu as festas das bodas de prata de sacerdote do Mons. Joaquim Aires de Almeida Freitas – pároco da Freguesia – e fundou a Congregação Mariana para moços, a primeira instalada nesta Arquidiocese em uma matriz.

Por Provisão de 22 de março de 1926, foi nomeado capelão da Igreja da Ajuda e tomou posse a 26 do mesmo mês, continuando como coadjutor de Nazaré.

Nessa capelania, entre outras iniciativas, restaurou o Mês de Maria.

Em novembro de 1926, renunciando a coadjutoria de Nazaré, foi nomeado capelão do Asilo de Mendicidade e encarregado de instalar, no Convento da Boa Viagem, a “Casa dos Padres”, recentemente fundada pelo Sr. Arcebispo Primaz para abrigar os sacerdotes enfermos e inválidos.

Em maio de 1927, deixou as Capelarias da Ajuda e do Asilo de Mendicidade, para assumir a direção da Paróquia de N. S. de Brotas.

PÁROCO DE BROTAS

Durante dois anos, de maio de 1927 a abril de 1929, exerceu o paroquiado na Freguesia de Brotas.

Continuando o trabalho do seu antecessor, procurou intensificar o apostolado e apoiar todas as iniciativas para o maior impulso da paróquia e do bairro. A sua atuação ficou assinalada por vários empreendimentos, destacando-se as obras realizadas na Matriz; a inauguração, a 15 de agosto de 1928, do retrato do Frei Niceto, piedoso franciscano e ex-vigário da paróquia, que iniciou a restauração daquele templo; e a fundação da Congregação Mariana de S. Geraldo para moços, solenemente instalada a 11 de setembro de 1928 pelo Sr. Arcebispo Primaz, com a presença do padre Luiz Gonzaga Cabral e de todas as Congregações Marianas desta Capital.

PÁROCO DA CONCEIÇÃO DA PRAIA

Transferido para a Paróquia da Conceição da Praia, tomou posse a 30 de maio de 1929.

É o quadragésimo sétimo pároco da segunda paróquia da cidade na ordem cronológica e o terceiro no exercício das funções.

Em mais de três séculos de existência dessa Paróquia, fundada em 1623, nenhum dos seus antecessores a dirigiram durante períodos mais longos. Depois dele, ocupa o primeiro lugar, o Padre Custódio Rodrigues Landim, o benemérito idealizador e iniciador da construção do grandioso templo, com um paroquiano de trinta e dois anos, de 1717 a 1749. Cabe o segundo ao notável Padre Dr. Wenceslau Pinto de Magalhães, vigário colado de 1749 a 1777, num período de vinte e oito anos.

Nos vinte e um anos e meio à frente dos destinos da Paróquia da Conceição da Praia, soube o cônego Manoel Barbosa conquistar a admiração e a estima dos paroquianos e devotos de N. S. da Conceição, das irmandades e associações paroquiais e de todo o comércio baiano, em cujo seio desfruta o maior prestígio.

Com o maior zelo e dedicação desempenhou essas funções, tornando-se um defensor intransigente do valioso patrimônio artístico e histórico do templo fundado, em 1549, por Tomé de Sousa, e da tradicional Igreja do Corpo Santo, filial da mesma Matriz.

Graças aos seus esforços foram restaurados os atos da Semana Santa, interrompidos há meio século; a procissão do Senhor da Redenção, suspensa há quatro décadas; a procissão de S. Frei Pedro Gonçalves, titular da Igreja do Corpo Santo, que, desde o século passado, tinha desaparecido; o barco-andor desse protetor dos marítimos, preciosa obra de arte em ruínas; alfaías e móveis de valor.

Empenhou-se, durante anos, em pesquisas históricas para reunir o que existe nos arquivos nacionais e portugueses sobre o majestoso templo do bairro comercial a fim de publicar um trabalho capaz de demonstrar toda a história de um dos maiores monumentos do país.

Durante onze anos, armou na matriz da Conceição o presépio que se tornou um dos maiores da cidade.

Instituiu a Páscoa dos Padres, distribuição anual de gêneros no sábado de Aleluia a mil famílias necessitadas desta Capital, para que possam celebrar alegremente o Domingo da Ressurreição.

Fundou a festa de S. Cristovão, que tem sido celebrada em 25 de julho pelos motoristas baianos com o maior entusiasmo; deu início à bênção anual dos carros; promoveu a entronização da imagem do protetor dos motoristas nas garagens oficiais; e promoveu a procissão noturna em automóvel do mesmo mártir, que se tornou um dos grandes acontecimentos religiosos da cidade.

Incrementou as festas anuais da Conceição da Praia, dando-lhes sempre a maior imponência. Promoveu, em 22 de dezembro de 1935, a sagração da matriz da Conceição e do seu esplêndido altar-mor, presidida pelo Sr. Arcebispo Primaz, D. Augusto Álvaro da Silva.

Alcançou da Santa Sé que a Matriz da Bahia fosse elevada à categoria de Basílica Menor e a seu Titular tivesse a insigne honra de “Coroação Pontifícia”, dois grandes acontecimentos que assinalaram as importantíssimas festas que promoveu em 1946 para comemorar o terceiro centenário da proclamação de N. S. da Conceição, como padroeira de Portugal e seus domínios. Iniciou, em 1945, a sagração dos altares laterais.

NA IMPRENSA

A vocação jornalística do cônego Manoel Barbosa data da sua infância, como Aloísio de Carvalho revelou no discurso da homenagem póstuma, prestada pela Academia de Letras da Bahia.

Os seus primeiros escritos foram publicados, quando ainda seminarista, no “Boletim da Obra das Vocações Sacerdotais”. Em 1926 iniciou a atividade jornalística com a propaganda do 1.º Congresso Arquidiocesano de Vocações Sacerdotais, do qual foi o primeiro secretário e um dos organizadores.

De 1926 a 1928 colaborou, com assiduidade, no “Boletim Paroquial da Freguesia de Nazaré” e na “Revista Eclesiástica” desta Arquidiocese, em cujas páginas se encontram vários trabalhos apologéticos e históricos, destacando-se “O Milagre” e “A Igreja e os Concílios Ecumênicos.”

Em 1929 assumiu a direção da “Era Nova”, diário católico da Bahia, dedicando-se de corpo e alma, durante quatro anos e meio, ao jornalismo católico. Empreendeu a reforma material e redacional desse jornal, levando para sua redação jornalistas consagrados; reunindo em torno de si uma plêiade de moços que ingressaram na imprensa e honraram o jornalismo provincial e nacional; dotando-o de nova maquinaria e de instalações modernas; transformando-o em matutino, dando-lhe feição de jornal combatente.

Empenhou-se em várias campanhas de interesse social e conquistou para esse diário uma posição de real prestígio na imprensa local.

Durante sua gestão percorreu o estado em viagem de propaganda da imprensa católica, visitando as Lavras Diamantinas, o Recôncavo, o Sudoeste e o Sul da Bahia.

Afastando-se da direção da “Era Nova” em agosto de 1933, foi convidado pela “A Tarde” para ser redator especial junto ao 1.º Congresso Eucarístico Nacional e, no ano seguinte, fez parte do corpo redacional do mesmo vespertino, como redator da seção religiosa.

Em 29 de dezembro de 1935, ingressou no “Diário da Bahia” como redator-chefe. De 19 de abril de 1941 a 10 de fevereiro de 1942 fez parte da redação de “O Imparcial”, num dos momentos mais críticos do saudoso matutino, que circulava diariamente sob rigorosa censura policial.

Contrário a qualquer medida de compressão à imprensa, protestou sempre contra as censuras impostas aos jornais baianos durante a Revolução de 1930 e, no período ditatorial.

Em fevereiro de 1942 voltou novamente como redator-chefe para a redação do “Diário da Bahia”, que acabava de ser adquirido pela “A Noite” do Rio.

O cônego Manoel Barbosa colaborou ainda em outros jornais, diversas revistas do País, publicando artigos, crônicas, reportagens, comentários e notícias sobre os mais variados assuntos, com ou sem assinatura e com os pseudônimos de Mano, Elmano Nobardo e Manoel Subahé. Dessa vultosa contribuição deve ser lembrada a série de artigos publicados em 1938, em “O Imparcial”, sob o título “Contra a ignorância e a indiferença”, em defesa do patrimônio histórico e artístico da Bahia.

Quando Tales de Freitas tomou a iniciativa de fundar a associação baiana de Imprensa, encontrou no Padre Manoel Barbosa o maior entusiasta. Instalada em 22 de agosto de 1930, fez parte da sua primeira Assembleia Geral. Nos dois decênios dessa prestigiosa associação de classe, ocupou vários cargos na sua diretoria.

Como tesoureiro, iniciou a formação do patrimônio daquela instituição. Em 17 de agosto de 1934 conferiu-lhe a Assembleia Geral, por aclamação, o título de sócio benemérito, em razão dos grandes serviços prestados à entidade.

Em fevereiro de 1936 foi eleito delegado-eleitor da Associação Baiana de Imprensa, para a eleição de deputado classista à Assembleia Legislativa do estado.

Posteriormente, figurou, como representante da imprensa baiana, entre os nomes da Bahia, indicados pelo governo do estado, para o Conselho Nacional de Educação.

Foi ainda escolhido para representar a Imprensa Baiana na Comissão de Urbanismo criada nesta Capital, na qual exerceu o cargo de secretário até sua extinção.

Em 1948 foi designado para presidir a Comissão Organizada do III Congresso Nacional de Jornalistas e, em novembro de 1949, aclamado presidente do mesmo certame. No desempenho dessas funções revelou o cônego Manoel Barbosa qualidades que tornaram credor do respeito e da admiração de todos os congressistas, inclusive daqueles que militavam em campos doutrinários opostos. Graças a essa atuação, o certame alcançou o maior êxito e marcou um grande passo para a solução dos problemas da imprensa em nosso país e para o conagração dos jornalistas brasileiros.

Além de assíduo colaborador da imprensa local, foi diretor da “Revista Eclesiástica da Bahia”, órgão oficial desta Província Eclesiástica, e vice-presidente da Associação Baiana de Imprensa.

NO ARQUIVO PÚBLICO

Nomeado em 9 de março de 1935, arquivista – chefe de Seção da Diretoria do Arquivo Público e Inspetoria dos Monumentos, tomou posse a 22 do mesmo mês e exerceu o cargo até dezembro de 1937, quando foi demitido pelo governo militar neste estado pelo crime de “não rezar na mesma cartilha”.

Nos vinte e oito meses que trabalhou naquele importante repositório de documentos da Bahia, reafirmou a sua dedicação pelo passado baiano, exercendo proveitosa e oportuna fiscalização para impedir a saída de objetos de arte para outros estados, e realizando o primeiro tombamento de monumentos históricos baianos. Confirma essa atuação o Relatório sobre a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, correspondente ao ano de 1936, publicado no vol. XXVI dos Anais do Arquivo Público da Bahia.

NA INSPETORIA FEDERAL DE ENSINO

Durante treze anos exerceu o cônego Manoel Barbosa o cargo de inspetor federal de ensino. Se, por vezes, as circunstâncias o obrigaram a enfrentar o descontentamento de alunos insubordinados, de professores incapazes ou desiduosos, de diretores e autoridades contrariados nos seus interesses, jamais cedeu a uns e outros, mesmo nos tempos de ditadura, quando o funcionalismo estava à mercê dos dominadores do momento.

Em todos os incidentes em que esteve envolvido, como executor da legislação federal, portou-se com a prudência e a altivez necessárias, obtendo, por isso mesmo, o êxito desejado, conseguindo prestigiar o cargo que se procurava subestimar.

A linha de conduta adotada nesse cargo, quer no Ginásio da Bahia e no Instituto Normal, quer nos estabelecimentos particulares, tornou-o cada vez mais prestigiado. A melhor prova dessa atuação eficiente e equilibrada é o conceito que desfrutou junto ao corpo docente e discente dos estabelecimentos a que serviu, e às turmas de alunos, seus antigos inspecionados.

NA ACADEMIA DE LETRAS

Eleito aos 18 de março de 1940 para a Cadeira 36, que tem como patrono Joaquim Jerônimo Fernandes da Cunha, vaga com o falecimento do seu fundador, o acadêmico Afonso de Castro Rabelo, empossou-se a 22 de junho do mesmo ano, sendo recebido pelo acadêmico Magalhães Netto.

A esse sodalício prestou serviços relevantes. Não dispondo ainda a Academia de Letras de uma sede, tomou ao seu encargo iniciar a organização da biblioteca, que foi instalada num dos salões da Matriz da Conceição da Praia, onde permaneceu até fevereiro de 1940, quando foi transportada para a sede provisória, à Avenida 7 de Setembro, n. 288.

Da sua vida acadêmica merecem registro o discurso de recepção ao acadêmico Augusto Alexandre Machado; o elogio póstumo do acadêmico Aloísio de Carvalho; a resenha histórica da Academia, escrita por ocasião das bodas de prata de sua fundação; a participação nas festas centenárias de Castro Alves e nas duas reformas dos Estatutos; o desempenho dos cargos de tesoureiro e segundo secretário.

NO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

O cônego Manoel Barbosa foi admitido como sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 27 de dezembro de 1935.

Em 1938 fez parte da comissão central das festas do III centenário da retirada dos holandeses da Bahia; em 1939, participou da Comissão organizadora das solenidades comemorativa do cinquentenário da República; e, em 1944, da Comissão promotora das comemorações das bodas de ouro de fundação do Instituto.

Por proposta sua, foram nessa ocasião, colocados na Casa da Bahia os bustos de D. Romualdo Antônio de Seixas, fundador e primeiro presidente do primeiro Instituto Histórico, e do Dr. Tranquilino Torres, fundador e primeiro presidente do atual Instituto.

Em 1948 propôs a realização do I Congresso de História da Bahia, realizado em março de 1949, do qual foi o secretário-geral.

Em outubro de 1948 representou o Instituto Histórico no I Congresso de História de S. Catarina, reunido em Florianópolis, sendo o único representante do Norte e Relator Geral, do mesmo certame.

Em abril de 1949 foi um dos representantes do Instituto Histórico, da Academia de Letras e do estado da Bahia, no IV Congresso Nacional de História, realizado no Rio de Janeiro, no qual serviu de secretário da primeira Comissão.

Foi segundo secretário do Instituto Histórico e primeiro secretário da comissão organizadora do II Congresso de História da Bahia.

NA SOCIEDADE NUMISMÁTICA

O cônego Manoel Barbosa foi um grande entusiasta da Numismática. A Bahia lhe deve incontestavelmente o movimento que iniciou, em 1946, em favor desse tema. Por iniciativa sua, foram cunhadas as últimas medalhas baianas e se fundou, nesta Capital, em junho de 1946, a Sociedade Numismática da Bahia, instituição fadada a prestar ao nosso estado serviços relevantíssimos e contribuir para que a Bahia voltasse a ocupar o lugar a que tem direito na numismática brasileira.

A sua coleção de medalhas comemorativas era uma das poucas existentes neste estado, destacando-se pelo volume e qualidade das peças que possuía. Era o único colecionador de medalhas do Vaticano na Bahia. O cônego Manoel Barbosa foi o primeiro secretário da Sociedade Numismática da Bahia.

NOS DOMÍNIOS DA HISTÓRIA

Desde os tempos do Seminário, dedicou-se o cônego Manoel Barbosa aos estudos históricos, principalmente da parte referente à Igreja no Brasil.

Não se contentou com a pesquisa paciente e demorada que vinha realizando nos arquivos desta Capital e do Rio de Janeiro. Transformou-se num grande colecionador de obras raras sobre assuntos de nosso país e possuía uma das melhores, senão a melhor, biblioteca particular, sobre assuntos de nossa história eclesiástica.

Graças aos seus estudos e a essa paixão de possuir tudo quanto se escreveu sobre a Igreja em terras brasileiras, é que se tornou uma das maiores autoridades em assuntos do passado eclesiástico no Brasil.

Em jornais e revistas desta Capital e do país encontram-se dispersos, muitos dos seus trabalhos históricos. Em 1945 publicou “A Igreja no Brasil”, livro que mereceu honrosas apreciações dos nossos principais historiadores e homens de cultura.

Foram poucos os historiadores que, no Brasil, se consagraram como o Padre Manoel Barbosa, aos estudos dos anais da Igreja em nossa terra. Entre eles estão na vanguarda cônego Raimundo Trindade, diretor do Museu de Inconfidência em Ouro Preto; Frei Basílio Rower O.F.M., o historiador da Ordem Franciscana Brasileira e o Padre Heliodoro Pires, o autor de “Páginas da nossa História Eclesiástica” e de outros volumes primorosos sobre o nosso passado.

Quando, em 1945, publicou “A Igreja no Brasil”, livro que mereceu honrosas apreciações da imprensa, de historiadores e homens de cultura, teve a satisfação de receber dos três sacerdotes citados referências elogiosas.

O primeiro enviou-lhe estas palavras de estímulo:

“Acabo de percorrer, encantado, “A Igreja no Brasil”, de sua autoria. Nenhum estudioso de nossa História Eclesiástica vai desprezar o seu precioso livro. Qualquer interrogação no tocante aos lances mais salientes dessa história aí terá resposta pronta e documentada. O estilo sóbrio e nítido, como compete ao assunto, é outra magnífica recomendação para o seu trabalho.”

Do segundo é esta valiosa opinião:

Recebi o livro “A Igreja no Brasil” e depois de o ter lido quase todo, só tenho palavras de louvor para o autor, que não se poupou a muitas pesquisas para apresentar trabalho tão perfeito e de tanta utilidade.”

O terceiro dirigiu ao Sr. Arcebispo Primaz este telegrama:

“Rogo transmitir Padre Manoel Barbosa felicitações calorosas livro magistral, aspectos gloriosos vida religiosa Brasil. Esta obra alto valor ideia forma patenteado descortino cargo talento robusto representa título imperecível benemerência clero Bahia ufana cultura letra nacional, grande passo construção história catolicismo América do Sul.”

No 1.º Congresso de História da Bahia apresentou o cônego Manoel Barbosa os cinco trabalhos seguintes: a) Lápides proclamadoras das duas maiores devoções brasileiras, existentes na Bahia; b) A primeira reunião do Episcopado Brasileiro; c) livros “Breviário da Bahia” e d) “Livro de Honras”, de Afrânio Peixoto.

Naquele momento estava empenhado no preparo de outros trabalhos sobre a Igreja na Bahia, destacando-se o volume “Igrejas da Cidade do Salvador”, uma das monografias da obra intitulada “Evolução Histórica da Cidade do Salvador”, com que a Prefeitura desta Capital estava comemorando o IV Centenário de fundação da cidade. Foi-lhe confiada a tarefa de substituir Afrânio Peixoto, que assumira o compromisso de escrevê-la.

FUNÇÕES EXERCIDAS PELO CÔNEGO BARBOSA

O cônego Manoel de Aquino Barbosa exercia naquele momento as seguintes funções: pároco da Paróquia de N. S. da Conceição da Praia; diretor da Obra da Propagação da Fé nesta Arquidiocese; diretor de Estudos da Reverenda Irmandade de S. Pedro dos Clérigos; diretor da “Revista Eclesiástica da Bahia, órgão oficial desta Província Eclesiástica da Bahia; presidente da Comissão Arquidiocesana do Ano Santo; presidente da Comissão das Festas de S. Cristóvão, padroeiro dos motoristas baianos; Inspetor Federal de Ensino junto ao Ginásio do Instituto Normal da Bahia; vice-presidente da associação Baiana de Imprensa; segundo vice-presidente da Academia de Letras da Bahia; primeiro secretário da Sociedade Numismática da Bahia; segundo secretário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; e primeiro secretário da comissão organizadora do II Congresso de História da Bahia.

O cônego Manoel Barbosa foi, ainda, cônego honorário do cabido Metropolitano da Bahia, desde dezembro de 1946; sócio correspondente do Instituto Histórico de Minas Gerais, em 15 de julho de 1949; sócio fundador do Instituto Genealógico da Bahia e membro do Círculo de Estudos Portugueses da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia.

Ingressando no Clero, sua ufanía, com apego até à batina, que lhe esvoaçava ao vento naquele passo miúdo e rápido de suas andanças entre os mil que fazeres, destacou-se pelo devotamento abnegado à Igreja da Conceição da Praia, da qual foi Vigário por cerca de cinquenta anos.

O seu devotamento chegava ao ponto de empenhar-se com vivo entusiasmo na comprovação de haver sido aquele templo o primeiro da Cidade do Salvador.

A ermida pequenina e branca, erguida por Thomé de Souza à beira-mar, logo que aqui chegou para fundar uma “povoação grande e forte”, por ordem real de D. João III, e onde se ajoelhou tantas vezes com o fervor luso daquelas eras... teve destino glorioso, numa ascensão continuada, até a Basílica.

Seu desvelo por aquele colosso arquitetônico não conhecia pausas. Além da vigilância pela conservação dos tesouros constitutivos daquele monumento, restaurou-lhe as belíssimas grades douradas que, certa incompetência, pintara de óleo azul; inseriu nos muros laterais da entrada, suntuosas telas, prossequindo nessas atividades, por assim dizer, criadoras até a aquisição de um rico e lindo manto para a imagem de Nossa Senhora.

Não lhe nublaram a consciência do mais tênue arrependimento os comentários que nessas oportunidades não falham, sobre o luxo de tão bela peça artística.

“Se Deus nos dá tudo, não será lícito e louvável daí tirarmos alguma coisa para as oferendas de amor e gratidão a Ele ou à Sua Mãe Santíssima?”

O custo de um manto não mata a fome do mundo.

Sobejam os outros meios.”

Os zelos pela parte material, estética, do templo eram, entretanto, sobrepujados pelo espiritualismo com relação aos seus paroquianos, buscando fazer das devoções fins para a virtude maior. Quanto aos cerimoniais litúrgicos, conseguia dos mais simples aos de alta magnificência, renovando-se os triunfos de orador sacro naquele ambiente que guarda ainda ressonâncias da eloquência de Vieira.

A escola paroquial e a proteção a desvalidos de sua zona marcavam-lhe a sensibilidade.

Além dos labores da vida eclesiástica, multiplicavam-se-lhe os de outro gênero. Sua igreja era a casa de culto a Deus; o Instituto Histórico, a de culto à História.

Incansável em preparar comemorações insignes, congressos, cursos, dava à Instituição notável vivência. Foram inúmeras as suas comunicações e conferências, muitas das quais biográficas. Historiador de preciosa fidelidade, jornalista de méritos reconhecidos, fundou a “Era Nova” e agiu sempre evidentemente na Associação Baiana de Imprensa.

Por seus valores e capacidade de trabalho e dedicação, granjeava valiosos títulos. A partir de 1950 ocupou vários cargos na diretoria do IGHB, destacando-se os seguintes: Tesoureiro, Orador, 2.º secretário, 2.º vice-presidente, 1.º Vice-presidente, atingindo ao mais alto posto executivo, o de presidente, além de presidente de Honra.

Na Academia de Letras da Bahia, a que servia com as mesmas forças de devotamento, também foi presidente. Até como inspetor federal do ensino secundário, chegou ao mais alto posto.

O dia 31/12/1977 envolveu em trevas o seu lar, a sua paróquia e as suas instituições amadas. Mas a luz de glória veio tangendo-a para refulgir seu nome em confirmação da verdade: uma grande vida continua numa venerável memória.

(CUNHA, Everaldo. Dados biográficos do Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa. In BARBOSA. Manoel de Aquino. Retalhos de um arquivo. Salvador, Beneditina, 1972, pp: 376-402.)



12.º PRESIDENTE

**PROF. THALES OLYMPIO
GÓES DE AZEVEDO**

PERÍODO: 1/1/1978 a 5/8/1987

THALES OLYMPIO GÓES DE AZEVEDO nasceu a 26 de agosto de 1904, na rua Democrata, em Salvador-BA, filho mais velho do farmacêutico Ormino Olympio Pinto de Azevedo e da prof.^a Laurinda Góes de Azevedo, tendo como irmãos Helena, Noélia e Renato Góes de Azevedo, além de Elvira, falecida com dias de nascida.

Thales de Azevedo estudou no Colégio dos Jesuítas – o Antônio Vieira (1914/19), ligando-se ao grupo de jovens liderados pelo Pe. Luiz Gonzaga Cabral, do qual participaram, entre outros, Anísio Teixeira, Herbert Fortes, Otacílio Lopes, Francisco Mangabeira Albernaz, José de Faria Góes Sobrinho, Joaquim Araújo Lima, Carlos Cohim Ribeiro, Hélio Simões, Berilo Neves, Augusto Alexandre Machado, Antônio Bulcão e Jayme Cerqueira Lima. Concluído o curso secundário, trabalhou por três anos (março de 1919 / março de 1922) nos escritórios da Casa Tude (Tude, Irmão e Cia), firma de Plínio, seu padrinho de batismo, e Eudoro Tude. Aí viria a conhecer, como

seu supervisor, Frederico Edelweiss, mais tarde professor da Universidade Federal da Bahia. Edelweiss o apoia na decisão de fazer o curso superior e o influencia em seu interesse por estudos de etnologia e história.

Em 27 de dezembro de 1927 forma-se pela Faculdade de Medicina da Bahia, defendendo a tese “Fibromiomas do Útero: Notas e Estatísticas na Bahia.” Da sua turma, participaram colegas que se tornaram luminares, dentre outros José Silveira, Alício Peltier de Queiroz, Antônio Simões e Luiz Rogério de Souza.

Médico e professor, como costumava se identificar, Thales de Azevedo foi também homem de imprensa e começou a escrever, ainda estudante de Medicina, em um jornalzinho diocesano de Ilhéus e para as seções de estudo do Círculo Católico de Estudos da Mocidade Acadêmica do Pe. Cabral. Foi revisor do Diário Oficial da Bahia, onde aprendeu com Arthur Arésio da Fonseca as notações usadas na revisão tipográfica e teve por companheiros Jayme Junqueira Ayres e Adalício Nogueira, então estudantes de Direito. Pouco depois transferiu-se para o Diário da Bahia (1925), onde trabalhou com Henrique Cândia, que logo o promoveu de revisor a noticiarista. Entra em seguida para A Tarde, onde é encorajado por Ernesto Simões Filho a escrever e convive com Aloysio de Carvalho – o Lulu Parola, Antônio Marques Pinto, Aristóteles Gomes, Tadeu Santos, Jerônimo Sodré Vianna, Epaminondas Berbert de Castro, Wenceslau Galo, Gilberto Valente, Luiz Viana Filho, José Valladares. Para esse jornal, escreveu por mais de 60 anos, durante os quais acompanhou com admiração, além de Henrique Cândia, a direção sucessiva de três respeitados redatores-chefes – Armando de Campos, Ranulfo Oliveira e Jorge Calmon, este desde 1949. Começara sem regularidade, mas acabou tornando-se um articulista de produção semanal até a semana de sua morte. Em 1975, com a reorganização do jornal, tornou-se um dos seis colaboradores permanentes de A Tarde. Na década de 40, ele mesmo dirigira a Semana Católica, órgão local do que viria a ser a Ação Católica Brasileira, e desde 1938 fora membro da Associação Baiana de Imprensa.

Na Faculdade de Medicina foi interno da Cadeira da Clínica Ginecológica do prof. José Adeodato de Souza, na Enfermaria Santa Marta do Hospital Santa Isabel, da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1926) e do Ambulatório de Ginecologia do mesmo hospital (1927), experiência da qual derivou a tese supramencionada.

Sua primeira tarefa como médico, identidade profissional mantida por mais de 40 anos (1927/68) e acumulada, a partir de 1943, com a de professor universitário, foi em comissão pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência do estado da Bahia, no primeiro semestre de 1928, em campanha de combate à peste bubônica no Município de Itambé. Em seguida, clínica em Castro Alves, Bahia (1929/1933), onde convive com o clínico local Rafael Jambeiro. Publicara mais tarde um romance, narrando aspectos das lutas políticas na região – “Foi Deus não acontecer nada” (1984). Ali foi também verificador de óbitos credenciado pelo Serviço de Febre Amarela (1929/32) e Inspetor Estadual de Ensino (1930) nos municípios de Castro Alves e de São Félix, designado pelo Eng. Archimedes Pereira Guimarães. Nesse período fez o seu primeiro curso de aperfeiçoamento – em Aparelho Digestivo e Tuberculose – na 2.^a Cadeira de Clínica Médica da faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o prof. Clementino Fraga (1931).

Deixa Castro Alves no início de 1933 e começa a clinicar em Salvador (1933/43), onde passa por uma série de curtos empregos até seu ingresso na Secretaria de Educação, Saúde e Assistência. Ensina Inglês no Colégio Nossa Senhora da Vitória (Maristas, 1933) e História Natural no Colégio Antônio Vieira. Nessa fase inicial, faz estágio de cinco meses (1933/34) na Clínica da Cadeira de Dermatologia e Sifilografia do prof. Eduardo Rabello, da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, onde obtém o certificado de Assistente. Em 1934 torna-se o primeiro médico do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, Delegacia da Bahia (1934/38), quando era Delegado Estadual o Eng. Oswaldo Augusto da Silva. Em 1936 faz-se médico auxiliar do Serviço de Peste na Bahia, na 5.^a Delegacia Federal de Saúde. Trabalha também como Assistente da Cadeira de Zoologia e Botânica (1936) do curso de Farmácia, então anexo à Faculdade de Medicina, tendo por catedrático o prof. Alexandre Leal Costa e como Assistente extranumerário da Cadeira de Parasitologia (1937) do curso de Medicina, que tinha por catedrático o prof. Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque de Barros Barreto.

Inicia a carreira de funcionário público como Diretor da Secretaria do Conselho de Assistência Social da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência. Mas, com Isaías Alves como secretário, obtém sua transferência para o Gabinete, de onde solicita sua reclassificação para o quadro do Departamento de Saúde Pública (1938/68), tornando-se médico sanitário. Foi médico do 1.º Centro de Saúde na Vitória e do 3.º Centro na Calçada, analista do Instituto Oswaldo Cruz, assistente do secretário Dr. Eduardo Mamede (1938/1940), médico da Inspetoria de Propaganda e Educação Sanitária, chefe da Seção de Higiene da Alimentação (1947/1949) e assistente do Chefe do Departamento de Saúde, o correspondente à atual Secretaria de Saúde. Além de Eduardo Mamede, trabalhou na Saúde Pública com Cezar de Araújo, José Maria de Magalhães Neto e Álvaro Bahia. No começo desse período foi nomeado em comissão para fazer o Curso de Extensão sobre Alimentação e Nutrição (1940), dirigido por Josué de Castro na Universidade do Brasil.

PROFESSOR E PESQUISADOR

Enquanto professor universitário, além de sua passagem pela Faculdade de Medicina da Bahia, como Assistente dos cursos de Farmácia e Medicina (1936/37), em 1942/1943 lidera a criação da Escola de Serviço Social da Bahia (1944), unidade pioneira da Universidade Católica do Salvador, onde colaborou como professor até 1967, tendo sido seu diretor entre 1944/54. Conta aí com a colaboração de Dahyl Teixeira dos Reis, Marfisa Simões de Araújo, Mons. Eugênio Veiga, Orlando Bahia Monteiro, Álvaro Bahia, Graziela Cerqueira Baggi, José M. da Costa Vargens, Magno Valente, Agenor R. Almeida, José Newton Alves de Souza, Airtton Bessa Cirino, Pe. Antônio Monteiro, Tomás de Araújo Correia e a participação de Tolstoi de Paula Ferreira, Ruth Silveira e Célia de Paula Ferreira – estes, vindos de São Paulo para a implantação da escola.

Mas os marcos decisivos de sua dedicação ao ensino e à pesquisa foram o convite de Isaías Alves para integrar o corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1941, hoje Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, onde ensinou, e o convite, em 1943, por Osvaldo Valente, então diretor do Arquivo Municipal de Salvador, para escrever o Povoamento da Cidade do Salvador (1949), um dos trabalhos da série EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DO SALVADOR, comemorativa do IV Centenário da Cidade (1549-1949).

Devido à sua formação em Medicina, Thales de Azevedo foi encarregado da 1.ª Cadeira de Antropologia e Etnografia do Brasil da Faculdade de Filosofia, cuja matéria integrava-se aos currículos de Geografia e História e de Ciências Sociais. Nela, ele deveria cobrir temas de antropologia física ou biológica, mas enviesaria progressivamente para assuntos de antropologia social. Por sua vez, a preparação e o êxito da obra Povoamento da Cidade do Salvador, que se dão nesses anos iniciais de ensino na Faculdade, significariam um salto definitivo em sua vida profissional, tornando-o um autor respeitado nacionalmente.

Nesse mesmo período, a partir de 1949, trabalhando com Anísio Teixeira, então secretário de Educação e Saúde do estado, Thales de Azevedo foi encarregado de dar apoio ao PROGRAMA DE PESQUISAS SOCIAIS DO ESTADO DA BAHIA – COLUMBIA UNIVERSITY (1950/53), de que logo em seguida tornou-se coordenador, ao lado de Charles Wagley – Universidade de Columbia – e inicialmente também de Luiz de Aguiar Costa Pinto – Universidade do Brasil, acompanhando seus desdobramentos em vários estágios posteriores de treinamento e orientação de estudantes americanos em estágio na Bahia, ainda por mais de duas décadas.

Como um dos fundadores e membro do seu Conselho Diretor, várias vezes presidente, vice-presidente e secretário-geral da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia (1950/68), criada por Anísio Teixeira, Thales de Azevedo teve um papel decisivo no apoio a projetos de pesquisa e na concessão de bolsas de estudo a pesquisadores. Em 1955/1956, voltou ao ensino em Medicina, tornando-se professor conferencista da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Em seguida, quando primeiro dos pró-reitores da Universidade Federal da

Bahia, na condição de diretor do Departamento Cultural (1960/61), abriu a discussão – entre o corpo docente – sobre a reforma universitária, retomada quando diretor da Faculdade de Filosofia (1964/69). Foi um dos fundadores e primeiro diretor (1962/64) do INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, uma aspiração vinda de 1955/56, quando tentou articular a formação de um Centro de Pesquisas Sociais na faculdade de Filosofia. Apesar de ter sido o primeiro dos novos institutos básicos criados na Universidade da Bahia associando pesquisa e ensino e promovendo os primeiros cursos de pós-graduação em Ciências Sociais fora do Rio de Janeiro e São Paulo, por razões políticas o instituto sofreu intervenção do Exército, no início de 1965, teve seus arquivos totalmente destruídos e esfacelada sua biblioteca, vindo, finalmente, a ser extinto no final da década de 60. Nesse intervalo, Thales de Azevedo – que deixara sua direção para dirigir a Faculdade de Filosofia – escreveria vários textos sobre ensino superior e reforma universitária.

O ciclo de trabalhos em historiografia teve seu marco mais expressivo em Povoamento. Convidado para escrever uma história demográfica da Cidade do Salvador, produz, “com o Povoamento da Cidade do Salvador, um trabalho de história social”, como reconhece João Reis (Revista da Bahia, Salvador, vol. 32, n. 20, dez. 1995, p. 20). Marisa Correa, antropóloga e professora da Universidade de Campinas, chama a atenção de que Thales de Azevedo:

“...é um dos poucos antropólogos brasileiros que emprestou força à relação – tão moderna nos anos oitenta deste século – entre antropologia e história.” (Saudação, UFBA, dez. 93).

Além da edição original pela Prefeitura de Salvador, 1949 (415p.), Povoamento teria duas reedições: Cia. Editora Nacional, Rio de Janeiro, 1955, vol. 281 da Série Brasileira (504p.), edição proposta por Anísio Teixeira; e Itapua, Salvador, 1969 (428p.), edição proposta a Demeval Chaves por Luiz Henrique Dias Tavares. Na mesma linha o autor escreveria, anos mais tarde, em colaboração com E. V. Lins, uma das raras monografias brasileiras sobre a história de uma instituição financeira – História do Banco da Bahia – 1858/1958 (1969), bem como vários outros textos que aprofundam questões históricas, sobretudo sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul, a história eclesiástica e as relações estado – Igreja no Brasil. Thales de Azevedo dedicou anos de trabalho ao Rio Grande do Sul e sobretudo à imigração/aculturação de italianos. Desde 1941, depois de uma primeira viagem a passeio, começou a escrever sobre o Rio Grande, reunindo esses primeiros textos em Gaúchos (1943), e culmina com o premiado Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul (1975 e 1982, 2.^a ed.), Primeiro Prêmio no Certame de Letras, Biênio da Colonização e Imigração, governo do estado do Rio Grande do Sul, 1975. Por extensão, estuda os italianos na Bahia – v. Italianos na Bahia e outros temas (1989) – e escreve um conto-memória, A Filha do Alferes: nas redondezas das Guerras do Sul (1993), inspirado nas conversas da avó Adele sobre o pampa e a Guerra do Paraguai. As sistemáticas notas de campo sobre os italianos no Rio Grande seriam publicadas pela Universidade de Caxias do Sul, como Os italianos no Rio Grande do Sul: cadernos de pesquisa (1994), um raro volume no gênero entre as publicações brasileiras e fonte inestimável para o aprofundamento do estudo do Rio Grande e de problemas de imigração e aculturação. Essa publicação deveu-se ao empenho dos profs. Cleodes Piazza Ribeiro e José Clemente Posenato, do ECIRS – Programa Elementos Culturais das Colônias Italianas do Rio Grande do Sul, daquela universidade.

ATUALIDADE E VIGÊNCIA NA COMUNIDADE CIENTÍFICA E CULTURAL

Embora vivendo fora de centros maiores de intercâmbio, Thales de Azevedo desde cedo acompanhou a literatura científica em suas áreas de interesse. Ainda sem contato com o ensino universitário em ciências sociais, começa a escrever, como vimos, já no ano da formatura em Medicina (1927), sobre temas de etnografia histórica, baseado em viajantes e etnográficos nacionais e estrangeiros, mediante o acesso à biblioteca do amigo, e futuro

colega na Universidade, Frederico Edelweiss. Como em “Raças humanas superiores e raças inferiores” (1931), esses primeiros escritos já revelam familiaridade com a bibliografia científica da época. Por sua vez, a bibliografia de Povoamento, trabalho elaborado entre 1943/48, já em sua primeira edição, revela a familiaridade do autor com fontes contemporâneas em Ciências Sociais, como Herbert Baldus, Roger Bastide, Ruth Benedict, dentre outros.

Outro exemplo liga-se ao empenho em criar um novo modo de ensinar, particularmente em firmar a antropologia na Bahia. No texto da aula inaugural da Faculdade, em 1951 – “Cultural e biológico em antropologia”, publicado em *Civilização e Mestiçagem* (1951), Thales de Azevedo justifica sua posição não-reducionista, com referências a dezenas de fontes, incluindo teóricos estrangeiros e cronistas e clássicos da ensaística e da historiografia brasileira. O mesmo padrão repete-se a cada novo tema, de tal maneira que o registro dessas fontes permite a reconstrução de vários aspectos da formação dos esquemas conceituais da sociologia e da antropologia no Brasil durante sua presença por mais de 50 anos em reuniões e publicações especializadas nessa área.

Como a pesquisa, o ensino foi uma atividade fundamental para Thales de Azevedo. Eram aulas meticulosamente preparadas, desenvolvidas mediante esquemas minuciosos, com indicações bibliográficas que divergiam da tradição de ensino na Bahia e na maior parte do país. Mas ensino e pesquisa estiveram intrinsecamente associados ao estímulo, ao debate e ao constante contato com a comunidade acadêmica.

A atualidade e presença desse médico e pioneiro em ciências sociais no Brasil expressaram-se também na sua vigência como membro destacado de entidades científicas e culturais. Como médico, entre outras associações, pertenceu ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, à sociedade Brasileira de Dermatologia e Sifilografia, à Sociedade Brasileira de Alimentação, à Academia Brasileira de Ciências Médico-Sociais, ao Conselho Técnico-Administrativo do IBIT – Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose, hoje Fundação José Silveira, e à Academia de Medicina da Bahia.

Além da já mencionada participação na direção da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, foi vice-presidente e presidente em exercício do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, de que participou desde a fundação em 1968. Membro da Academia de Letras da Bahia, desde 1962, foi seu presidente em 1969/70. Participou ainda do Conselho Diretor da Fundação Casa de Jorge Amado, da Academia Brasileira de História, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Pan-americano de Geografia e História – México, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (correspondente), da Academia Rio-Grandense de Letras (correspondente), da Sociedade Brasileira de Sociologia, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da American Anthropological Association. No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, apresentado para sócio em 14 de fevereiro de 1952 por Antônio Vianna, Wanderley Pinho, Esther Bastos, Francisco da Conceição Menezes e Durval Bastos. No IGHB, foi seu vice-presidente em 1977 e presidente eleito sucessivamente por cinco biênios, entre 1978/87.

A publicação em revistas especializadas e a presença em encontros profissionais, inicialmente em medicina e em seguida em história, desdobraram-se, sobretudo, na participação ativa na ABA – Associação Brasileira de Antropologia, desde antes de sua fundação, já nas reuniões precursoras de 1951, 1953 e 1955. Em 1951, em Petrópolis, Thales de Azevedo foi eleito vice-presidente da mesa diretora, dirigida por H. Baldus encarregada de organizar o primeiro encontro sobre a situação e perspectivas do ensino e da pesquisa em antropologia no Brasil. Dessa reunião realizada em 1953 no Museu Nacional (Rio de Janeiro), assume a presidência com a vacância temporária de Baldus, por força de um problema de saúde deste. Em 1955 organiza e dirige a primeira reunião nacional de antropólogos no Brasil, quando se funda a ABA. A partir daí, participa de todas as reuniões da associação e, à exceção do conturbado biênio de 1971/72, integra continuamente seu conselho científico. Em 1974/76 assume a presidência e torna-se seu primeiro presidente de Honra desde 1988.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA

A bibliografia de Thales de Azevedo inclui, além de uma persistente atividade de articulista, com mais de 1500 artigos publicados em A Tarde (Salvador), mais de duzentos e cinquenta ensaios em periódicos e textos avulsos e quase três dezenas de livros – entre eles várias monografias, dez coletâneas de ensaios seus e dois livros de ficção-documentário. Vários de seus livros tiveram mais de uma edição.

PRINCIPAIS TÍTULOS, PRÊMIOS E HOMENAGENS RECEBIDOS

- Prêmio Literário Aliança da Bahia, Salvador, 1950, conferido a Povoamento da Cidade do Salvador, 1949;
- Prêmio Caminhoá, governo do estado da Bahia, 1951, conferido a Povoamento da Cidade do Salvador, 1949;
- Prêmio Cultural de Interpretação do Brasil e Portugal Larragoiti Filho, Academia Brasileira de Letras, 1951, conferido a Povoamento da Cidade do Salvador, 1949;
- Cavaleiro da Ordem Equestre de São Silvestre Papa, conferido por Pio XII, 29 de maio de 1957;
- Número especial de Universistas, Salvador: UFBA, n.º 6/7, mai./dez. 1970. 522p., com artigos de 34 colegas nacionais e estrangeiros em homenagem à sua carreira como professor da Universidade Federal da Bahia. Publicação organizada pelo prof. Valentin Calderón, chefe do Departamento Cultural da Universidade;
- Primeiro Prêmio, Certame de Letras Biênio da Colonização e imigração, governo do estado do Rio Grande do Sul, 1975, conferido a Italianos e gaúchos; os anos pioneiros de colonização italiana no Rio Grande do Sul (1975);
- Medalha Machado de Assis, Academia Brasileira de Letras, 1977;
- Prêmio Wanderley Pinho, Fundação Cultural do estado da Bahia, 1978, conferido a Igreja e Estado em tensão e crise, 1978;
- Professor Emérito, Universidade Católica do Salvador, 1979;
- Ordem do Mérito, governo do estado da Bahia, 21 de dezembro de 1981;
- Professor Emérito, Universidade Federal da Bahia, 24 de março de 1982;
- Prêmio Machado de Assis, Academia Brasileira de Letras, pelo Conjunto da Obra, proposto por Jorge Amado. Sessão solene na Academia em 29 de agosto de 1985, com discurso de saudação por Afrânio Coutinho, referindo-se ao prêmio como “a mais ilustre láurea brasileira”;
- Comemoração dos 80 anos, promovida pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Academia de Letras da Bahia, Conselho Estadual de Cultura, Universidade Federal da Bahia, Fundação Cultural do Estado da Bahia e Associação Brasileira de Antropologia, sob a liderança da prof.^a Consuelo Pondé de Sena, diretora do Centro de Estudos Baianos, UFBA. Sessão solene no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 28 de agosto de 1984, com discurso de saudação por Pedro Calmon;
- Homenagem da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais. Reunião Anual, Campos de Jordão, 1986;
- presidente de Honra, Associação Brasileira de Antropologia, desde 1988;
- Comendador, Ordens Honoríficas de Portugal, 1989;
- Comemoração dos 50 anos de publicação do primeiro livro em Ciências Sociais (Gaúchos, 1943), promovida pelo governador do estado, Secretaria de Educação e Cultura do Estado, Conselho Estadual de Cultura, Conselho Estadual de Educação, Prefeitura da Cidade do Salvador, Universidade Federal da Bahia, Academia de Letras da Bahia, Fundação Casa de Jorge Amado, Fundação Gregório de Matos (Prefeitura de Salvador), Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Empresa Editorial A Tarde, Memorial do Banco Econômico – Museu Eugênio Teixeira Leal, Arquivo Público do Estado, Centro de Estudos Baianos (UFBA), Empresa Gráfica da Bahia (governo do estado), Escola de Música (UFBA), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

(UFBA), Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC/Bahia), Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), Museu de Arte da Bahia, Academia Baiana de Educação, Academia Baiana de Medicina, Academia de Letras “Mater Salvatoris”, Associação Brasileira de Linguística, Centro Gaúcho da Bahia e Fundação José Silveira, sob a liderança do prof. Waldir Freitas Oliveira, presidente do Conselho Estadual de Cultura. Sessão solene na Academia de Letras da Bahia em 2 de dezembro de 1993, com discurso de saudação pelo Governador Antônio Carlos Magalhães;

- Exposição NAMORO À ANTIGA, homenagem ao livro “As regras do namoro à antiga” (1986), Museu de Arte da Bahia, dez. 1993 / jan. 1994. Projeto e organização da prof.^a Sylvia Athayde, na época, diretora do museu;
- Medalha Tomé de Souza, Câmara Municipal da Cidade do Salvador, 1993;
- Proposta e discurso de saudação pelo vereador João Carlos Bacelar Baptista;
- Pesquisador Emérito, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1994;
- Colégio Estadual Thales de Azevedo, Parque Metropolitano Costa Azul, Salvador, governo do estado, 1997;
- Biblioteca Pública Thales de Azevedo, Parque Metropolitano Costa Azul, Salvador, governo do estado, 1997.

Thales de Azevedo foi casado com a Sr.^a Mariá Freitas David, diplomada em piano, sendo também de família baiana.

O casal teve oito filhos: Maria D. de A. Brandão, socióloga e professora da U. Federal da Bahia; Sylvia de A. Rabello Leite, assistente social; Paulo Omindo D. de Azevedo, arquiteto e professor da U. Federal da Bahia; Isabel Maria de A. Moreno e Augusta Maria de A. Barnuevo, ambas professoras; Thales O. G. de Azevedo Filho, engenheiro; Firmo Augusto D. de Azevedo, arquiteto e professor da U. Federal da Bahia; e José Roberto D. de Azevedo, administrador. Sua descendência inclui ainda 31 netos e 118 bisnetos até o presente.

O seu passamento ocorreu no dia 5 de agosto de 1995, faltando apenas 21 dias para completar 91 ano de idade, de uma vida altamente produtiva.

(NOTA – Os dados da presente biografia foram fornecidos pela sua filha Maria de Azevedo Brandão, a pedido do prof. Wilson Sardinha.)



13.º PRESIDENTE

JAYME DE SÁ MENEZES

PERÍODO: 1/1/1988 a 31/12/1995

JAYME DE SÁ MENNEZES nasceu a 3 de abril de 1917, em Salvador–BA, filho de Arthur de Sá Menezes, engenheiro civil, professor e fundador da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia e de D. Luiza Ferreira França de Sá Menezes.

Tendo feito as primeiras letras com professores particulares, Jayme de Sá Menezes realiza o curso secundário no Ginásio São Salvador. Sofrendo constantes ataques asmáticos, interrompe por dois anos os estudos. Bacharel em Letras pelo referido ginásio, realiza dois anos de curso pré-médico (então instituído) e faz exame vestibular à Faculdade de Medicina da Bahia, onde ingressa em 1939, por ela diplomado médico em 1944, premiado pelo trabalho “Epilepsia-Disritimia Cortical”, na cátedra de Neurologia, tese que mereceu a nota máxima e Menção Honrosa da comissão julgadora, composta pelos professores Carlos Gama, Edísio Pondé e Fernando Filgueiras.

Casou-se com D. Luiza Souza Martins de Sá Menezes, tendo nascido deste feliz consórcio três filhos e seis netos.

É sobrinho-neto de Agrário de Menezes, fundador do Instituto Histórico Provincial, de quem escreveu a biografia, considerada por Pedro Calmon, “contribuição preciosa para a história da nossa cultura, do nosso civismo, da nossa terra: trabalho magistral e pioneiro; estudo integral, retrato perfeito.” E Luís Viana Filho, “príncipe dos biógrafos”, assim se dirigiu ao autor:

“Meu caro Jayme de Sá Menezes, a sua biografia de Agrário de Menezes o inclui, sem favor, entre os grandes biógrafos do Brasil. Trabalho que honra a nossa cultura e enaltece a nossa Bahia.”

Humanista, escritor de apurada linguagem, numerosos são os trabalhos publicados por Sá Menezes, com destaque especial para o gênero biográfico, onde se tornou Mestre, tendo dado prosseguimento aos estudos sobre a vida e a obra de grandes baianos, segundo Jorge Amado – “com erudição e talento inegáveis.”

Assim, publicou ele, entre outras, a biografia dos irmãos Mangabeira (Francisco, João e Otávio), livro com o qual, para Hermes Lima e Josué Montello “...prestou grande serviço à história política brasileira.”

Seguem-se lúcidos e vigorosos ensaios biográficos, sobre a vida e a obra de Ruy Babosa, Francisco de Castro, Carneiro Ribeiro, Miguel Calmon, Osvaldo Cruz, Pirajá da Silva, Clementino Fraga, Miguel Couto e outros ilustres brasileiros.

Em 1997, o biógrafo Sá Menezes deu a público o seu último livro “A Vida do Senador Fernandes da Cunha”, onde o grande parlamentar baiano é – segundo palavras de Clementino Fraga Filho – “Retratado em páginas de alto valor histórico e literário”. E diz, ainda, Fraga: “nesse livro se reafirmam as qualidades excelsas do biógrafo, reveladas em obras anteriores”.

Ao biógrafo ilustre juntam-se, como em síntese veremos, o historiador, o orador, o professor universitário, o médico, o sanitarista, o homem público, o secretário de estado.

Nos domínios da história da Bahia e do Brasil destacam-se trabalhos seus de mérito, como “O visconde do Rio Branco, estadista do Segundo Reinado!”, apresentado ao Congresso de História do Segundo Reinado, reunido,

em 1975, no Rio de Janeiro, trabalho assim julgado pelo Relator, professor Pedro Calmon, presidente do Congresso, que disse no seu Parecer: “Sá Menezes oferece ao Congresso de História do Segundo Reinado um belo estudo sobre “O Visconde do Rio Branco – Estadista do Segundo Reinado”. Autor de vários trabalhos, entre estes, o livro, com foros de clássico, em que biografou Agrário de Menezes, o eminente confrade sumariza, com mão de mestre, a carreira, os ideais, as lutas e a glória do seu conterrâneo. Jayme de Sá Menezes dá-nos o “estadista do império” de corpo inteiro, como realmente ele foi.

“A Ação de José Bonifácio, a Independência e a Bahia”, outro trabalho de valor, mereceu Menção Honrosa do III Congresso de História da Bahia e o seu Relator, professor João Fernandes da Cunha, depois de ressaltar a excelente contribuição à história da Bahia e à história do Brasil, disse no seu Parecer:

“Sá Menezes estuda a situação em que se encontrava o Brasil, dominado pela aristocracia rural, não havendo unidade política nem administrativa, ao iniciar-se a luminosa ação de José Bonifácio, assinalado que o poder central constituído era impotente ante a realidade ao poder rural, que se desenvolvera no tempo da colônia, no ciclo da cana-de-açúcar e no ciclo pastoril, estendendo-se ao ciclo do ouro.”

“Medicina Indígena”, outro livro de Sá Menezes, em que Aristóteles Gomes ressaltou “a cultura, a erudição do autor e a forma literária”, também obteve Menção Honrosa do I Congresso Pan-Americano de História da Medicina, proposta pelo presidente da delegação de Pernambuco; professor Leduar de Assis Rocha, Rio de Janeiro, 1958.

“Cipriano Betâmio e o Centenário da Epidemia de Cólera Morbo de 1855 na Bahia” é outro trabalho em que Sá Menezes faz várias retificações históricas e no qual Wanderley Pinho ressaltou, “a forma e o fundo”, e o “valor das pesquisas em que se apoiou”. “João Mangabeira, num realce”, foi por Jorge Calmon, considerada “notável conferência.” “A Medicina da Antiguidade Clássica” foi assim julgada por Vieira Romeiro: “Como em outros dos seus trabalhos, sente-se, também neste, o seu grande talento e a sua cultura invulgar”. “Os Jesuítas na Formação Brasileira” e “A Academia de Letras da Bahia e sua Participação na Vida Cultural Baiana” (palestras proferidas na Universidade Federal da Bahia, na série Estudos Brasileiros; “A Medicina Tupinambá na Bahia”; “Heroínas da Independência na Bahia”; “Raízes Lusas do Ensino Médico Nacional” e “Primeiros Físicos e Cirurgiões Lusos no Brasil-Colônia” (teses apresentadas ao IV Colóquio Internacional de Estudos Luso Brasileiros); “O Pajé”; “O Concurso da Bahia na Independência Nacional” (estudo realizado para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro); “Anchieta e o Espírito Social da Companhia”; “Os Épicos Maiores de Dois de Julho; “Agrário de Menezes e Castro Alves”; “A Economia e a Emancipação Política”; “Castro Alves definitivo”; “Governo e Saúde Pública”(Escola Superior de Guerra); “A Intelectualidade de Ruy Barbosa” são mais alguns entre centenas de trabalhos publicados por Sá Menezes, se forem contados todos os seus ensaios, conferências e artigos nos jornais (A Tarde, Diário da Bahia, Diário de Notícias) e revistas científicas e literárias, nacionais e estrangeiras.

Oito são os seus livros publicados: “Medicina Indígena Clássica”; “Vultos que ficaram – os irmãos Mangabeira”; “Caminhada”; “Palavras de Ontem e de Hoje”; “Na Senda da História e das Letras”; “A Vida do Senador Fernandes da Cunha”.

Secretário de Saúde Pública e Assistência Social do Estado da Bahia (1959-1962), nomeado por decreto de 7 de abril de 1959 (Governo Juracy Magalhães), é pelo mesmo governo nomeado (5.6.59) secretário interino de Educação e Cultura, para substituições eventuais deste titular.

Secretário de Saúde do estado, Sá Menezes revela-se ilustre sanitarista, tendo realizado obra destacada, inclusive tratando de criar a consciência sanitária, necessária à execução de quaisquer planos de Saúde Pública. Constrói o maior centro de saúde do estado e inúmeros Postos de Higiene e Ambulatórios. Descentraliza o serviço de pronto-socorro, na capital, e o instala, pela primeira vez, no interior (Feira de Santana, Conquista, Itabuna e Ilhéus); descentraliza a assistência psiquiátrica no estado, constrói a Colônia de Psicopatas em Feira de Santana, e dá início a construção do Hospital Psiquiátrico Afrânio Peixoto, em Vitória da Conquista. Põe em funcionamento

mais de 20 Hospitais Regionais, há muito desativados no interior do estado. Faz novo mapeamento dos Distritos Sanitários, reativa a divisão de Engenharia Sanitária, colabora com a Organização Mundial de Saúde, FISI, Ponto 4 e oficina Pan-América, no Plano Integrado de Saúde da Zona Cacaueira. Consegue o apoio da SUDENE e da Aliança para o Progresso, para o melhor desempenho de sua ação de sanitarista. O seu trabalho deu lugar ao reconhecimento do Governador Juracy Magalhães, que exaltou o seu devotamento à causa pública, a sua competência e correção. E o ministro da Saúde, Mário Pinotti, em visita oficial à Bahia, declarou à imprensa:

“O prof. Sá Menezes é um grande secretário, de capacidade invulgar na execução de suas altas e nobres tarefas na Secretaria de Saúde Pública do estado da Bahia.”

Antônio Simões, ex-secretário de Saúde do estado, afirmou: *“Figura exponencial, o Dr. Sá Menezes derramou os fulgores do seu talento numa obra séria e de grande alcance. Soube e pôde honrar e dignificar a Secretaria de Saúde do estado.”* Arnaldo Santana, decano dos sanitaristas baianos, declarou: *“nunca vi maior volume de trabalho e realizações do que na administração Sá Menezes.”* E o prof. Pires da Veiga, ex-secretário de Saúde, disse: *“A sua administração, Sá Menezes, se Deus quiser, marcará época na Saúde Pública da Bahia.”* Como estes, vários outros depoimentos consagram Sá Menezes como homem público, administrador e técnico. Em 1997, foi inaugurado o seu retrato na Secretaria de Saúde, na galeria dos ex-secretários de Saúde do estado, por deliberação do secretário de Saúde, prof. José Maria de Magalhães Neto.

Antônio Simões, ex-secretário, disse que Sá Menezes “humanizou a sua administração, com esse seu cavalheirismo, com essa sua educação.” E Orlando Parahim, ex-secretário de Saúde do governo Agamenon Magalhães, em Pernambuco, em visita à Bahia, declarou:

“Ao professor Jayme de Sá Menezes se deve muito do que de bom se vai realizando no atual governo do General Juracy Magalhães. Sanitarista que é e também um esteta, Sá Menezes é um amigo assíduo das boas letras, “gentleman” que exhibe na invariável elegância das mínimas atitudes, o mais convincente atestado de origem numa das melhores estirpes baianas.”

Orador oficial (em nome do governo do estado, Instituto Histórico, Academia de Letras, Academia de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Escola Baiana de Medicina, Conselho de Cultura, Escola Politécnica, Instituto de História de Medicina) nos centenários de nascimento de Otávio Mangabeira, Francisco de Castro, Miguel Couto, Osvaldo Cruz, Júlio David, Miguel Calmon, Epaminondas Torres, Cipriano Betâmio. E múltiplos são os seus discursos, em oportunidades diversas: de saudação a Dom Avelar Brandão Vilela, Cardeal Azevedo Primaz; ao ministro da Saúde, Dr. Mário Machado de Lemos; ao senador Juracy Magalhães; aos professores (da Academia Nacional de Medicina) Aloísio de Castro, Fernando Paulino, Ermiro de Lima; de Posse na Academia de Letras da Bahia; de Posse na presidência da Academia de Medicina da Bahia; de posse na presidência do Instituto Baiano de História da Bahia, de inauguração da “Sala Pedro Calmon”, na Academia de Letras da Bahia; palestras inaugurais e de encerramento de vários congressos de Medicina e de História; do primeiro centenário de fundação do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; de recepção aos Acadêmicos Antônio Loureiro de Souza, Luiz Fernando Macedo Costa, Geraldo Leite, José Adeodato de Souza Filho, Alberto Serravalle, Elieser Audiface, Itazil Benício dos Santos, Geraldo Milton da Silveira, Plínio Garcez de Sena; de agradecimento à homenagem da classe médica (Hotel da Bahia, orador José Silveira) quando da indicação do seu nome para secretário de Saúde do estado, de posse no cargo de secretário de Saúde.

Deraldo Souza, advogado e homem de Letras, chefe do Gabinete na administração Sá Menezes, afirmou:

“Sá Menezes se revelou um grande orador político, que deu brilho ao governo. Todos estão lembrados daqueles seus discursos no segundo aniversário do governo, no encerramento do Congresso Pan-Americano de Tuberculose, nas homenagens das instituições científicas e assistenciais ao governo, e tantos e tantos outros.”

O prof. Aloísio de Castro, presidente da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, já havia ressaltado o seu “talento de orador”, e, na Bahia, Estácio de Lima o definira como “um mestre da arte de escrever”; e Pedro Calmon, que o chamou de notável biógrafo”, a um de seus discursos qualificou de “peça oratória das mais brilhantes, que muito apreciei”, e fez “votos pelo brilho permanente de seus talentos.”

Professor da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, de Ética e História da Medicina, no curso médico, e de História da Saúde Pública, no curso de Saúde Pública da mesma Escola, as suas aulas sempre encerradas sob aplausos dos estudantes, exerceu com destaque o magistério superior. Como professor visitante, deu aulas e fez conferências na Universidade Federal da Bahia (Escola de Biblioteconomia e Comunicação e Faculdade de Filosofia). Convidado pelo Reitor Macedo Costa, da UFBA, para professor colaborador (área de Estudos Brasileiros), não pôde aceitar o convite por impedimento jurídico-institucional.

Convidado pelo professor Augusto de Eraguy, da Universidade de Lisboa, para pronunciar conferências naquela instituição lusitana, não atende ao convite, por impedimento de ordem pessoal. Nomeado professor de Ética Médica da Universidade Estadual de Feira de Santana (gestão do Reitor Geraldo Leite), depois de aprovados o seu nome e currículo pelo Conselho Federal de Educação, com honroso Parecer do Conselheiro Sucupira, não assume o cargo pela distante localização da Universidade. Foi, por poucos anos, professor de Ciências Naturais e História do Brasil em estabelecimentos de ensino médio (Ginásio Dom Macedo Costa e Santa Bernadete).

presidente de Honra do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Jayme de Sá Menezes foi também membro da Academia de Letras da Bahia (1.º secretário, tesoureiro, vice-presidente e presidente em exercício). Idealizou, fundou e presidiu a Academia de Medicina da Bahia, que o elegeu Titular Emérito e inaugurou-lhe o retrato na Galeria dos ex-presidentes. Foi Vice-presidente do Pen-Clube do Brasil (seção da Bahia). presidente do Conselho da Cruz Vermelha Brasileira (seção da Bahia). Co-fundador da Liga da Defesa Nacional, fundador na Bahia, do Instituto Brasileiro de Geopolítica, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos (seção da Bahia). presidente do IV Simpósio Brasileiro de História da Ciência. Vice-presidente da IV Reunião Nacional da Sociedade Brasileira de Anatomia. Vice-presidente do I Congresso Luso-brasileiro de História da Medicina. Vice-presidente do Congresso Pan-Americano de História da Medicina. Colégio Internacional de Cirurgiões (Conferencista). IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros (presidente da seção Ciências Médicas), XI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (presidente da seção de Geografia e História), I Congresso Internacional sobre Doença de Chagas (presidente da delegação baiana e representante do governo do estado). Organizou, na Bahia, em 1958, as comemorações do sesquicentenário da fundação do ensino médico brasileiro. Preside às comemorações do cinquentenário da descoberta do *Shistosoma Mansoni*, por Pirajá da Silva, sendo o orador na inauguração da lápide comemorativa, no Hospital Santa Isabel. Secretário, em São Paulo, da Comissão Organizadora do cinquentenário das descobertas de Gaspar Viana nos domínios das leishmanioses. Fez cursos de extensão universitária (especialização) em neurologia, cardiologia, fisiologia, doenças da nutrição. Também de literatura portuguesa (Prof. Hernani Cidade). Redator efetivo da Imprensa Médica, de Lisboa; redator efetivo da Revista Portuguesa de Medicina (Lisboa), redator efetivo do ABM-Jornal, ex-membro da Associação Baiana de Imprensa.

Destacam-se entre seus títulos honoríficos: Membro Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Membro Honorário do XI Congresso Pan-Americano de Tuberculose; Membro Honorário do I Congresso Pan-Americano de História da Medicina; Membro Honorário do II Congresso Regional de Medicina da Bahia; Membro Honorário do V Congresso Nacional de Patologia Clínica; presidente de Honra do IGHB; Benemérito do Instituto Genealógico da Bahia e do IGHB; Titular Emérito da Academia de Medicina da Bahia; presidente Emérito do Instituto Baiano de História da Medicina; membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dos Institutos Históricos e Geográficos de Minas Gerais, Santos, Sergipe, Espírito Santo; da Academia de Medicina do Ceará, da Sociedade Paulista de História da Medicina, das Sociedades de História Médica da Venezuela e da Argentina. Conselheiro da Sociedade Baiana de Combate à Lepra. Foi distinguido, por sua contribuição

à cultura, com as Insígnias e Medalhas Culturais Imperatriz Leopoldina, barão de Goiana, Pirajá da Silva, Gaspar Viana, Castro Alves e Ana Nery, esta pelos serviços prestados à Saúde Pública. Diploma da 6.^a Região Militar, por sua contribuição às comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil.

No campo da Medicina e da Saúde Pública publicou, entre outros, os seguintes trabalhos: Hipertensão Arterial-Patogenia “Perícias Médico-Legais”; “A Medicina Hipocrática”; “Governo e Saúde Pública”; “doença de Manson-Pirajá ou Esquistossomose Americana”; “Relatórios Anuais da Secretaria de Saúde” e, como sanitarista, delegado do governo federal, fez inspeção sanitária e levantamento de índices sanitários na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, e nas cidades baianas de Senhor do Bonfim, Santo Antônio de Jesus, Jacobina, Esplanada, Valença, Belmonte, Canavieiras. De todas essas inspeções, apresentou circunstanciados relatórios ao diretor do Departamento Nacional de Saúde, prof. Arlindo de Assis, que ressaltou o mérito do trabalho realizado.

Nas suas atividades políticas, além de secretário de estado, da pasta da Saúde, exerceu também as funções de presidente do Diretório Metropolitano e de secretário da Comissão Executiva do PST (Partido Social Trabalhista e do Diretório Estadual da U D N (União Democrática Nacional), em cuja chapa para deputado federal foi incluído, todavia declinando de concorrer ao pleito.

Jayme de Sá Menezes foi – já o dissemos – escritor de alta qualidade e fecundo, cujos méritos ainda não tiveram entre nós, a consagração que merecem. Pedro Calmon fez votos “pela continuação dos triunfos na brilhante carreira, que o elevado talento e o trabalho produtivo ergueram ao nível dos baianos exemplares.”

Outros discursos oficiais: a) a inauguração do busto do ex-governador Octávio Mangabeira, na cidade de Mutuípe (Bahia), a convite do então prefeito Dr. Julival Rebouças; b) na Assembleia Legislativa da Bahia, agradecendo saudações de líderes políticos; c) na Câmara dos deputados federais (então no Rio de Janeiro), em convenção nacional da UDN; d) no centenário de Afrânio Peixoto, Arthur Neiva, Magalhães Neto, Prado Valadares, Epaminondas Torres, Américo Simas; e) no centenário da morte de Camilo Castelo Branco.

Outros trabalhos publicados: “O soberbo e irônico Anatole”; “Flaubert, o purista.”

Ainda sobre a biografia de Agrário Menezes: *“Justa e comovente exumação da grande figura de Agrário de Menezes, glamourosamente esquecida”* (Nestor Duarte). *“Valiosa contribuição, não apenas às letras baianas, mas à literatura nacional”* (Eugênio Gomes).

A propósito do livro sobre os irmãos Mangabeira: *“Prof. Sá Menezes: não há dúvida de que os Mangabeiras encontraram no seu talento, cultura e sensibilidade, o biógrafo à altura dos biografados”* (Raul Floriano presidente da Ordem dos Advogados do Brasil).

Exerceu a presidência do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia durante oito anos, a partir de 1988, em quatro mandatos sucessivos, tendo, inclusive, presidido as comemorações do primeiro centenário do Instituto, em 1994. Fora, antes, diretor da Revista, 2.^o e 1.^o secretário; 3.^o, 2.^o e 1.^o Vice-presidente. Durante cinquenta anos dedicou grande parte de sua atividade intelectual à “Casa da Bahia”, que o fez Sócio Benemérito e presidente de Honra, ao deixar a presidência efetiva, em reconhecimento aos serviços prestados à instituição na área cultural (cursos conferências e simpósios) e, na esfera física, obra de total restauração da sede, na ocasião, em precário estágio de conservação.

Faleceu no Rio de Janeiro, aos 84 anos, em 11 de novembro de 2001.

(CASTRO, Renato Berbert de e MARTINS, Wilson Thomé Sardinha.)



14.^a PRESIDENTE

CONSUELO PONDÉ DE SENA

PERÍODO: 1/1/1996 a 15/5/2015

CONSUELO PONDÉ DE SENA nasceu a 19 de janeiro de 1934, em Salvador-BA, filha do Dr. Edístio Pondé e D. Maria Carolina Montanha Pondé, terceira de uma prole de nove filhos: Lúcia, Pedro, Consuelo, Sônia, Fernando, Solange, Marília, Tânia e Edístio Pondé Filho (falecido).

Fez o curso primário e o ginásio no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, dirigido por uma das maiores educadoras baianas, a prof.^a Anfrísia Santiago. No entanto, o seu curso colegial foi realizado no Colégio Nossa Senhora das Mercês. Após ser aprovada brilhantemente no vestibular da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia, diplomou-se em 1956.

Casou-se com o Dr. Plínio Garcez de Sena, médico, já falecido, tendo deste consórcio quatro filhos: Maria Pondé de Sena, Maria Luíza Pondé de Sena, Maurício Pondé de Sena e Dr. Eduardo Pondé de Sena.

Sua formação académica é de Bacharelado em Geografia e História pela, então, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFBA (1956); curso de especialização em Língua Tupi, ministrado pelo prof. Frederico Edelweiss (1957 – UFBA); curso de especialização em Etnologia do Brasil, ministrado pelo prof. Carlos Ott (1957, UFBA); pós-graduação: mestrado em Ciências Sociais – Área de Concentração – História Social – concluído em 1977.

ATIVIDADES DOCENTES: Assistente voluntária de Língua Tupi, de acordo com a Portaria n.º 18, de 14.11.1957, do Diretor de Faculdade de Filosofia da UFBA; responsável pela Cadeira de Língua Tupi, na condição de professora regente, lecionando nas 3.^a e 4.^a séries do Curso de Geografia e História, de 1/9/1959 até o final de novembro do mesmo ano, durante o impedimento do titular; reassumiu o exercício da disciplina de 8/4 a 6/5 de 1960, substituindo o prof. Frederico Edelweiss, conforme consta das cadernetas da 3.^a série do Curso de Geografia e História, indicada que foi para reger a Cadeira de Língua Tupi, em substituição ao prof. Frederico Edelweiss, em 1963, por ocasião da aposentadoria daquele Catedrático.

Pelo ofício n.º 707, de 26/6/1963, do Conselho Departamental do Magnífico Reitor, foi indicada para substituir o prof. Godofredo Filho na regência do Curso de História da Arte Artística e Literária, para o Curso de Jornalismo, no ano de 1968, funções que exerceu nos anos de 1968, 1969 e 1970. Submeteu-se, então, a Concurso de Títulos na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (1970), tendo sido aprovada. Além de continuar ensinando Tupi, assumiu a regência do Curso de Folclore da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

TRABALHOS PUBLICADOS: “Os Estudos Tupis na Universidade Federal da Bahia”: *Universitas*, v. 12-13, p. 191-199, 1972; “Caminhos, vilas e cidades nos sertões de Euclides da Cunha”: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 85, p. 89-121, 1972/75; “Frederico Edelweiss”: *Revista de Cultura do País*, v. 8, pp. 9-21, Salvador, jul. a dez, 1974; “Mestre Edelweiss”: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 86, p. 19-23, Salvador, 1976-77; “Portugueses e Africanos em Inhambuque, 1750”: Salvador, Universidade Federal da Bahia, Centro de Estudos Baianos, 1977. 21 pp. (Centro de Estudos Baianos, v.79); “Frederico Edelweiss”: *Separata de Ciência e Cultura*, SBPC, v. 29, n.º 4, p. 481-484, São Paulo, abril, 1977; “Frederico Edelweiss, o historiador”: *Re-*

vista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, v. 86, p. 263-276, Salvador, 1978; “Em defesa da documentação religiosa do Estado da Bahia”: *Universitas*, v.21, p.117-123. Salvador, ago./set. 1978; “Relações Interétnicas através do casamento. Inhambupe,1750/1800”: *Universitas*, v. 24, p. 71-82, Salvador, jan./mar. 1979; “Salvador: Fundação Cultural do da Bahia”, 242 p. il. 1979; “Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano: Itapicuru, 1830/1892”: Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979, 242 p il., map., (Cabrália, v.8); “Breve notícia acerca de uma tabela de ex-escravos do Itapicuru”: *Centro de Estudos Afro-Orientais*, v.11, p. 1-10, Salvador, nov. 1981; “Frederico Edelweiss: O Tupinólogo”: *CLIO*, v.4, p. 149-165, 1981; “Os estudos tupis na correspondência de Frederico Edelweiss”: informação preliminar. *Universitas*, v.30, p. 59-74, Salvador, mai /ago., 1982; “A imprensa revolucionária na Independência: sentinela bahiense”: Salvador, Centro de Estudos Baianos, UFBA, 1983, 80 p. (Centro de Estudos Baianos, v.100); “Discurso proferido em sessão de 13 de maio de 1982”: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v.88, p.229-253, 1984; “Os Dantas de Itapicuru”: *SBAH – ANAIS da VI Reunião – São Paulo – 1987*; “Centro de Estudos Baianos: elementos para sua história”, *Universitas*, v.33, p. 41-58, Salvador, jul., 1989; “Elogio de consócios falecidos”: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v.85, p.195-211, 1991; “O centenário do Arquivo Público”: *Revista da Academia de Letras da Bahia*, v.37, p.175 – 179, Salvador, março, 1991; “GARCEZ, Angelina Nobre Rolim, Juazeiro trajetória histórica”. Juazeiro. Prefeitura Municipal de Juazeiro: Gráfica Gutemberg, 1992, 38 p. il.; “O arquivo particular de Wanderley Pinho”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v.90, p. 277-281, 1992; “Nos 443 anos de fundação da Cidade do Salvador”, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v.90, p. 271-274, 1992; “Afonso Rui de Souza e a Casa da Bahia”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v.91, p. 43-50, 1994; “Frederico Edelweiss, a propósito do centenário do seu nascimento”: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v. 91, p. 85-96, 1994; “Frederico Edelweiss”: *Separata da Revista de História*, São Paulo, v.11, p.183-187; “A perenidade do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia”, discurso de posse proferido ao assumir a presidência do IGHB em 24 de janeiro de 1996: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, v.92, p. 61-68, 1996; “Cortes no tempo”. Salvador: Memorial das Letras, 1997. 331p; “No insondável tempo”, crônicas (o “cronos” e o “kairós”): Salvador, Quarteto Editora, 2013, 198 pp.

ORGANIZAÇÃO DE PUBLICAÇÕES: “Ensaio Biográfico, de Frederico Edelweiss”; “Evolução das Artes Plásticas nas Igrejas do Bonfim, Boqueirão e Saúde, de Carlos Ott”; “O Tupi na Geografia Nacional, 5.^a edição”; “Esboço de Viagem, de Maximiliano de Habsburgo”; “Apontamentos de Folclore, de Frederico Edelweiss”; “Coletânea de textos Históricos, de Wanderley Pinho”.

ATIVIDADES JORNALÍSTICAS: Colaboradora do Jornal A TARDE e da Tribuna da Bahia.

ENTIDADES A QUE PERTENCEU: Sócia Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, Santa Catarina, Tiradentes (MG), Sergipe e Rio Grande do Norte; Membro Efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica.

FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS: Chefe do Departamento de Antropologia e Etnologia da FFCH da UFBA; Diretora do Centro de Estudos Baianos (CEB), UFBA, conforme consta da Portaria n.º 1322, de 24 de outubro de 1974, assinada pelo Magnífico Reitor Augusto Mascarenhas; reconduzida mais uma vez, à direção do CEB, pelo Magnífico Reitor Luiz Fernando Macedo Costa, Portaria n.º 2026/80. Concluído o mandato é designada pelo Reitor Germano Tabacof, através da Portaria n.º 1121, de 17 de novembro de 1983, para responder pelo expediente do Órgão; nomeada Vice-diretora do CEB, conforme Portaria n.º 276/84, de 27 de março de 1984, do mesmo Magnífico Reitor Germano Tabacof; Diretora da Associação Baiana de Imprensa, a partir de 17/8/1984 e Vice-diretora da Casa de Ruy Barbosa, daquela entidade; Conselheira do Conselho Permanente da Mulher Executiva da Associação Comercial (1982), ocupando sua vice-presidência; Conselheira da Associação Comercial, a partir de julho de 1985, onde ocupou função na Mesa Diretora da Casa; Diretora da Casa Ruy Barbosa, tendo assumido

a função em 23/12/1985; foi nomeada Diretora do Arquivo Público do Estado da Bahia através do Decreto s/n.º de 3/4/1987; membro da Comissão Estadual das Comemorações dos 150 anos de nascimento de Castro Alves; Membro da Comissão Estadual comemorativa da Revolução dos Alfaiaites; Membro do Conselho da Associação Baiana de Imprensa (ABI).

COMENDAS E CONDECORAÇÕES: Comenda Maria Quitéria – Resolução n.º 666/86 – Câmara Municipal de Salvador; Medalha da Associação de Imprensa; Cidadã de Itapicuru – Ato n.º 3 de novembro de 1977; Comenda do Mérito do Estado da Bahia – Grau Comendador; Placa de Prata – concedida pela Polícia Militar da Bahia – 1996; Comenda Infante Dom Henrique do Governo Português – 15/3/1994; Membro Honorário da Força Aérea Brasileira – 6/10/1997; Amigo da 6.ª Região Militar – 18/02/1998; Destaque Mulher – Assembleia Legislativa – 31/3/1998; Colaborador Emérito do Exército (Diploma) – 19/4/1998; Amigo da Marinha – julho de 1998.

ATIVIDADES NO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA: A professora Consuelo ingressou no IGHB, a 30 de agosto de 1955, ainda quando acadêmica do Curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia da UFBA. Pela sua cultura, fez parte da Comissão Técnica de Antropologia, no período de 1974 a 1983. A partir do biênio, 1984-1985, integrou a Diretoria do Instituto, na condição de Oradora, permanecendo até 1988, quando se tornou 3.ª vice-presidente, ocupando este cargo até 1996.

A partir do biênio de 1996-1997 foi eleita presidente da Diretoria. Em sua administração efetuou obras de conservação da sede, inclusive com a implantação de moderno elevador, cujos recursos provieram de convênios públicos estaduais e de algumas entidades privadas, graças ao prestígio de Consuelo junto à comunidade baiana, com sua permanente devoção ao IGHB.

Foi reeleita presidente para mandatos consecutivos até o termo de sua aventura existencial, em 15/5/2015. Durante a cerimônia fúnebre, no Jardim da Saudade, panegíricos e louvações desconectaram Consuelo Pondé da cena e sina terrenas. No dia 16 e na semana seguinte, a imprensa baiana – em especial – multiplicou discursos laudatórios, de despedida e justas homenagens à presidente-guardiã da Casa da Bahia.

Um singular exemplo demonstrativo de sua dedicação foi a esmerada organização e participação no IV Congresso de História da Bahia, como se deflui do texto publicado em A Tarde, em 13/10/1999, de autoria da própria prof.ª Consuelo, com incentivo de Renato Berbert de Castro, renomado articulista desse jornal.

Entre as reformas promovidas pela presidente Consuelo nas instalações do Instituto, hão de se registrar a instalação de moderno elevador, a reforma, ampliação e construção de sanitários, a reforma do muro externo e a substituição do gradil e portão. Tudo isso resultou da multiplicação de esforços que resultou em parceria com o Ministério da Cultura (Convênio n.º 333/2000, publicado no DOU de 19/12/2000, seção 3, p. 40.)

“IV CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA Consuelo Pondé de Sena

Sempre se constitui objeto do meu interesse fazer o registro dos acontecimentos que me impressionam favoravelmente, a fim de preservá-los para as gerações futuras.

Envolvida nesse espírito é que, à falta de notícias mais minuciosas sobre o IV Congresso de História da Bahia, reunido de 27 de setembro a 1.º de outubro nesta capital, decidi tecer alguns comentários sobre esse evento. Dentre os motivos pelos quais considero ter sido o conclave uma realização vitoriosa, diria inicialmente ter excedido aos prognósticos de alguns e às expectativas de outros. Com efeito, a reunião transcorreu em clima harmonioso, agradando a muitos que dele participaram. Não digo a todos porque inexiste unanimidade quanto aos feitos humanos.

Um considerável número de pessoas afluiu ao Hotel da Bahia a partir da manhã de segunda-feira, dia de São Cosme e São Damião, ultrapassando a previsão dos próprios organizadores. Os horários foram re-

gularmente obedecidos. Convidados especiais, participantes de mesas-redondas e comunicadores desempenharam com eficiência as suas tarefas. Salvo alguns recalcitrantes “debatedores”, que perguntam pelo simples prazer de indagar, as intervenções foram lógicas e consequentes. Não me tendo sido possível estar, ao mesmo tempo, em sessões cujos horários coincidiam, tive que selecionar alguns assuntos para fazer a minha escolha. Submetidos ao crivo de uma competente Comissão, os trabalhos apresentados foram de bom a excelente nível científico.

Quanto às conferências pronunciadas, cabe um registro especial. No Salão Atlântico do Hotel da Bahia, onde ocorreram os trabalhos das grandes assembleias, A. J. Russell Wood (John Hopkins, University U.S.A.) discorreu sobre a projeção da Bahia no Império Ultramarino Português. A Segunda conferência do dia 27 foi proferida por Rafael Moreira, da Universidade Nova de Lisboa, que falou sobre a Arquitetura de Miguel de Arruda e o primeiro projeto de Salvador. No final da mesma tarde, início da noite, o secretário de Cultura e Turismo, Dr. Paulo Gaudenzi, lançou o livro: “Animai-vos povo bahiense, a Conspiração dos Alfaiates”, uma coletânea de textos de autores baianos.

Na manhã do dia 28, após as comunicações que se realizaram das 9h às 10h15, teve lugar a mesa-redonda sobre a Historiografia Baiana, sob a presidência de Consuelo Novais Sampaio, da qual participaram os professores István Jancso (USP), Luís Henrique Dias Tavares (UFBA), Cândido Costa e Silva (UFBA) e Maria Helena Flexor (UFBA). Às 14 horas, Sônia Siqueira, da (UESP), pronunciou-se sobre “O Pecado da Bahia”, ocorrendo às 17 horas, do mesmo dia, a conferência de Luís de Moura Sobral, da Universidade de Montreal, que discorreu sobre “As pinturas do teto de São Francisco de Salvador e os programas imaculistas do Barroco”. Na quarta feira, dia 29, Francisco Calzans Falcón (UFF) fez seu pronunciamento sobre: “A Bahia no século XVIII: as cartas do Marquês de Lavradio”, e a professora Maria Beatriz Nizza da Silva (Universidade Portucatelense, Porto e Universidade Aberta/Lisboa) explanou sobre “O cotidiano da cidade da Bahia através da Idade d’ Ouro do Brasil”. No final da tarde, o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arno Wehling, tratou do tema “A Ilustração e o Estado Colonial: o caso da Bahia na segunda metade do século XVIII”.

Na quinta feira, às 10h30, ocorreu a mesa-redonda “Salvador 450 anos”, sob a coordenação de Francisco Senna, contando com as presenças de Cid Teixeira, Ubiratan Castro de Araújo, Mário Barata e Antonio Guerreiro de Freitas. A última conferência foi proferida por Stuart Schwartz (Yale University), que falou sobre “O povo ausente e presente na História da Bahia e do Brasil”. O último dia foi reservado para as comunicações, contando ainda com uma palestra de encerramento do presidente da Fundação Gregório de Mattos, professor Francisco Soares Senna.

Dois acontecimentos sociais marcaram o evento: o primeiro, no domingo, dia 26, a partir das 20h30, na sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia; o último na sexta-feira, dia 29, no Pilão de Prata, onde foi servido aos congressistas o tradicional caruru de São Cosme e São Damião. Posso afirmar, sem exagero, que as duas festas foram impecáveis em organização e beleza.

Passeios de turismo foram oferecidos aos congressistas visitantes, além de uma viagem, acompanhada de um lauto almoço à bela cidade de Cachoeira, no sábado dia 2 de outubro. Cabe, por justiça, uma especial referência às instituições envolvidas na realização do IV Congresso: a Secretaria de Cultura e Turismo, a Fundação Gregório de Mattos e a Câmara Municipal do Salvador, sem as quais seria inviável a concretização desse marcante encontro.

Entretanto, empenho maior deve ser tributado ao prefeito Antonio Imbassahy, pelo apoio ao evento, estreitamente vinculado às comemorações dos 450 anos de Fundação de Salvador e ao seu diligente assessor, professor Francisco Soares Senna, que, com a sua operosa equipe, contribuiu essencialmente para o brilho do conclave. Por último, devo mencionar o trabalho da Comissão Executiva e dos atenciosos e dedicados funcionários do IGHB, envolvidos com a grande realização.”

Brevíssimo comentário do consócio e integrante da Diretoria, José Nilton Carvalho Pereira sobre Consuelo Pondé de Sena

O amor de Consuelo à Bahia viajava muito além da festa do Dois de Julho. Nascia da história pátria, da confessada paixão transcendental pelo poeta Castro Alves e pelo respeito ou devoção ao seu patrono intelectual, o ex-presidente do IGHB Frederico W. Edelweiss.

Dedicação extrema à família era marca consagrada da prof.^a Consuelo, mas a filha Luísa, Deus a reservou como sua companheira inseparável.

Fazia da franqueza uma arma e da elevada educação um saudável hábito. De personalidade forte, não guardava desaforo nem postergava elogios. A alma sertaneja de seus antepassados (cidade de Itapicuru-BA, no Sertão de Cima) traduzia-se no reconhecimento e gratidão aos amigos de fé.

Quando adentrei à Academia Baiana de Educação (15/6/2002), Consuelo me enviou um elegante cartão. Sem resposta adequada, compus um rondó de pé quebrado (sem a formalidade clássica, mas em redondilha maior) e a ela entreguei, pessoalmente, aqui no Instituto.

À ilustre Consuelo Pondé de Sena

Sena Pondé Consuelo, Consuelo Pondé de Sena. Quando um nome vira emblema, a ordem não é problema.	Entre tantos atributos ressalto agora a beleza (<i>permissa venia</i>) e a herança da pátria-mãe portuguesa.	Seu nome é uma redondilha suave, leve e serena, de origem sertaneja, Consuelo Pondé de Sena.
Cultura, história, folclore... (A lista não é pequena.) Ativam a empreendedora Consuelo Pondé de Sena.	A Bahia muito lhe deve, Consuelo Pondé de Sena, que no Instituto Geográfico e Histórico não se aquece.	À entrada da Academia Baiana de Educação, pelo professor Sardinha recebi o seu cartão.
Marcada pela cultura, educação, gentileza... A lista não é pequena, Consuelo Pondé de Sena.	Lutadora permanente, em prol da história, arte e pena, brilha e reluz a imortal Consuelo Pondé de Sena.	E agradeço as palavras de tonalidade amena. É gentil a professora Consuelo Pondé de Sena.

Salvador, 7 de junho de 2002.
José Nilton Carvalho de Pereira

Registro necessário

Há apenas cinco semanas de sua viagem definitiva de transferência para outra esfera existencial, a Mestra e Presidente Consuelo ainda reunia força e a habitual lucidez para escrever. Eis o registro de sua coluna no jornal Tribuna da Bahia, de 8/4/2015, em que a bondade da escritora transparece muito mais que os simplórios méritos do homenageado, no artigo “Um mecenas sertanejo. A vida, na sua conhecida complexidade, ensina-nos momentos de alegria e compensação, especialmente quando se descobre o valor contido, o jeito simples e sincero de quem dá mais do que recebe. Sem interesse, pelo simples prazer de servir. Quero particularmente fazer referência ao Prof. José Nilton Carvalho Pereira, natural do município de Araci, educador e membro da Academia Baiana de Educação. Muito comunicativo, afável, é querido pelos amigos, é uma unidade entre os que o referenciam pelos atributos de caráter, educação e conhecimento.”



15.º PRESIDENTE

EDUARDO MORAIS DE CASTRO

PERÍODO: presidente atual, desde 2015



EDUARDO MORAIS DE CASTRO

Filiação: Álvaro Gomes de Castro e Maria Valentina Moraes de Castro

Nascimento: 27.1.1948

Endereços:

• Residencial:

Rua Lake Jackson, nº 71 a 89 – Pituba

41810-150 – Salvador-BA – Fones: 71-3359-0262 e 3359-3093

• Comercial:

Rua Álvaro Gomes de Castro, 512 – Portoseco Pirajá

41233-005 – Salvador-Ba – Fones: 71-2108-8686 – Fax: 71-2108-8668 – Cel: 71-99981-8460

• Eletrônico: eduardo@moraismoraisdecastro.com.br

FORMAÇÃO

- Primário: Educandário Esther Tourinho (1954-1958);
- 1.º Grau: Colégio Nossa Senhora da Vitória – Maristas (1959-1964);
- Técnico: Escola Técnica de Comércio da Fundação Visconde de Cairu (1965-1967);
- Superior: Escola de Administração de Empresa da Bahia – UNIFACS (1973-1976);
- Pós-Graduação: Logística Integrada à Empresa – Universidade Estácio de Sá (2002-2003).

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

- Moraes de Castro Comércio e Importação de Produtos Químicos Ltda. – 1963 à presente data – Auxiliar de Escritório – Gerente-Diretor;
- Escola de Administração de Empresas da Bahia – UNIFACS – 1976 a 1988 – Professor;
- Associação Brasileira do Comércio de Produtos Químicos e Petroquímicos – 1990 à presente data – Diretor;
- Associação Comercial da Bahia – de 16/7/2007 a 10/8/2011 – Presidente;
- IMIC – Instituto Miguel Calmon de Estudos Sociais e Econômicos – De 16/7/2007 a 10/8/2011 – Presidente do Conselho de Curadores;
- Academia Portuguesa da História: sócio desde 7/7/2016;
- CCMA/ACB – Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Associação Comercial da Bahia – De 16/7/2007 a 10.8.2011 – Presidente;

- Câmara Portuguesa do Comércio no Brasil – Bahia – Conselheiro;
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado da Bahia – Conselheiro;
- SESC - Serviço Social do Comércio – Conselheiro;
- Liga Baiana Contra o Câncer – Conselheiro – A partir de 27 de maio de 2015 foi eleito 3.º Vice-presidente;
- UNIFACS - Universidade Salvador – Conselho Universitário – Conselheiro;
- UNIFACS - Universidade Salvador – Conselho Consultivo – Conselheiro – Presidente;
- Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia – Diretor Suplente (2014/2018);
- FEB-Fórum Empresarial da Bahia – Fundador e 1.º Presidente-Conselheiro;
- Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - Vice-presidente (2014/2016). A partir de agosto de 2014, assumiu a Presidência interinamente, e a partir de 19/5/2015 assumiu a Presidência em definitivo. Em 10.12.2015 foi eleito Presidente para o biênio 2016/2017, reeleito para o período 2018/2019;
- Conselho de Desenvolvimento Industrial da Secretaria de Indústria Comércio e Mineração do Estado da Bahia (2009/2014) – Conselheiro;
- Conselho Regional de Administração da Bahia – 2011 a 2014 e 2015 a 2018 – Conselheiro;
- Conselho Regional de Administração da Bahia – Biênio 2011/2014 e 2014 a 2018 – Diretor de Desenvolvimento Institucional;
- Conselho Consultivo do Cacau da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia – Conselheiro;
- Conselho de Fibras Naturais da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia – Conselheiro;
- Instituto Genealógico da Bahia – 3.º Vice-presidente;
- Hospital São Rafael – Monte Tabor – Conselheiro e Diretor (2010/2014);
- Academia de Cultura da Bahia – Sócio;
- Associação Cultural Brasil-Portugal – Sócio;
- Gabinete Português de Leitura- Sócio;
- Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim – Irmão e Integrante da Mesa Diretiva;
- Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia – Irmão;
- Ordem Equestre do Santo Sepulcro de Jerusalém – Cavaleiro;
- Santa Casa de Misericórdia da Bahia – Mordomo (Diretor) de Captação;
- Associação da Nobreza Histórica do Brasil – Sócio Agregado;
- Sociedade Amigos da Marinha – Sócio.

TÍTULOS

- Administrador Emérito, 2009, outorgado pelo Conselho Regional de Administração da Bahia;
- Comerciante do Ano 2010, outorgado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia;
- Medalha Thomé de Souza, outorgada pela Câmara Municipal da Cidade de Salvador;
- Amigo da VI Região Militar;
- Colaborador Emérito do Exército;
- Medalha Exército Brasileiro;
- Medalha Soamar;
- Medalha Mérito Tamandaré;
- Ordem do Mérito Naval – Oficial;
- Medalha Visconde de Cairu;
- Medalha de Mérito Professor João Fernandes da Cunha.

